

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO – PRIMEIRA REUNIÃO  
REALIZADA NO DIA DEZOITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E  
DEZOITO.**-----

-----**ATA NÚMERO TRINTA E CINCO**-----

----- Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedro Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima

## DRAFT

de Jesus, Silvino Esteves Correia, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, António Pedro Mendonça Vieira, José Roque Alexandre, Nuno Miguel dos Santos Silva, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, Susana Maria da Costa Guimarães, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Gabriel Maria Simplício, Baptista Fernandes, Rosa Maria Carvalho da Silva, Mário Nelson Morais Freitas, 0

----- Faltou à reunião a seguinte Deputada Municipal: -----

----- Paula Inês Alves de Sousa Real -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Alexandra do Nascimento Afonso. -----

----- Ana Margarida Morais (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nuno Miguel dos Santos Silva.-----

----- Alexandra Mota Torres (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Nuno Firmo. -

----- Fernando Braamcamp (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Areeiro, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ameetkumar Subhasndra. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Isabel Bentes Penedo. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- Ana Margarida Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista.-----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Beatriz Gomes Dias.-----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

----- Maria do Carmo Munoz (PPM), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal do CDS-PP Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale.-----

----- Patricia Carla Serrano Gonçalves (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António Pedro Mendonça Vieira.-----

----- Renunciou ao mandato, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, o Deputado Municipal José Eduardo Martins (PSD), passando a efetividade de funções o Deputado Municipal Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves (PSD).-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da CML, Fernando Medina, pelo Vice-Presidente, Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores João Paulo Saraiva, Catarina Vaz Pinto, Manuel Grilo, Manuel Salgado, Paula Marques e José Sá Fernandes.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Maria da Conceição Gameiro Zagalo, João Abreu Costa, Ana Jara, Nuno Correia da Silva e Nuno da Rocha Correia.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **A Senhora Presidente da Assembleia**, declarou aberta a reunião.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço que ocupem os seus lugares para podermos dar início aos nossos trabalhos com a sala devidamente ocupada.-----

----- Nós temos seis pessoas inscritas eram cinco, mas houve uma sobreposição entre o formulário eletrónico e a inscrição direta e, portanto, a última pessoa conseguiu-se inscrever, temos seis pessoas inscritas.-----

----- Conforme vos disse na semana passada, nós temos ainda antes de começar a Sessão tenho que vos dar informações sobre a composição desta Assembleia.-----

----- Informar os Senhores Deputados, já saberão pelos jornais, mas tenho que dar esta comunicação formal.-----

----- O Senhor Deputado José Eduardo Martins do PSD comunicou, na sexta-feira passada dia 14 de setembro, que renunciava ao Mandato de Deputado Municipal de acordo com o n.º 3 do artigo. nº 9 do Regimento a renúncia torna-se efetiva desde a data de entrega da declaração, devendo a ocorrência ficar expressa em Ata, que é Ata de hoje, nos termos da lei, art.º79 da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação atual.-----

----- A vaga é preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista que, no presente caso, é o cidadão Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, que já têm ocupado lugar na qualidade de substituto, que agora passa a ser efetivo no Grupo

Municipal do PSD, portanto, estão verificadas as identidades este assunto está comunicado. -----

----- Senhores Deputados antes de dar a palavra ao público, dizer-lhes que hoje como é Sessão Ordinária temos tradução gestual, nós estamos a fazer um esforço para conseguir ter tradução gestual em todas as Sessões, mas ainda não conseguimos, mas, pelo menos nas Sessões Ordinárias temos tradução gestual. -----

----- E dizer-vos também como foi combinado entre todos, que temos o prazer de ter connosco, o Senhor Secretário-Geral do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, o Senhor Andreas Kiefer, e eu peço a todos uma salva de palmas com a presença do Senhor Secretário-Geral. -----

----- (Procedeu-se à salva de palmas.) -----

----- Naturalmente que saudamos nele a própria instituição Conselho da Europa, como instituição muito alargada e democrática que defende os Direitos Humanos há muitos anos, na Europa e países próximos. -----

----- Dentro em pouco, iremos ouvir a sua saudação, mas antes vamos dar lugar ao público e tem a palavra o Senhor José António Marin.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Município, Senhor José António Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, estimada Assembleia. -----

----- *Perfez em julho passado, sensivelmente, um ano que intervim nesta casa pela primeira vez.* -----

----- *Tendo ocorrido um sucessivo rol de lamentáveis e inacreditáveis, anómalas situações que me dispense de detalhar novamente.* -----

----- *Apesar de me darem razão, nomeadamente a Senhora Presidente que me prometeu dar o seu melhor para melhorar a minha situação, nomeadamente aquando da petição aqui apresentada, o facto é que tudo se foi desenrolando paulatinamente ao sabor dos ventos e marés ditados pelos verdadeiros reguladores do mercado imobiliário e de tudo quanto gira em seu redor. Os especuladores que tudo podem comprar e revender “a seu bel-prazer.”* -----

----- *Uma sanha privatizadora que varre o país “de lés a lés”, brilhantemente antevista pelo nobel Saramago após ter presidido a este Órgão Municipal.* -----

----- *É o meu caso bem paradigmático do terror que grassa nesta cidade, onde obscuros poderes, graças não só ao NRAU, mas nos dias de hoje sobretudo, graças à conivência de quem os deixa à solta “como um rinoceronte partindo a louça toda da loja.”* -----

----- *Por obra e graça de todo o poderoso Senhor de Lisboa, o Vereador Salgado, fui alvo de incontáveis consequências terríficas. Primeiro permitindo a não efetuação de obras, depois graças à minha petição, determinando as mesmas, mas desprezando que ali mora gente. Moro eu, que sempre ali residi desde há 55 anos, onde vi pela primeira vez a luz do sol, que agora me querem tirar.* -----

----- *Questiono, cumprem aquelas obras no edifício as normas sísmicas? Já não falando das demais.* -----

----- *Fernando Medina há escassos dias reafirmou belas intenções, pomposamente intituladas “Novas Políticas de Habitação”, outrora enunciadas durante as autárquicas por Helena Roseta, também aqui durante um debate nesta casa cidadã em que modestamente, também, eu intervim.* -----

----- *Findo o mesmo ali à porta, a minha cética pessoa escutou atentamente a candidata Helena Roseta, “Ainda bem que estes casos não estão silenciados”, questiono agora aquilo que na altura não me questionei estrategicamente: “ Zurzir no tambor só para ressoar”, resolve algo?* -----

----- *Esta maioria camarária afirma-se pela mudança, mas depois é servil com os mais rasteiros interesses.* -----

----- *Apelo ainda assim, uma vez mais à vossa consciência, por favor arrepiem caminho, assumindo responsabilidades que são vossas. A Câmara pode efetivamente parar o meu e outros despejos.* -----

----- *Estando eu determinado, apesar de, neste momento me encontrar gravemente doente, a ir até às últimas consequências, para garantir que continuarei a viver ali, exatamente ali, onde eu me reconheço e que reconheço como verdadeiro centro histórico lisboeta, que os sucessivos eleitos têm teimado em deixar destruir.* -----

----- *Uma palavra final para a Senhora Vereadora da Habitação, que tanto adora assumir que nós temos o direito, eu acrescento, o dever se me permite, de tomarmos as ruas e nos revoltarmos contra leis injustas, fazendo com que elas mudem.* -----

----- *Senhora Vereadora Paula Marques, mitigar não é curar. E caridadezinha mascarada de assistência social lisboeta, não é solução. Até a Senhora Presidente assumiu aqui publicamente, admitindo que caso estivesse no meu lugar... Eu acentuo mesmo caridadezinha mascarada de assistência social, não obrigada.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito obrigada Senhor Marin, ouvimos com atenção, naturalmente o seu processo, é um processo que já tem aqui algum tempo, como o Senhor Marin disse. ---*

----- *Tomámos devida nota da sua intervenção, vamos verificar o processo outra vez, e ver o que é que podemos fazer. Há coisas que nos ultrapassam e que dependem de legislação, há outras que dependem mesmo da Câmara.* -----

----- *Vamos continuar atentos e o Senhor Marin continuará, certamente também a não nos deixar esquecer o seu caso.* -----

----- *Muito obrigado.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Eu pergunto se o cidadão Bruno Santos Carvalho já está? Se ainda não está eu vou passar a palavra o cidadão Luís Barahona de Lemos, que também já aqui esteve para tratar de outros assuntos, faz favor.* -----

----- *O Senhor Luís Lemos, vem falar sobre problemas de lixo nas ruas da Junta de Freguesia da Misericórdia.”* -----

----- **O Município, Senhor Luís Barahona de Lemos**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde minhas Senhoras e meus Senhores. Resido na Rua de São Marçal nº9 na Freguesia da Misericórdia há seis meses e venho veemente reclamar e protestar contra o estado de sujidade em que se encontra a minha rua e circundantes.-----

----- Há constantemente lixo espalhado pelas ruas, desde papéis, a latas, a garrafas a vidros quebrados de garrafas e os passeios estão negros de sujidade, já não falando dos excrementos dos cães que ficam secos e devido aos quais temos de andar nas ruas a olhar para o chão para não pisar nenhum. E no meio desta porcaria toda vêm as baratas que entram pelas nossas casas.-----

----- Já falei com responsáveis da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia, nomeadamente, o Senhor Albano Leitão e o Senhor Albino, que se desfizeram em desculpas, tal como falta de pessoal e não apontam nenhuma solução para o problema. Bem como enviei um email à Senhora Doutora Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia, do qual não obtive nenhuma resposta.-----

----- É inconcebível a vergonha da recolha do lixo com os sacos espalhados pelas ruas sem qualquer critério, nem haver contentores de plástico para os recolher. Dizem que os contentores não podem ficar nos passeios, pois não cabem nas entradas dos prédios antigos.-----

----- Mas eu pergunto, e o amontado de sacos plásticos mal cheirosos, e alguns deles rasgados, podem?-----

----- É uma vergonha. Deem uma volta a pé pelas ruas e vejam com os vossos olhos, a porcaria que se junta nas ruas e nos passeios.-----

----- Assim, venho apelar para que sejam tomadas medidas urgentes para que esta e imundice acabe, fundamentalmente, a colocação de contentores plásticos tricolores nas ruas e a recolha diária de lixo, inclusive ao domingo, pois além do mais isto pode ser considerado um caso de saúde pública.-----

----- E este problema não é só resolvido através de um aumento de verbas, como falou o Doutor Duarte Cordeiro, no outro dia na televisão, mas trata-se fundamentalmente de um problema de organização dos serviços por parte dos responsáveis, pois já contactei também o pessoal da limpeza das ruas, que responde que cumprem ordens fazendo o que lhes mandam.-----

----- Esperando que sejam tomadas medidas devidas e as devidas providências para acabar com esta situação.-----

----- Agradeço o tempo que vos tomei.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, tomámos devida nota.-----

----- A Senhora Presidente de Junta também faz parte desta Assembleia também ouviu, irá naturalmente ter uma resposta, sabendo nós que é uma resposta que não é imediata pelas dificuldades que estamos a ter, de aumento de lixo produzido na cidade de Lisboa, mas, naturalmente estamos também disponíveis para analisar mais esta situação.-----

----- Eu iria agora a passar à Senhora Irene Maria Xavier Moreira é um pedido de habitação, que já cá esteve também e volta novamente, seja bem-vinda.” -----

----- **A Múncipe, Senhora Irene Maria Xavier Vieira Moreira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde, Senhora Presidente e o público em geral.”-----*

----- *Eu sou Irene Moreira tenho 34 anos, e estou inscrita na Câmara há pelo menos seis anos.*-----

-----*Tenho três filhos menores.*-----

-----*Neste momento resido numa casa arrendada na qual pago de renda quatrocentos euros, tem sido muito difícil suportar esta renda.* -----

----- *Participei no Concurso Rendas Convencionadas mas sem êxito.* -----

----- *Tenho 80% de incapacidade, devido a uma doença crónica.*-----

----- *O que me deixa um pouco triste, e indignada, é que tenho conhecimento de pessoas que têm arrombado casas e têm ficado muitas delas com as mesmas, e muitas delas nem sequer têm uma candidatura na Câmara.*-----

----- *Eu vou à Câmara todos os meses e por ter 861 euros, o resultado foi baixarem a minha pontuação em quase 16 pontos.* -----

----- *Simplesmente, as assistentes sociais dizem que isto é o regulamento e para não contar com uma habitação social tão cedo, porque a política de atribuição de habitação é quanto menos se tem, mais direito se tem à uma habitação, e quanto mais se tem, menos direito tem à habitação.* -----

----- *Gostaria de perceber se o Regulamento só funciona para a minha situação, que tenho uma renda de 400 euros e a cargo três menores, e não para aquelas pessoas que arrombam casas e têm ficado com as mesmas.* -----

----- *Já mandei várias cartas, à Vereadora Doutora Paula Marques pedindo a sua intervenção e, até hoje, não houve resultado nenhum.*-----

----- *Senhora Presidente Helena Roseta, peço a sua ajuda, que avaliem a minha situação, tem sido difícil e complicado suportar uma renda de 400 euros e com três crianças.*-----

----- *Por favor, encarecidamente, peço-lhe que avaliem a minha situação, sem outro assunto, dou por terminada a minha intervenção.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Senhora Dona Irene, ouvi-a com atenção e também sei que há situações como as que referiu, de pessoas que ocupam casas, também sei que a Câmara procura resolver essas situações dizendo às pessoas que têm que sair, porque à frente dela estão pessoas que se inscreveram como a senhora. Estas coisas não são fáceis, eu a única coisa que posso dizer é que nós estamos a ver se conseguimos alargar a possibilidade de acesso a uma habitação, sem ser só pela uma entrega de uma casa da Câmara.* -----

----- *Não sei se a Senhora Dona Irene já tentou candidatar-se ao subsídio municipal de arrendamento ou não. É uma possibilidade, pelo menos ajudá-la-ia a pagar renda porque nesta altura está a suportar, como disse um quarto, pelo menos tinha uma solução, tinha algum apoio porque tinha direito a ele.* -----

----- E a minha esperança, mas isto não está ainda concretizado, é que o programa que já está legislado e anunciado pelo Governo do primeiro direito para a situação de pessoas como o seu caso, em que não há vaga nas habitações da Câmara para poder ter imediatamente uma solução, possa ser apoiada de outras maneiras, nomeadamente através de subsídios ou outros.-----

----- Esse programa já está legislado, é preciso agora que haja um protocolo entre Câmara de Lisboa e o Governo para isto andar para a frente, e que haja verba para suportar este programa é o que lhe posso dizer.-----

----- Eu tenho muita esperança que esse programa responda a muitos casos como ao seu porque infelizmente o seu caso é muito grave, mas, infelizmente, há muitos casos como o seu, portanto temos que acelerar um bocadinho e obrigada por ter vindo aqui.

----- Nós temos agora o Senhor Pedro Miguel Silva, que vem protestar por falta de intérprete de língua gestual na Assembleia Municipal, por acaso hoje é uma Sessão Ordinária temos intérprete mas normalmente não temos e, portanto, ele irá fazer a sua intervenção em linguagem gestual e a nossa intérprete irá traduzir. É a nossa intérprete que traduz”.-----

----- **O Município, Senhor Pedro Miguel Silva**, acompanhado por uma intérprete de linguagem gestual fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Então boa tarde a todos começo por cumprimentar a Senhora Presidente da Mesa e os Senhores Deputados e demais a pessoas aqui presentes. -----*

----- *A minha intervenção e o meu protesto é exatamente pela falta de interpretação da língua gestual nas Assembleias Municipais. Eu faço parte da Junta de Freguesia de Campolide e o facto de eu não poder aceder, de forma igual aos meus colegas de Junta, não me permite estar em pé de igualdade com todos os outros.-----*

----- *Mesmo que eu assista via youtube, que é aquilo que eu tento fazer, só uma reunião por mês é que é acessível, todas as outras não são acessíveis, isso acaba por implicar outro trabalho e dificulta, exatamente, o meu papel ativo dentro da Junta de Freguesia.-----*

----- *A não esquecer que a comunidade surda faz parte da sociedade lisboeta também, vivem aqui no concelho e, portanto, esse acesso é muito importante. -----*

----- *Peço a todos que apoiem este meu protesto. Em todas as situações do Município permitam que todas as vossas comunicações sejam acessíveis efetivamente a toda a população, independentemente da sua necessidade específica. Eu quero aceder a informação do mesmo modo que vocês todos acedem.-----*

----- *Principalmente por exemplo, em Lisboa, nós temos vinte e três Freguesias, efetivamente, a Junta de Freguesia de Campolide é a única que tem um Deputado na Assembleia de Freguesia, mesmo sendo só uma, basta haver uma única pessoa para que este serviço seja a aberto, seja acessível a todas as pessoas e neste caso às pessoas surdas.-----*

----- *Quero estar informado, quero saber o que se passa na cidade de Lisboa e peço-vos que não nos continuem a discriminar. -----*

----- *Muito obrigada” -----*



----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Penso que devemos naturalmente, saudar esta intervenção e agradece-la (A Assembleia Municipal aplaude) por este autarca que aqui nos vem pedir uma coisa que não devia ser preciso pedir, porque é um direito, mas que ainda estamos a tentar cumprir e fica registado, naturalmente o seu pedido e as diligências que iremos fazer para que tenhamos mais interpretação gestual nas nossas Sessões.-----

----- Posto isto, vou dar a palavra ao cidadão Jorge Oliveira que se vem queixar de dificuldades de ligação para comunicar ocorrências ao Regimento Sapadores Bombeiros.-----

----- **O Múncipe, Senhor Jorge Oliveira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e entregou documentação à Mesa:-----

----- “*Muito boa tarde, Senhora Presidente, muito boa tarde Senhores Deputados Municipais.*-----

----- *Eu vinha aqui comunicar um caso que se passou comigo este fim de semana, em que precisei de contactar o Regimento de Sapadores Bombeiros e demorei 20 minutos para conseguir falar com a central.*-----

----- *O que se passa é que eu tenho um telemóvel, portanto, na rua para se ligar para o número 808 que é um número de valor acrescentado, existem muitos telemóveis que estão bloqueados, muitas vezes por assinatura, muitas vezes é a própria configuração do telemóvel.*-----

----- *Portanto, o 808, é um número de chamadas de valor acrescentado que não existe em muitos dos plafonds dos telemóveis.*-----

----- *O caso deste 808 é uma chamada de valor local em que, através de telemóvel, uma pessoa que esteja na rua não consegue ligar, mas depois se for para um telefone fixo já consegue ligar, o que é um absurdo, pois, neste caso, houve um incidente na rua e eu não tinha forma de comunicar com os bombeiros.*-----

----- *O mais grave ainda, eu procurei na Câmara, portanto, no site da Câmara, o número disponível na Câmara é o 808, portanto, estava bloqueado, os três números fixos, o da Secretaria-Geral estava sem atendimento, ninguém atendeu, o da secção de operações, estava sem atendimento, ninguém atendeu.*-----

----- *Ou seja, na prática, o Regimento Sapadores Bombeiros estava indisponível.*-----

----- *Outro paradoxo, no formato smartphone aquela shortcut aquela tecla de atendimento vai justamente para um daqueles números, que não tinha atendimento, ou seja, continuo sem conseguir falar para o Regimento de Sapadores.*-----

----- *O que eu fiz é como estava perto de casa, acabei por ligar pelo telefone fixo e consegui chamar os bombeiros, ou seja, só 20 minutos depois da ocorrência, que não era grave, é a verdade, só 20 minutos depois é que consegui falar com o Regimento de Sapadores.*-----

----- *O que eu proponho é estabelecer um novo número de acesso livre para contactar o Regimento de Sapadores de Lisboa, verificar os procedimentos de contacto através número fixo, e, de preferência, criar um número de contacto único para contactar o Regimento de Bombeiros Sapadores.*-----

----- *Era isso que queria comunicar a esta Assembleia.*-----  
----- (O Município entregou documentação que fica anexada à presente Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante.)-----  
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Nós agradecemos é uma proposta que faz sentido, portanto o Senhor Vereador dos Recursos Humanos e dos Recursos Financeiros também está presente na Sessão e ouviu a sua comunicação. Vamos naturalmente oficializar à Câmara, para ver se isso pode andar para a frente, conforme propõe uma solução semelhante e efetivamente não tínhamos consciência de que havia este problema e foi importante comunicá-lo, porque a rapidez com que se comunica uma ocorrência pode ser decisivo para salvar vidas e, portanto, é muito importante o que veio aqui fazer.-----  
----- Muito obrigada.”-----  
----- Senhores Deputados, terminámos nesta fase, penso eu, porque o cidadão Bruno Santos Carvalho não está presente.-----  
----- Terminámos as inscrições do público.-----  
----- E agora nos termos da nossa agenda, segue-se no uso da palavra, para uma simples saudação do Secretário-Geral do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, o Senhor Andreas Kiefer, que eu chamo naturalmente ao palco.-----  
----- A saudação será feita em inglês, haverá tradução em português e em linguagem gestual.”-----  
----- **O Senhor Secretário- Geral do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, Andreas Kiefer** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em Inglês, a qual teve a sua tradução em simultâneo para Português:-----  
----- “Cara Senhora Presidente Arquitecta Helena Roseta, Senhor Vice-Presidente da Câmara Duarte Cordeiro, Presidente da Delegação Portuguesa no Congresso, Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----  
----- No texto legislativo criado pelo Congresso das Autoridades Locais e Regionais, o Governo dos Estados Membros e do Conselho da Europa responsabilizam o Congresso, com a responsabilidade de preparar com base regular país por país vários relatórios sobre a situação local, e regional em relação à democracia em todos os Estados Membros, e para garantir em particular, que os princípios da Carta Europeia da Autonomia Local são implementados.-----  
----- Para mim é um grande prazer poder tomar parte nesta cerimónia comemorativa organizada pela cidade de Lisboa para marcar o trigésimo aniversário da entrada em vigor da Carta Europeia da Autonomia Local.-----  
----- Eu tenho o grande prazer de já ter tido outros contactos com a Senhora Arquitecta Helena Roseta, porque já foi membro do Conselho da Europa, além de outras funções, e que defende os valores do Conselho como, a democracia, os direitos humanos entre outros, muito obrigada.-----

## DRAFT

----- Não foi coincidência que em 2005 tenha sido aqui em Lisboa, que o Congresso tenha escolhido para celebrar o vigésimo aniversário do início da abertura das assinaturas para a Carta Europeia da Autonomia Local. -----

----- O então Primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, que estava como Presidente do Comité de Ministros do Conselho da Europa disse que “a carta representava uma verdadeira Constituição da Autoridade Local”. -----

----- Eu penso que nós não podemos descrever melhor o que a Carta significa para a base da democracia, é o alicerce no qual as sociedades pluralistas são construídas.-----

----- A nossa celebração conjunta da Carta, mostra como boa é a cooperação que existe entre o Congresso e Portugal, e especificamente com as autoridades de Lisboa. -

----- Esta comemoração também envia uma mensagem forte sobre a importância e a relevância da Carta, que continua a ser um tratado internacional e um instrumento legal único e insubstituível, para salvaguardar e reforçar a democracia local em toda a Europa e mais além. -----

----- Nós todos somos os beneficiários da Carta, todos nós, como cidadãos usufruímos das liberdades cívicas e podemos contribuir para uma vida pública nos nossos Municípios, e todos vós como políticos que servem o povo, e que servem aqueles que estão nas vossas freguesias, e na vizinhança, assim como a cidade como um todo, também são beneficiários da Carta enquanto fazem o exercício dos vossos Mandatos. -

----- Em 2015, as autoridades nacionais portuguesas assinaram com o Congresso um itinerário sobre a democracia regional e local em Portugal. As questões centrais que foram salientadas nesse itinerário são um esquema de consultas às autoridades locais pelo Governo Central, um processo que é tão importante, sobretudo agora em que temos um processo de descentralização a tomar mais importância. E é importante então o desenvolvimento sustentável da situação financeira, a autonomia fiscal das autoridades locais, e a transferência de mais poderes para o nível local. -----

----- O próximo Congresso que vai visitar Portugal, daqui a um ano, para o ano que vem, porque como sabem os relatores visitam os países a cada cinco anos. -----

----- Eu penso que nessa ocasião, a delegação do Congresso também estará interessada em saber mais sobre a vossa experiência em lidar com as consequências da crise financeira, e como, e quando, é que as medidas introduzidas temporariamente vão ser, ou foram finalmente removidas. -----

----- Estamos todos muito orgulhosos que desde 2014, todos os Estados Membros do Conselho da Europa se tenham comprometido em implementar os princípios deste Tratado para proteger a democracia local para benefício dos residentes e das suas comunidades, e para dar aos representantes políticos eleitos as competências, e as medidas para poder desempenhar as suas obrigações em servir os cidadãos.-----

----- Apesar de já se termos conseguido atingir muitas coisas no nível da democracia e do desenvolvimento local, nestes últimos trinta anos, para sermos honestos temos que admitir que ainda há muito a fazer para conseguirmos melhorar ainda mais a autonomia democrática local nos nossos países. -----

----- Como eu já tinha dito, o Congresso visita os países a cada cinco anos, e daqui surgiram quatro questões mais importantes. -----

----- Os recursos inadequados a nível financeiro para as autoridades regionais e locais, a definição alocação e exercício restrito das competências locais, a falta de uma consulta sistemática às autoridades locais feita pelo governo central, e a ausência de uma aplicabilidade direta da Carta, no que diz respeito aos sistemas jurídicos internos, ou seja, o acesso aos tribunais para depois poder discutir estas questões.-----

----- Estas questões recorrentes, que não são uma surpresa porque aqui enfrentam um problema idêntico, podem ser vistas como sintomáticas, de uma tendência mais lacta para a recentralização dos Estados Membros. -----

----- Esta tendência pode tomar várias formas, que podem ir do nacionalismo legislativo, como foi identificado pelo Secretário-geral do Conselho da Europa Thorbjorn Jagland, no seu relatório em 2016, a situações de democracia, direitos humanos e estado de direito. E pode ir também até à recusa feita por alguns tribunais de aplicar diretamente um número de convenções do Conselho da Europa, entre eles, a da Carta Europeia da Autonomia Local, que nós lhe podemos chamar esta falha como “nacionalismo judicial.” -----

----- Nós também estamos a ver a tendência para uma maior supervisão dos municípios, limitando a sua autonomia a gerir uma partilha dos assuntos públicos, e menos descrição na flexibilidade que é dada aos governos locais, em matéria orçamental, como por exemplo a aprovação *ex ante* em vez do controle *ex post*, das decisões e da sua legalidade. -----

----- Através da monitorização da Carta, as recomendações do Congresso servem como um sistema de pré-aviso para o Comité de Ministros do Conselho da Europa, em relação aos desenvolvimentos democráticos em alguns Estados Membros, que podem constituir risco, tanto para o território democrático da autonomia, como a democracia pluralista como um todo.-----

----- A democracia nunca pode ser tida como algo garantido, reforçar a democracia e lutar para conseguir atingir os seus padrões mais altos da governância democrática é um processo que não termina nunca, e que tem que colocar o interesse da comunidade, e o seu bem comum como o centro. -----

----- Neste contexto vale a pena relembrar, que os governos dos Estados Membros aprovaram no preâmbulo da Carta, que as autoridades locais são umas das principais fundações de qualquer regime democrático. -----

----- A avaliação destas questões recorrentes, mostram também que há a necessidade de melhorar as nossas democracias, com esse objetivo nós precisamos de manter as sinergias e de aprender uns com os outros das nossas boas práticas, mas também dos nossos falhanços.-----

----- É essencial partilhar as nossas experiências e trabalhar em conjunto, ao fazê-lo, o Conselho da Europa pode apoiar as autoridades nacionais, e também as autoridades regionais que têm poder legislativo e são responsáveis pelas questões municipais, e pode ajudá-las a estar de acordo com os seus compromissos em relação à democracia local e regional. -----

----- Na ocasião deste jubileu, o trigésimo aniversário que mostra a Europa vista de um ponto vista interessante por todo o mundo, eu não quero criar a impressão de que a

autonomia local e a democracia nas cidades se está deteriorar-se, os atalhos que eu mencionei são apenas uns dos lados da moeda. -----

----- Por outro lado, o Congresso notou que há um progresso significativo na aplicação da Carta, em praticamente em todos os relatórios de monitorização. -----

----- Este ritmo de quatro anos para fazer vistas de monitorização, permite que os governos dos Estados Membros e os parlamentos possam iniciar, implementar e avaliar programas de reforma, e estratégias de descentralização. -----

----- Há outros avanços que podem ser esperados, em particular nos Estados Membros, com os quais o Congresso concluiu estes itinerários para envolver um diálogo político, e para implementar atividades de cooperação no quadro dos planos de ação do Conselho da Europa. -----

----- Desde 2015, sete Estados retificaram o protocolo adicional da Carta Europeia de Autonomia Local, em relação ao direito de participarem assuntos de autoridade local. -----

----- Nós pensamos que podemos reclamar os créditos por isto, pois que, estas retificações são a consequência direta dos relatórios de monitorização, e das suas recomendações feitas pelo Congresso.-----

----- Esta é apenas um desenvolvimento positivo que avança na direção da autonomia local e do governo, e a democracia nas cidades da Europa. -----

----- A nossa tarefa como cidadãos, e como políticos é defender e proteger a Carta Europeia de Autonomia Local, que por sua vez protege os direitos dos cidadãos e de todos os seus representantes eleitos. -----

----- Com a entrada em vigor da Carta Europeia de Autonomia Local há trinta anos, os governos dos Estados Membros comprometeram-se claramente com os princípios expressos no preâmbulo.-----

----- O Congresso vai continuar a encorajar e a apoiar os governos nacionais e o Parlamento, a continuar a desenvolver com as autoridades locais uma forte e vibrante democracia local. -----

----- Temos duas afirmações importantes a nível programático que são as seguintes.-----

----- As citações que eu queria fazer era que nós como Estados Membros estamos conscientes de que salvaguardar e reforçar a autonomia local, nos vários países europeus, é um contributo importante para a construção da Europa baseada nos princípios da democracia, e para o poder descentralizado. -----

----- Em segundo lugar, nós Estados Membros dizemos que tudo isto implica, que haja a existência das autoridades locais dotadas com organismos de decisão constituída democraticamente, e que tenham um alto grau de democracia no que diz respeito às suas responsabilidades. As formas como estas responsabilidades são exercidas, e os recursos necessários para os preencher. -----

----- Estes compromissos são válidos hoje, e são tão relevantes como sempre o foram, e peço-vos que se sintam à vontade para poder utilizar estas afirmações, para as poder citar, quando discutem com os vossos governos. -----

----- E queria dizer ainda o seguinte, a vida é muito preenchida, é muito stressada, mas por favor tomem diariamente alguns minutos, para pensar quais são estes princípios que estão por detrás de toda a vossa vida política.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria pedir à Senhora tradutora que ficasse perto do Senhor Secretário-geral, que eu vou responder em português, para traduzir só para ele, não necessita de traduzir para toda a casa naturalmente, as palavras que vou de dirigir apenas de saudação. -----

----- Meus Caros Deputados e Deputadas, Senhor Secretário-Geral Andreas Kiefer foi uma honra tê-lo recebido aqui. -----

----- Nós em Portugal temos o poder local como uma das grandes conquistas da Revolução de Abril, estamos aqui representados forças políticas que têm visões diferentes do mundo, têm programas diferentes, mas num ponto estamos todos de acordo, defendemos o poder local, queremos mais poder local, queremos uma verdadeira autonomia de poder local. -----

----- Podemos ter ideias diferentes de como se constrói a descentralização, podemos ter ideias diferentes de como se partilha o poder, entre o poder central e o poder local, mas num ponto estamos de acordo, temos todos de partilhar o poder com os cidadãos, são eles que nos elegem, são eles que nos escolhem, são eles que nos mandatam. -----

----- E Senhor Secretário-geral deixe-me lhe dizer uma coisa que me disse um autarca espanhol aqui há tempos: “nós temos muitas competências, nem sempre temos os recursos, mas há uma coisa que todos os Eleitos Locais sabem, quando acabam as competências começam as incumbências, e mesmo sem as competências, e sem os recursos, nós tomamos conta de muita coisa porque senão muito mal andaria o mundo, e muito mal andariam as nossas comunidades.” -----

----- Muito obrigada pela sua visita.” -----

----- Senhores Deputados, eu vou acompanhar o Senhor Secretário-geral. -----

----- Vou pedir, enfim, que compreendam que eu vou abandonar também os trabalhos hoje, porque termina hoje na Assembleia da República o prazo para entregar propostas de alteração, precisamente, no pacote da habitação, e eu tenho que estar lá antes das seis horas, para validar as propostas que vão ser apresentadas neste caso pelo grupo que eu faço parte, todos os outros partidos estão a fazer o mesmo. -----

----- E penso que ainda hoje ou amanhã, teremos notícias sobre o que é que Assembleia da República vai resolver muito rapidamente, nesta área tão importante para a cidade. -----

----- Muito obrigada.” -----

#### ----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Vamos dar continuidade à nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- Vamos passar a palavra à Senhora Segunda Secretária, a Deputada Municipal Virgínia Estorninho para a leitura do Expediente.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

## DRAFT

----- “Boa tarde. -----  
----- Iniciativas do Grupo parlamentar “Os Verdes:”-----  
----- Perguntas Várias ao Governo sobre: -----  
----- A poluição no Rio Tejo.-----  
----- O Carnide Clube.-----  
----- A atribuição do suplemento remuneratório a enfermeiros especialistas na DICAD. -----  
----- Os atrasos na requalificação da Escola Secundária de Camões, em Lisboa. -----  
----- As obras de requalificação da Escola Secundária de Camões. -----  
----- Escola Básica integrada com Jardim de infância Parque das Nações, em Lisboa. --  
----- Projeto de Resolução que recomenda ao governo na requalificação urgente da Escola Secundária do Lumiar de Lisboa.-----  
----- Projeto de Resolução pela necessidade de recuperar a profissão de Guarda-Rios, na preservação e fiscalização dos recursos hídricos. -----  
----- Projeto de Resolução que determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de Direitos de passagem e de ocupação de subsolo. -----  
----- Projeto de Resolução que estabelece a oferta alternativa de bebida vegetal, no âmbito do programa de leite escolar, estabelece a promoção de fruta e outros produtos alimentares saudáveis nos bufetes/bares escolares, desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática nas escolas. --  
----- Iniciativas do Grupo parlamentar do PCP: -----  
----- Pergunta ao Governo sobre degradação do serviço de transporte ferroviário de passageiros nas linhas de Sintra e Azambuja. -----  
----- Projeto de Resolução pelo fim da concessão da FERTAGUS e a integração do serviço ferroviário Lisboa/Setúbal na CP.-----  
----- Reapreciação do Decreto da Assembleia da República.-----  
----- A Junta de Freguesia de Carnide -----  
----- Dar conhecimento sobre Moções e saudação aprovadas na Assembleia de Freguesia de Carnide no dia 28 de junho de 2018.-----  
----- Assembleia Municipal de Sesimbra -----  
----- Edital N° 70/2018 referente à sessão extraordinária de 29 de junho de 2018. -----  
----- Área Metropolitana de Lisboa-----  
----- Deliberações da reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa de 28 de junho de 2018. -----  
----- Atas das reuniões da CEML-----  
----- Deliberações da reunião Concelho Metropolitano de Lisboa de 24 de maio de 2018. -----  
----- Associações para Conhecimento: -----  
----- Fórum Cidadania Lisboa – pedido de confirmação de eventual venda ou cedência relativas ao Palacete dos Marqueses de Pombal/ Janelas verdes. -----  
----- Fórum Cidadania Lisboa – pedido de esclarecimento à Câmara Municipal de Lisboa sobre Palácio Pombal eventualmente cedido para hotel.-----

----- Entidade Reguladora dos serviços energéticos – Concessões de distribuição em baixa tensão alargamento do prazo da consulta pública até dia 17 de setembro de 2018. -----

----- Serviço Municipal de Proteção Civil, corte de árvores no Parque Florestal de Monsanto. -----

----- Federação Portuguesa de táxis dar conhecimento da nota à imprensa sob o tema táxi desalento nunca será sinal de derrota. -----

----- De Municípios -----

----- Maria Conceição Alves Freitas – Dar conhecimento do agradecimento do voto de pesar do Senhor João Manuel Alves Pereira da Silva.” -----

----- E é tudo.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Encerrámos a leitura do Expediente. -----

----- Vamos passar às intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados que exercem o seu Mandato como Independentes, para apresentação dos votos, moções e recomendações, para o Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- A Senhora Segunda Secretária já tem a lista de inscritos, quem ainda não se inscreveu e o queira fazer pode ligar aqui para a Primeira Secretária em Exercício, e vamos dar sequência às intervenções.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Estimado Público Presente. -----

----- O Partido da Terra submete hoje à consideração deste Plenário dois votos de saudação. -----

----- Um, saudamos o atleta de alta competição, Fernando Pimenta pela conquista de duas medalhas de ouro no Campeonato Mundial de Canoagem de Velocidade, respetivamente nas categorias de K1 1.000 e K1 5.000 metros”. -----

----- E no outro em que saudamos, a cidade de Lisboa, como finalista ao Prémio iCapital-“Capital Europeia da Inovação do Horizonte 2020”. -----

----- Recomendamos hoje aqui à Câmara Municipal de Lisboa a “Preservação integral e absoluta das vistas do Miradouro da Senhora do Monte”. -----

----- Recomendação esta que, nasce do alerta de um grupo de cidadãos de Lisboa, preocupados com um projeto “para a construção de um prédio para habitação no topo da Calçada do Monte, Freguesia de São Vicente, com uma fachada contígua ao atual número 41, prologando-se até às escadinhas do miradouro e confrontando com a Rua Damasceno Monteiro.”-----



## DRAFT

----- Este projeto localiza-se dentro da zona especial de proteção da Capela de Nossa Senhora do Monte, classificada como Imóvel de Interesse Público em 1933, sendo inexplicável para nós, como é que a Direcção-Geral do Património Cultural, emitiu “um parecer de aprovação condicionado”, para esse projeto. -----

----- Sendo assim, recomendamos à Câmara Municipal de Lisboa que trave o processo de licenciamento do referido prédio, no sentido de evitar danos irreparáveis às vistas do Miradouro da Senhora do Monte e que respeite e que salvaguarde a zona especial de proteção da Capela de Nossa Senhora do Monte, classificada como Imóvel de Interesse Público, repito em 1933. -----

----- E por fim, colocamos a votação do Plenário uma Moção, pela Escola Básica 2,3 Delfim Santos.-----

----- A Escola Básica 2,3 Delfim Santos desde a sua abertura, em 1981, nunca foi alvo de qualquer intervenção de reabilitação significativa até aos dias de hoje. -----

----- Esta escola é frequentada por cerca de mil alunos, por dezenas de professores e assistentes operacionais. -----

----- Os encarregados de educação queixam-se há anos da falta de condições que este estabelecimento de ensino apresenta, nomeadamente a manifesta ausência de conservação do seu edificado, com especial destaque para os danos que as coberturas dos seus pavilhões e telheiros apresentam e, que possuem amianto na sua composição. -----

----- As fibras de amianto são leves e aerodinâmicas, podendo ser facilmente inaladas, e uma vez instaladas a nível pulmonar, são responsáveis por lesões de gravidade comprovada cientificamente.-----

----- O Grupo Municipal do Partido da Terra através desta Moção pretende, em primeiro lugar apelar ao Ministério da Educação a divulgação da lista de estabelecimentos de ensino identificados como contendo amianto na constituição do edificado, bem como o calendário previsto para remoção do fibrocimento destas estruturas. -----

----- E por fim, pretendemos que seja efetuada com urgência, uma ação de reabilitação da Escola Básica 2,3 Delfim Santos, para que o recinto escolar deixe de representar uma ameaça ao bem-estar e à integridade física da sua comunidade. -----

----- Relativamente aos documentos apresentados, acompanharemos: a Recomendação n.º 035/06 do PPM, “Limpeza de “*Graffiti*s e TAGS” na Cidade de Lisboa”, por ir ao encontro de uma recomendação também por nós aqui apresentada, no Mandato anterior, intitulada “Por uma ação mais eficaz contra os *grafittis* e *tags* ilegais”. -----

----- Assim, como acompanharemos: a Recomendação n.º 035/08 do CDS/PP “Requalificação do Espaço Viário da Avenida da Liberdade”, por entendermos que a Câmara Municipal de Lisboa deverá apresentar à Assembleia Municipal de Lisboa a “avaliação das medidas implementadas nos últimos seis anos”, naquele importante eixo da cidade.-----

----- Não poderemos acompanhar, favoravelmente, em especial a Recomendação “Substituição os fogos-de-artifício tradicionais por fogos de artifício silenciosos”, porque os fogos-de-artifício, referidos como tradicionais são sinónimo de facto, de festa e alegria, como expressamente reconhecido nessa recomendação. -----

----- Em coerência, decerto, e não nos leveis a mal, o PAN proporá mais cedo ou mais tarde a proibição de música alta em festas e concertos, qualquer que seja o estilo musical, bem como a concentração de pessoas nestes eventos, que são uma fonte de poluição e ruído, ou até em manifestações políticas com megafones. -----

----- Concordemos ou não, por uma questão de bom gosto, politicamente não o podemos fazer, pelo aqui evidenciado. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos dar sequência às inscrições, e o próximo Deputado inscrito é o Senhor Deputado que exerce o Mandato como Independente Miguel Graça.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas Municipais. -----

----- Os Deputados Municipais Independentes dos “Cidadãos por Lisboa” vêm aqui também expressar relativamente ao PAOD, algumas das suas posições.-----

----- Primeiro, para dizer que apresentamos uma Recomendação pela “Celebração do Dia Internacional da Pessoa Idosa”, a dia 1 de outubro, pedindo à Câmara que continue a assinalar este dia através de uma iniciativa, como outras que já existiram na cidade, como o Festival de Lisboa Idade. -----

----- Mas também, relativamente a outras recomendações gostaríamos de expressar que iremos nos abster da Recomendação do MPT, relativamente ao Miradouro da Senhora do Monte, por não termos conhecimento se deu ou não entrada um processo de licenciamento na Câmara, não temos essa certeza, apenas temos a certeza que entrou um pedido de informação prévia, mas obviamente votaremos a favor da do PSD, que pede que não se promova nenhum ato até à conclusão do debate da Petição existente, e com isso concordamos. -----

----- Relativamente às obras de qualificação no Miradouro de Santa Catarina, ou “O Adamastor”, votaremos também a favor da Recomendação do Grupo Municipal do PCP, até porque a Câmara, ao que soubemos na Reunião de Câmara que aconteceu, fez também já, e falou na intenção de desenvolver um processo de auscultação pública, e que o Miradouro continuasse acessível a todos os visitantes, e portanto votaremos também a favor, por concordarmos com estas medidas.-----

----- Relativamente à Recomendação do Bloco de Esquerda, sobre o leilão dos edifícios do Centro Hospitalar de Lisboa Central, aliás, como dissemos ao próprio Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, ainda que concordemos com alguns dos considerandos, achamos que acima de tudo a Câmara Municipal deve iniciar diálogo com o Ministério da Saúde, para encontrar os melhores mecanismos para articular qualquer destes edifícios que passem para a esfera pública, se for esse o caso, até porque o Estado tem também responsabilidades a nível social nesta matéria.-----

----- E portanto achamos que ele precisa de ter um cuidado quando faz a alienação do seu património, e por isso achamos que a responsabilização cabe ao Estado, e não à Câmara Municipal. No entanto pugnamos para que esta articulação exista, e que esta ação acima de tudo não se desenvolva sem estratégia, que é isso que nos parece que estar acontecer por parte do Estado central relativamente a esta matéria. -----

----- E por isso fizemos a sugestão ao Bloco de Esquerda, que infelizmente não foi aceite, que fosse iniciado um diálogo com o Ministério da Saúde, não para aquisição mas para articulação, porque nos parecia que era a melhor forma de afetar estes recursos para a cidade, e ao mesmo garantir a função que o Estado central devia-se ter também de pugnar pelo bem das pessoas que estão nestes edifícios, associações que lá estão, uma delas como sabemos é a ADECO que é uma creche que está neste território, e que é um equipamento extremamente importante, com qual também estamos preocupados. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos dar a palavra ao próximo inscrito.” ----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS”. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhor Presidente, eu tinha pedido a palavra para intervir precisamente sobre o ponto de intervenção do Senhor Deputado, não sei se é neste momento, se é depois no momento posterior.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Podemos, se não for nenhuma figura Regimental, nem de protesto, nem outra coisa, vamos inscreve-lo e dar-lhe-emos a palavra.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Mas não era agora! É que era imediata a resposta da questão que é colocada. ----

----- Uma informação prestada à Assembleia.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Sim, vamos inscrever o Senhor Presidente de Câmara, para uma intervenção! E portanto dar-lhe-emos a palavra no PAOD.-----

----- A Senhora Deputada pode continuar.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Nós começamos por informar que subscrevemos os votos de saudação do PAN, aos bombeiros e a todos os que combatem os fogos e apoiam as populações.-----

----- E subscrevemos também, o voto de saudação do MPT a Fernando Pimenta pela conquista das duas medalhas de ouro. -----

## DRAFT

----- O assunto que nos trás aqui agora, é uma recomendação que o CDS apresenta relativa ao Pavilhão Municipal do Casal Vistoso. -----

----- Que é um equipamento desportivo importante ali na zona, ali no bairro, porque tem piscinas, tem salas para vários desportos, tem auditórios, fazem-se ali uma série de iniciativas culturais e desportivas e políticas, e tem as “Olisipidas”, e o Campeonato de Futebol de Salão. -----

----- E quando isto acontece há muitas pessoas que ali vão, umas para participar, outras para assistir. Há pessoas que levam o seu automóvel, há pessoas que vão de camioneta, portanto há camionetas grandes que têm que ir ali, descarregar e carregar atletas, e muitas vezes pessoas que vão só participar de outras maneiras.-----

----- E o que acontece é que aquela rua não tem saída, é uma rua estreita, é uma rua para onde dão várias garagens daqueles edifícios de habitação que estão à volta do pavilhão, e portanto gera-se ali situações caóticas. Muito difíceis de conviver com elas, porque é muito difícil os carros fazerem inversão de marcha, porque as camionetas muitas vezes ficam à espera, seja dos miúdos, seja dos atletas, ficam com o motor ligado, fazem um barulho infernal para aquelas pessoas que ali estão.-----

----- E há um parque de estacionamento de superfície ali muito perto, as pessoas continuam a não o usar, e há o parque de estacionamento subterrâneo do próprio pavilhão que as pessoas também não o usam, ou nem todas usam. -----

----- O CDS compreende que aquilo é uma zona complicada, mas há algumas coisas se poderiam fazer para melhorar, para pôr um bocadinho de ordem no que se lá passa, de maneira que apresentamos nove pontos, que consideramos que são pertinentes.-----

----- Abrir uma rua nas traseiras do pavilhão para ligar a Rua João da Silva à Rua Sarmento Beires. -----

----- Esta nossa proposta tem imagens que podem ser consultadas. -----

----- Abrir uma segunda rua entre a Rua João da Silva e a Rua Sarmento de Beires, esta passando ao lado da empena de um prédio de habitação que lá está, iria determinar que as futuras edificações fossem erguidas em cima de um túnel de acesso, obviamente, que teriam que ser consideradas as condicionantes cadastrais, indemnizados os proprietários, e por aí fora. -----

----- Com a abertura destas duas ruas que permitiriam a saída dos automóveis, a Rua João da Silva que dá a volta ao pavilhão podia e devia tornar-se numa rua de sentido único. -----

----- Na parte das traseiras do pavilhão deviam ser criados lugares para estacionamento de camionetas, e fazer-se uma eventual saída e entrada do pavilhão por esse lado. -----

----- Nos dias em que há ali acontecimentos, deve ser promovido o estacionamento no parque subterrâneo a preços dissuasores do estacionamento à superfície. -----

----- Deve ser promovido o estacionamento no parque de superfície que fica a menos de duzentos metros de distância.-----

----- Devem ser dadas instruções à EMEL para acentuar a fiscalização do estacionamento irregular naqueles dias. -----

----- Deve-se conversar com as empresas de camionagem e pedir-lhes que desliguem os motores enquanto esperam pelos utentes, e devem-se orientar as camionetas para o parque de estacionamento de superfície depois de deixarem as pessoas, e pedir-lhes que só voltem para ali quando for necessário voltar a recolhê-las. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- Próxima inscrição.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Sobre a Recomendação n.º 35/11, “Os Terrenos do Metropolitano em Sete Rios”, que o Grupo Municipal do PCP apresenta nesta Sessão, e a Câmara aprovou um protocolo entre o Município de Lisboa e o Metropolitano de Lisboa, Proposta n.º 794 de 2003, no qual eram estabelecidas as condições e as obrigações de cada uma das partes, sobre o terreno dos Metropolitano em Sete Rios. -----

----- Firmou-se o compromisso de aprovação de um Plano de Pormenor de Ordenamento do Espaço Urbano de Sete Rio, em contrapartida a autorização por parte do Metropolitano de Lisboa de realocização da central de camionagem do Arco do Cego para as suas instalações em Sete Rios. -----

----- Através deste protocolo os terrenos, propriedade do Metropolitano de Lisboa, seriam alvo de uma valorização imobiliária, revertendo expressamente a garantir no quadro das responsabilidades desta empresa a constituição de um fundo de pensões, ou um mecanismo semelhante para os seus trabalhadores. -----

----- Recentemente, o Senhor Ministro do Ambiente afirmou: “que o resultado da venda do referido terreno se destinará, não para os efeitos aprovados pela Câmara Municipal de Lisboa, mas sim para custear a obra de expansão da rede do metro, no prolongamento entre as estações do Rato e o Cais do Sodré.” -----

----- Neste sentido, solicitamos que a Câmara Municipal se comprometa a envidar esforços no sentido de esclarecer qual o ponto da situação de concretização do referido protocolo, e se existiu alteração por parte do Município da Deliberação n.º 794/CM/2003, em data posterior à sua aprovação, e se, na ausência da revogação da deliberação indicada, quais as ações previstas no sentido de garantir o seu cumprimento. -----

----- Apresentamos ainda uma Recomendação n.º 35/10 sobre, as “Obras de Requalificação do Miradouro de Santa Catarina”, e sobre a falta de informação sobre o projeto que se pretende implementar. -----

----- O Miradouro de Santa Catarina existe na cidade de Lisboa há cento e trinta e cinco anos, sendo posteriormente construída uma escultura, do “Adamastor”, de 1927, remodelado em 2013, tornou-se ao longo do tempo um lugar apropriado e plenamente vivido por lisboetas, e visitantes. -----

----- Uma das justificações apresentadas para as atuais obras, é a degradação que tem a ver com o uso a que o miradouro tem estado sujeito, bem como a falta de higiene urbana e de segurança. -----

----- Situações que podem ser solucionadas sem recurso a barreiras físicas, mas procedendo a uma requalificação que vá ao encontro da vontade dos cidadãos e que torne público o projeto de remodelação do Miradouro de Santa Catarina, bem como os estudos que consideram haver uma carga excessiva na utilização do miradouro.-----

----- O Miradouro de Santa Catarina deve continuar acessível a todos os visitantes sem horário, e sem vedação. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Nesta primeira intervenção no PAOD após a entrada em vigor do atual Regimento, “Os Verdes” não podem deixar de registar a sua completa discordância em relação à limitação do número de documentos apresentados, num máximo de dois, entre recomendações e moções. -----

----- Consideramos que estamos perante um retrocesso e uma medida antidemocrática, imposta pelo PS e pelo Bloco de Esquerda.-----

----- A proposta foi aprovada, portanto, respeitá-la-emos, mas é, claramente, uma limitação da apresentação de iniciativas que resultam do contacto com os munícipes e que têm como objetivo a resolução dos problemas da cidade. -----

----- Da nossa parte, procuraremos sempre trazer assuntos de relevância e com a finalidade de melhorar a vida das populações, pugnando por uma cidade mais sustentável e ecologicamente equilibrada. -----

----- Assim, propomos a implantação de coberturas verdes, por desempenharem um importante papel devido às suas funções ecológicas, mas também por reduzirem os custos com a manutenção dos edifícios e com a energia. -----

----- Estas estruturas têm ainda a vantagem de aproximarem a população da natureza e de quebrar a monotonia da paisagem urbana.-----

----- A verdade é que as vantagens destas coberturas estão demonstradas e são reconhecidas. Aliás, a própria Câmara aderiu à Associação Nacional de Coberturas Verdes sem, contudo, e segundo esta entidade, haver trabalho concretizado. -----

----- Ou seja, o que propomos é que esta medida, sempre que possível, passe a ser implementada nos edifícios municipais e que seja contemplada nos novos projetos que venham a ser desenvolvidos. -----

----- É preciso passar da teoria à ação, pois só com medidas concretas teremos uma melhoria da qualidade de vida.-----

----- Cabe à Câmara dar este exemplo e mostrar que mais do que preocupações teóricas no papel, as alterações climáticas e a degradação ambiental se combatem com medidas desta natureza, que têm vastos benefícios a curto, médio e longo prazo, e é por isso mesmo que “Os Verdes” querem mais coberturas verdes na cidade. -----

----- Outro tema que trazemos é a qualidade do ar nas escolas de Lisboa. -----

----- Como sabemos, a qualidade do ar que se respira, quer seja exterior ou interior, tem reflexos na saúde humana e na qualidade de vida das populações. -----

----- Mas, para estarmos conscientes do ponto de situação, e sabermos o que é preciso fazer para garantir uma boa qualidade do ar, precisamos de estudos e de dados, para atuar. -----

----- As crianças e jovens, que fazem parte de um grupo particularmente vulnerável, passam grande parte do seu dia na escola. -----

----- Ora, havendo estudos de 2013 que indicam que o nível de poluição do ar interior pode atingir valores duas a cinco vezes superiores ao do ar exterior, estamos perante uma situação preocupante.-----

----- “Os Verdes” propõem, assim, que a Câmara diligencie no sentido de se conhecer a atual situação da qualidade do ar interior nas escolas, implementando mecanismos para a sua melhoria e, desta forma, prevenir consequências adversas na saúde das crianças e de toda a comunidade escolar. -----

----- Por fim, apresentamos uma Saudação ao Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares, assinalado a 26 de setembro.-----

----- A única forma de garantir que as armas nucleares não serão usadas, é através da sua destruição, pelo que o desarmamento nuclear se impõe como uma questão essencial para salvaguardar a solidariedade, a paz, a segurança e a sobrevivência da humanidade e de todos os seres vivos.-----

----- Importa relembrar que Portugal ainda não ratificou o Tratado de Proibição das Armas Nucleares, e que esse seria um passo extremamente importante para a construção de um mundo de paz, e em respeito pelo que está preconizado na nossa Constituição.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- Próximo orador inscrito.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Diogo Moura pede para ficar mais para o fim. -----  
----- Seguinte.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “A Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Presidente.-----

----- Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas.-----

----- Para o PAOD de hoje o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda traz uma questão que surgiu recentemente nas notícias e que já levou, inclusive, a própria Presidente da Assembleia Municipal a endereçar algumas questões ao Ministério da Saúde.-----

----- E portanto, falamos, daquilo que já se sabe, de nove prédios, espalhados um pouco por toda a cidade de Lisboa, que entram agora num leilão promovido pelo Centro Hospitalar de Lisboa Central.-----

----- E se alguns destes prédios se encontram sem ocupação atualmente, muitos deles ainda têm inquilinos, seja para habitação, seja para pequenos negócios, ou até para associações como a ADECO, como já foi referido.-----

----- Isto pode vir a significar que estas pessoas possam vir a ser despejadas, mais cedo ou mais tarde.-----

----- E numa altura em que a cidade de Lisboa vive, com cada vez mais força, um processo de despejo e de expulsão de moradores e moradoras da cidade, mais um processo, acrescentar mais um processo de alienação de património público, é parecidos nos uma péssima notícia para a cidade.-----

----- Seja pela excessiva permissividade que se dá a fundos imobiliários, seja pelo golpe que significou o veto do Presidente da República à proposta, por exemplo, sobre o direito de preferência, ainda há um longo caminho a percorrer para devolver a cidade às pessoas, também no direito à habitação, campo no qual há uma urgência que demora a ser respondida, e cujo trabalho está ainda a ser feito, mas de forma lenta face às necessidades existentes.-----

----- E portanto, existindo um reconhecimento importante, embora tardio, de que são necessárias alternativas públicas, capazes de responder à necessidade de voltar a trazer jovens, por exemplo, para a cidade, é elementar que este tipo de operações não aconteçam.-----

----- Em primeiro lugar porque nos parece uma opção tomada de uma forma bastante apressada, bastante atabalhoada, sem grande explicação.-----



## DRAFT

----- E, a acontecerem, se este tipo de operações, a alienação de património público, a acontecerem, que possam manter a sua propriedade pública por forma a serem revertidos para o Programa de Habitação Pública da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Estamos a falar de um programa que prevê três mil fogos até ao final do Mandato, e portanto nenhuma casa é demais face aos números com que nos defrontamos, que precisamos de ter para responder às necessidades, e mesmo assim ficaremos aquém das necessidades existentes na cidade de Lisboa. -----

----- E por isso, a recomendação é que possam ser iniciadas conversações entre a Câmara, o Centro Hospitalar de Lisboa Central e o Ministério da Saúde no sentido de perceber que mecanismos estão à disposição da Câmara Municipal de Lisboa para adquirir os imóveis para futura afetação dos mesmos ao Programa Público de Renda Acessível. Para nós é essencial, e daí não termos aceite as propostas de alteração que nos foram feitas, porque de facto a aquisição parece-nos neste momento a forma que melhor garante a afetação efetiva destes imóveis a um Programa Público de Renda Acessível. -----

----- Relativamente a outras moções ou recomendações que hoje vão a votação, referir algumas questões que para nós são importantes. -----

----- Relativamente às recomendações relativas ao Miradouro da Senhora do Monte, na Graça, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente e acompanha também a reivindicação popular, que já tem expressão neste momento numa petição a circular na freguesia. -----

----- E no mesmo sentido, e como já havíamos referido na Sessão da semana passada, votaremos favoravelmente a recomendação relativa ao “Adamastor”, ao Miradouro de Santa Catarina, porque de facto é de uma forma muito paradigmática uma forma de coartar o acesso a espaços públicos por excelência, que são espaços públicos por excelência, e portanto devem estar ao acesso de todos e de todas, que embora possamos admitir que de facto, e toda a gente admite, que existem problemas, de salubridade, ou problemas de limpeza ou até problemas de segurança, encerrar espaços públicos, nunca resolve nenhum dos problemas que foram identificados. -----

----- E de referir que na própria Câmara foi aprovada uma moção do Bloco de Esquerda no sentido de manter este espaço aberto, e portanto, qualquer destes planos tem necessariamente ser discutido com as populações que habitam, e utilizam estas zonas da cidade, o que ainda não foi feito, e portanto, fechar o espaço público nunca foi solução para nenhum problema, seja ele, de segurança, de limpeza ou de outra índole. -----

----- A solução é falar com as populações, e perceber de que forma é que todos os agentes envolvidos, desde Câmara até a freguesia, podem ter soluções para os locais. --

----- Por último, duas questões sobre a recomendação do PPM sobre graffitis, votaremos contra. -----

----- Não concordamos com os pressupostos que estão inerentes à proposta, nem tão pouco com a proposta de mais policiamento em determinadas zonas só porque elas têm graffitis, e portanto é para nós uma forma discriminatória de olhar para a cidade. -

----- Quanto à recomendação do PCP relativa ao Metro de Lisboa, acompanharemos também, sendo que já no início do mês de setembro entregámos um requerimento a pedir estes e outros esclarecimentos à Câmara Municipal de Lisboa, porque de facto não consideramos que seja normal, que exista uma alteração de pressupostos do acordo com prejuízo claro para os trabalhadores e trabalhadoras.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- Vamos passar ao próximo orador.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Presidente Fernando Medina.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.”-----

----- Pedi para intervir...”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Peço desculpa Senhor Presidente, houve aqui uma alteração.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É o Senhor Deputado António Prôa e depois é que o Senhor Presidente, e a seguir é a Deputada Aline Beuvink, e depois o Senhor Deputado Manuel Lage, para que fiquem todos preparados. -----

----- Com as nossas desculpas Senhor Presidente. -----

----- E depois iniciaremos a 2ª Ronda de inscrições. -----

----- Se entretanto aqui como a Senhora Segunda Secretária está a fazer várias inscrições ao mesmo tempo, de vários papéis, se houver aqui alguma falha, agradecia que contactassem a Senhora Deputada Patrocínia Vale César. -----

----- Senhor Deputado António Prôa tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores.-----

----- Venho falar aqui hoje sobre algo que me dá particular gosto, trata-se em geral da salvaguarda das características e da identidade da cidade de Lisboa, mas em particular do Miradouro de Nossa Senhora do Monte. -----

----- Eu diria que é talvez dos meus locais preferidos desta cidade.-----

----- O Miradouro de Nossa Senhora do Monte fica na colina de Santo André, no Monte de São Gens e encerra uma das vistas mais bonitas de Lisboa, à qual eu creio ninguém consegue ficar indiferente, ninguém que ame a cidade consegue ficar indiferente. -----

----- A vista do Miradouro da Senhora do Monte sintetiza, na minha opinião, muito do que são as características de Lisboa. -----

----- Dali se avista o rio Tejo, a Baixa, o Castelo, os telhados, as cores, e a luz de Lisboa.-----

----- Esta é muito da nossa identidade, muito da identidade da cidade de Lisboa. -----

----- Pois bem, tornou-se recentemente pública a pretensão de um particular em construir um edifício neste miradouro, tendo como consequência uma interferência que prejudica este importante património de Lisboa.-----

----- Não se conhece exatamente a dimensão da obstrução da vista do miradouro. -----

----- Há várias imagens que circulam, que simulam aquilo que será a pretensão do particular, mas enfim, são especulações. -----

----- Mas é inevitável o prejuízo para a vista do Miradouro de Nossa Senhora do Monte. -----

----- Sabemos entretanto que a Câmara Municipal aprovou um pedido de informação prévia, infelizmente receio que se tenha precipitado.-----

----- Entretanto, também um conjunto de cidadãos preocupados com esta possibilidade pôs a circular uma petição, um exercício de cidadania que nós habitualmente aqui costumamos saudar, e que também se dirige a esta Assembleia Municipal. -----

----- A recomendação que o PSD que hoje apresenta parece-nos de bom senso, e de respeito por este exercício de cidadania. -----

----- Pretendemos que a Câmara Municipal de Lisboa se abstenha de prosseguir este processo até às conclusões da discussão que ocorrerá nesta Assembleia Municipal, e que poderá contar com os contributos dos cidadãos, mas também com a imprescindível informação da Câmara Municipal. -----

----- Do nosso ponto de vista, o que está em causa é a defesa do interesse coletivo face a um interesse individual.-----

----- O que pode estar em causa é a integridade do Miradouro da Senhora do Monte, enquanto elemento que traduz, e valoriza a identidade de Lisboa. -----

----- O que deve unir esta Assembleia Municipal é o respeito pela cidadania, mas também a salvaguarda do património e identidade da cidade Lisboa. -----

----- É por isso o apelo que aqui deixo, para que esta Assembleia numa atitude de defesa, e de intervenção e de interesse pelo futuro da nossa cidade aprove esta recomendação, dê um sinal desde já, de preocupação à Câmara Municipal quanto a este processo, e se possa envolver e comprometer quanto a uma decisão futura relativamente a esta pretensão.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Pedindo desculpa ao Senhor Presidente, dou-lhe agora a palavra Senhor Presidente Fernando Medina.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado.-----

## DRAFT

----- Senhoras e Senhores Deputados. -----  
----- Quero intervir relativamente à questão dos edifícios do Ministério da Saúde, para dar algumas informações aos Senhores Deputados, e também explicar a posição da Câmara.-----  
----- Em primeiro lugar, nós não fomos contactados nem pelo Ministério da Saúde, nem pelo Ministério das Finanças para realizar sobre qualquer imóvel que estivesse em causa neste leilão nenhuma operação no âmbito do Programa da Renda Acessível, nem da Promoção do Acesso à Habitação, não fomos. -----  
----- Ao contrário do aqui exprimi relativamente à Segurança Social, que tomou uma opção clara, de afetar os imóveis que resultaram da concentração dos edifícios no novo edifício sede na Avenida 5 de Outubro, no cruzamento da Avenida de Berna, e que nos está a permitir desenvolver agora os projetos, que vai permitir a colocação de centenas de casas no Programa de Renda Acessível, e também centenas de camas para estudantes universitários, mesmo em frente ao Instituto Superior Técnico. -----  
----- Ao contrário da Segurança Social, não tivemos por parte do Ministério da Saúde, e do Ministério das Finanças, neste caso, nenhuma intenção nessa matéria.-----  
----- Por isso fomos confrontados com um anúncio de um leilão nos termos que são conhecidos. -----  
----- Chegados a este ponto, a posição da Câmara é a seguinte: transmitimos como muita firmeza a posição de que para nós era incompreensível que o equipamento hoje ao serviço de uma creche, ainda por cima numa área de grande escassez, e com uma instituição que tem hoje um historial respeitado pela cidade de Lisboa, se visse na contingência de ver o seu equipamento vendido. -----  
----- E tive hoje a oportunidade de transmitir de manhã ao Senhor Ministro da Saúde que a Câmara de Lisboa está disponível para comprar aquele edifício em concreto, ao preço base que o Estado determina que é o da sua avaliação, e não o preço posterior de qualquer leilão, por razões que se calhar não vale a pena desenvolver porque de tal forma absurdo seria pensar o contrário, que não vale a pena desenvolver muito.-----  
----- E foi possível ao longo do dia de hoje, obter a confirmação do que a Câmara vai poder proceder a essa aquisição.-----  
----- Faremos em seguida um diálogo com a ADECO, no sentido de saber uma de duas opções. A primeira a intenção da ADECO de avançar ela própria para a compra nas condições em que a Câmara o comprou, cenário, um. -----  
----- Cenário dois é da Câmara manter um contrato de aluguer com a ADECO, e a ADECO utilizar as reservas que tem, e a capacidade de crédito que tem para poder ampliar a sua oferta. -----  
----- Para a Câmara de Lisboa esta segunda hipótese, é a hipótese mais desejável, nós precisamos de mais equipamentos de creche, precisamos de mais oferta de jardim-de-infância, e se uma instituição como a ADECO puder naquela zona aumentar a sua capacidade é para nós preferível mantermos um contrato de aluguer de longa duração, com todas as garantias, e que a ADECO possa usar os recursos que tem da sua gestão para poder ampliar a capacidade. -----  
----- Mas isto tem que ser a vontade da associação. -----

## DRAFT

----- Por isso estamos a fazer aquilo que devemos fazer, proteger uma instituição, proteger a nossa oferta de pré-escolar, salvaguardá-la relativamente a todas as evoluções de mercado, e fazemo-lo nestas circunstâncias. -----

----- Há uma segunda questão, que é perguntar mas por que razão a Câmara de Lisboa não faz isto relativamente ao conjunto do edificado que está oferecido?-----

----- Eu quero dizer com muita clareza à Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, que é preciso talvez refletir um pouco, desculpe a brutalidade da expressão, sobre o absurdo daquilo que está a ser proposto. -----

----- O que está a ser proposto é que um ramo do Estado, neste caso o ramo forte, o Estado Central, o Estado que tem um orçamento superior a cinquenta mil milhões de euros, que venda a preços de mercado, e que então depois aqui, se obrigue a Câmara Municipal de Lisboa que tem um orçamento de mil milhões de euros, cinquenta vezes inferior, que proceda à compra a preço de mercado transferindo rendimento do orçamento da Câmara de Lisboa, para o orçamento do Estado Central, aliás, com a ajuda dos promotores privados que farão subir os preços.-----

----- Isto é um puro e completo absurdo! -----

----- Das duas uma, ou o país entende, e o Estado entende, de que nós temos um problema no acesso à habitação, que devemos mobilizar os recursos públicos que temos, para promover o acesso à habitação, para promovermos rendas acessíveis, e Estado Central, e Câmara de Lisboa caminham juntos para o mesmo objetivo, ou então se nós não nos entendemos isto não se concretiza!-----

----- Agora achar que a Câmara de Lisboa se substituí ao Estado Central desresponsabiliza o Estado Central, e ainda por cima com a ajuda de um mercado inflacionado e da especulação transferimos dinheiro do magro orçamento da Câmara, para os “bolsos” do orçamento do Estado? -----

----- Isto é uma coisa que não faz sentido rigorosamente nenhum, é um absurdo completo.-----

----- E por isso, o que deve motivar da parte dos Senhores Deputados da cidade de Lisboa, independentemente das cores políticas e das bancadas é uma exigência muito firme, e muito clara. -----

----- O património do Estado ao serviço em fundamental, em primeiro lugar, do que seja o acesso ao direito à habitação a custos acessíveis. -----

----- Significa que isto tem que ser visto com ponderação, com equilíbrio, claro que há património que não pode pelas suas características ser afeto à habitação, certo?! -----

----- É verdade que há património que é importante que seja rentabilizado para viabilizar projetos de habitação, ou projetos de cenário da saúde, ou projetos na área da educação, muito bem tudo isso é verdade, não defendo nenhum fundamentalismo. --

----- Agora defender que uma mão, a poderosa faz como quer, e nós aqui temos que ir às sobras pagando e transferindo os recursos, Senhora Deputada com franqueza, não faz nenhum sentido, e não o iremos fazer. -----

----- E menos sentido ainda faz, se isso for defendido para proteger da caducidade de contratos de renda!-----

----- Senhora Deputada, no limite perguntamos mas que política está a ser seguida? ----

----- E digo-lhe Senhora Deputada algo.-----  
----- E espero bem, e faço um apelo também muito firme de novo aqui também, que é vamos colocar pressão sobre o Parlamento, para que rapidamente aprove os instrumentos fiscais de apoio ao arrendamento para que mais casas apareçam no mercado.-----  
----- Porque também o que me parece, aqui é que também já vai muito o tempo, e já vai muito de conversa sobre o tema, e já era tempo de haver umas medidazinhas aprovadas, para que possamos ter mais casas disponíveis no mercado de arrendamento. -----  
----- Muito obrigado.”-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhor Presidente.”-----  
----- Próxima intervenção.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----  
----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink.”-----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beivink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito boa tarde. -----  
----- O fenómeno dos “tags” e grafittis revela-se gravemente lesivo para o património edificado da cidade onde é executado.-----  
----- Dá uma imagem de displicência institucional, de abandono da responsabilização na gestão do espaço público, razão pela qual impõem-se uma intervenção efetiva, e imediata por parte dos serviços do Município. -----  
----- Só que na realidade, como se verifica também em tantos outros casos, a Câmara Municipal decidiu adjudicar esta prestação de serviço a terceiros. -----  
----- Criou-se um concurso público, e com ele, um contencioso. -----  
----- Um contencioso que foi resolvido em abril, mas já se passou meio ano Senhores Deputados, meio ano, e nada se fez. -----  
----- Portanto o PPM apresenta aqui hoje à consideração deste Plenário, uma recomendação para que a Câmara Municipal de Lisboa, crie o mais brevemente possível uma equipa municipal de limpeza de “tags” e “grafittis”, e para não deixar este assunto nas mãos de privados uma vez que esta experiência não foi positiva. -----  
----- Uma palavra à Senhora Deputada Isabel Pires, já que gosta tanto de “tags” e de “grafittis”, podemos pintar o prédio do seu correligionário Ricardo Robles, é só marcar.-----  
----- Gostava de dizer que o PPM irá votar favoravelmente a Recomendação do MPT, “Preservação integral e absoluta das vistas do Miradouro da Senhora do Monte”. -----  
----- Parece-nos preocupante o silêncio da Câmara Municipal sobre este problema, e totalmente descabido sequer a hipótese de autorizar uma construção num local tão

icónico da cidade, com a agravante de violar gratuitamente a zona especial de proteção da Capela Nossa Senhora do Monte.-----

----- Queríamos também subscrever os votos de saudação do PAN pelo Dia Nacional do Bombeiro, e do MPT a favor de Fernando Pimenta.-----

----- Por último, votaremos também favoravelmente a recomendação do PCP, sobre as “Obras de Requalificação do Miradouro de Santa Catarina”, porque não compreendemos como é que ainda se pode fazer política sem ser de uma forma participativa, e aberta.-----

----- O Miradouro de Santa Catarina tem que continuar acessível a todos os visitantes, sem horário, e sem vedação, e os projetos para aquele espaço têm que ser do conhecimento de todos os lisboetas.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Relativamente aos documentos apresentados no Período Antes da Ordem do Dia, o Partido Socialista gostaria de deixar aqui algumas notas sobre os mesmos.-----

----- Sobre a Recomendação n.º 6 precisamente apresentada pelo PPM, a “Limpeza de “*Graffiti*s e TAGS” na cidade de Lisboa”.-----

----- Senhora Deputada houve um concurso público, muito sucintamente, houve um concurso público com nove lotes: um de fiscalização e oito de limpeza. Foram executados dois de limpeza e um de fiscalização, foram impugnados seis, e dessas impugnações a Câmara ganhou todas, em todas as instâncias judiciais, essas impugnações, e neste momento estão todos adjudicados, e portanto em fase de execução, estes seis lotes.-----

----- E portanto tudo o resto que é referido na recomendação do PPM, são jogos de espelho e de fumos, e levantamento de poeira.-----

----- Alguns *grafittis*, e alguns *piches* que são feitos por aí, mas que certamente com uma explicação da Vereação do Executivo ficarão clarificados, e por isso naturalmente, o Partido Socialista não acompanhará a não questão, do PPM.-----

----- Relativamente ao PAN, e à “Substituição dos fogos-de-artifício tradicionais por fogos de artifício silenciosos”, bem para além de o Partido Socialista aderir à argumentação já aduzida aqui pelo MPT, diríamos que naturalmente, há três momentos em que há a utilização de fogo-de-artifício na cidade.-----

----- Nas festas dos Santos Populares, nas Festas da Cidade, quando temos no fim do ano, e de resto esporadicamente quando temos alguns eventos, como aliás, vem dito na recomendação.-----

----- E por isso nós até pensámos em poder votar favoravelmente esta recomendação, mas depois lembrarmo-nos, quando deixarmos de ter na cidade algo que de facto perturba os animais como defende esta recomendação do PAN, algo que o Partido Socialista se propôs a retirar da cidade de Lisboa, há alguns anos, mas que não mereceu acolhimento da maioria das forças políticas de então, bem então nessa altura, nós podemos votar a favor. -----

----- Refiro-me concretamente ao aeroporto que está dentro da cidade de Lisboa e que perturba naturalmente, todos os animais que são visados quando os aviões fazem razias de hora a hora, para não dizer minuto a minuto no Campo Grande, e portanto, onde aliás, há imensos pássaros, onde há imensos cães e gatos, e que até hoje pelo menos não se têm queixado, e portanto antes que o PAN aqui apresente uma moção sobre a retirada do aeroporto de dentro da cidade para proteger os cães e os gatos, o Partido Socialista já o fez por outros motivos, mas naturalmente, não acompanharemos esta questão do fogo-de-artifício silencioso, não só, mas também por estes motivos. -----

----- Finalmente, relativamente à Recomendação n.º 10 do PCP, sobre as “Obras de Requalificação do Miradouro de Santa Catarina.” -----

----- Pedindo desde já a votação por pontos desta recomendação, o Partido Comunista Português veio aqui propor a auscultação pública que vá ao encontro da vontade dos cidadãos, o que naturalmente, é algo com que nós concordamos, para que depois se torne público o projeto de remodelação do miradouro, é algo que também concordamos, e depois que torne público os estudos da carga excessiva. -----

----- Bem a carga excessiva, quando foi mencionada tinha naturalmente, uma conotação não de existência de estudos, mas de reportes, e informações prestadas pela população, aliás, já tivemos aqui hoje a informação de ouvirmos falar, e poder eventualmente haver no miradouro da cidade, eventualmente algo que pode vir a acontecer, e portanto foi nesse aspeto, também neste miradouro se referiu carga excessiva, e portanto não podemos acompanhar. -----

----- E por fim, o PCP propõe que o miradouro continue sem horário, e sem vedação, e aqui também não podemos acompanhar, por uma razão tão simples quanto esta. -----

----- É que nós não podemos querer num primeiro ponto auscultar as pessoas, e no último ponto querer condicionar desde logo a auscultação impedindo, e dizendo “bem nós auscultamos, mas não há horário e não há vedação”. -----

----- E portanto isto não é possível, nós queremos “sol na eira e chuva no nabal”, ou como também ouvimos dizer, porque já se ouviu dizer tanta coisa por aí, como às vezes ouvimos dizer, que há inclusivamente sítios onde nós chegamos a congressos, e onde na pasta quando nos credenciamos já estão as conclusões do congresso onde estamos, o que não é certamente o caso aqui. -----

----- Nós queremos ouvir as pessoas, mas também queremos naturalmente, que ouvindo as pessoas, no final da audição, então aí nos percebermos, se as pessoas querem uma vedação, se as pessoas querem um horário, ou se as pessoas não querem horário, e não querem vedação. -----



----- E portanto nós não aceitamos ouvir as pessoas com uma conclusão prévia tomada, porque isso é um preconceito, e portanto pedimos a votação em separado, e desde já votaremos contra, este ponto desta recomendação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, vamos dar agora a palavra ao Senhor Deputado Miguel Santos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral. ----

----- Hoje temos vários assuntos que trazemos. -----

----- O voto de saudação aos bombeiros, e também relativamente à matéria da promoção da redução do uso de plástico, temos apresentado várias recomendações sobre essa matéria, e moções, e acho que chegou a altura de a Câmara poder fazer uma promoção especial desta matéria, fazendo campanhas dirigidas à população para potenciar os resultados do trabalho que já tem sido feito. -----

----- Queremos acompanhar também as propostas feitas pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, relativamente às questões do amianto que temos também apresentado em anos anteriores, moções e recomendações nesse sentido.-----

----- Em relação aos telhados verdes, que apesar de estar nos programas da cidade tem-se visto pouca aplicação do conceito, e acho que era altura disso ser mais implementado, e estamos também de acordo com algumas das moções do PCP, como seja por exemplo a questão dos terrenos de Sete Rios, independentemente das decisões do urbanismo que possam ser tomadas nesta matéria, aquilo que foi acordado com os trabalhadores relativamente a um fundo de pensões, é algo que não pode voltar para trás, e portanto acho que era importante que independentemente das soluções, há um conjunto mínimo de compromissos que deve ser respeitado. -----

----- Apresentamos também uma recomendação para a “Substituição dos fogos-de-artifício tradicionais por fogo-de-artifício silenciosos.”-----

----- E isto já percebemos que alguns Deputados, provavelmente não entenderam a ideia, ou aquilo que leram. -----

----- Eu queria notar primeiro que a questão não é apenas os animais, são todos os seres sensíveis para além dos animais, pessoas idosas, crianças, pessoas doentes, que para as quais é extremamente perturbador a existência do fogo-de-artifício com os níveis de ruído que isto implica. -----

----- O fogo-de-artifício tem cerca de 120 db, não sei se conseguem relacionar com esta medida, mas tem cerca de 120 db de ruído que fere o sistema auditivo, e para as pessoas mais sensíveis pode mesmo provocar perturbações importantes.-----

----- Isto acontece porque, por exemplo, no caso dos animais a audição nos animais é bastante mais desenvolvida do que no ser humano, sendo que em números, e a título de exemplo, a audição de um cachorro é capaz de ir aos quarenta mil hertz, enquanto nós vamos até aos vinte mil.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, já esgotou o seu tempo, vamos dar a palavra ao orador seguinte.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Diogo Moura sinalizou a Mesa, como acordado na Conferência de Representantes, que vai beneficiar da cedência do terço do tempo disponível por parte do Grupo Municipal do PPM, e portanto aos cinquenta e cinco segundos que tinha acresce trinta e três segundos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados. -----

----- Na Semana Europeia da Mobilidade, e do Dia Europeu sem Carros, que se realiza na próxima sexta-feira, nós entendemos hoje trazer aqui dois documentos relativos à mobilidade, à circulação, e estacionamento na cidade. -----

----- O primeiro já foi apresentado pela minha colega Margarida Bentes Penedo, que tem a ver com o Pavilhão Municipal Casal Vistoso, e aquilo que é a circulação viária em torno do mesmo. -----

----- E eu venho-vos falar da proposta sobre a Avenida da Liberdade. -----

----- Nós estamos a falar de uma zona emblemática, uma das zonas mais nobres da cidade. -----

----- Em 2012, como todos sabem tivemos uma intervenção por parte da Câmara Municipal de Lisboa, que criou duas rotundas concêntricas, e a introdução das voltas à espanhola, com o objetivo de reduzir o tráfego, e a emissão de gases poluentes. -----

----- Hoje, após seis anos tivemos um corte no atravessamento da avenida, o tráfego mantém-se, e a emissão de gases poluentes continua a ser um drama que não se consegue resolver. -----

----- Simultaneamente a Câmara lançou as “Zero”, as zonas de emissões reduzidas, que acabaram por se verificar um fracasso por ausência de fiscalização também da Câmara Municipal. -----

----- E portanto aquilo que era temporário e experimental, passou a definitivo, basta passarmos na Avenida da Liberdade, e ver os pinos de plástico que ali se mantêm, e que fazem o corte no atravessamento da avenida. -----

----- E portanto o que hoje aqui apresentamos ao Plenário, é que a Câmara Municipal apresente nesta Assembleia, uma avaliação das medidas implantadas durante...-----

----- Já estou a acabar? -----

----- Então vou já acabar! -----

----- Neste últimos seis anos, e também que proceda à imediata pavimentação das laterais que nunca sofreram qualquer intervenção.” -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos dar a palavra ao próximo inscrito.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Paulo Muacho dos Independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Relativamente aos documentos apresentados nesta Reunião, destacamos aqui dois deles, a Moção do PAN relativa ao plástico, e a recomendação do PEV relativa à implantação de coberturas verdes.-----

----- O consumo desenfreado de plástico é uma preocupação que partilhamos com o PAN e concordamos que apesar dos passos dados a nível nacional quanto ao problema dos sacos de plástico, e a nível municipal também no seguimento da recomendação que nós próprios apresentámos pela diminuição dos copos de plástico, há muito ainda por fazer para instituir padrões de consumo mais ecologicamente sustentáveis. -----

----- Também a recomendação do PEV nos parece uma boa ideia, que deverá ser estudada pelo Município, e segundo também sabemos, o Município de Lisboa já está a trabalhar com a Associação Nacional de Coberturas Verdes, e por isso também iremos votar favoravelmente estas duas recomendações. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Próxima inscrição.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, relativamente aos vários votos, moções e recomendações aqui apresentadas queremos começar por destacar o Voto de Saudação do Dia Internacional para a “Eliminação Total das Armas Nucleares”, e deixar uma sugestão

que no ponto dois, para as várias entidades e locais que onde enviem, enviem também por favor para Pyongyang.-----

----- A segunda questão é a questão da Moção n.º 035/02 do PAN, e demonstrar o nosso agrado em sentir que agora o PAN acompanha também o PSD nestas matérias, e saudar lembrando aqui a intervenção do anterior Ministro do Ambiente Jorge Moreira da Silva quando se lançou a este combate, ainda no anterior governo, e na altura tão criticado foi, afinal parece que tinha razão.-----

----- Outro ponto particularmente importante, que queremos também aqui sinalizar, é a Recomendação n.º 035/06 do PPM, e dizer que à volta desta matéria torna-se fundamental aprofundarmos o debate, sobre a incapacidade que existe relativamente à remoção de tags e grafittis da cidade de Lisboa, esta é de facto uma matéria sobre a qual nos temos batido, e que entendemos fundamental e relevante que possa ser aprofundado, sobretudo para compreender porquê é que não funciona, independentemente das questões relacionadas com os desafios contratuais dos concursos da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Relativamente à Recomendação n.º 035/09 do PAN, bem eu aqui diria que estamos a exagerar, e mais não diria.-----

----- Relativamente à Recomendação nº 035/14 dos Independentes, este é um dia internacional que já é celebrado.-----

----- Eu julgo que aqui o que nós deveríamos evidenciar, e seria igualmente importante, obviamente que estamos de acordo que se saúde, por isso ficámos um bocado na dúvida se era uma saudação, se era uma recomendação. Porque recomendar, recomendar era tentarmos encontrar forma de ter essa celebração, e termos presente essa população, todos os outros dias do ano.-----

----- Depois a Recomendação n.º 035/15 do Partido Socialista, “Por uma mobilidade sustentável e inclusiva” dizermos com exceção do ponto um, que consideramos claramente mais um momento de publicidade enganosa, a tentar rescrever o que já for feito, estaremos obviamente nos pontos dois, três e quatro, perfeitamente de acordo.---

----- E por fim, a Recomendação n.º 035/16 do Bloco de Esquerda, nós já tínhamos ouvido falar da “Lei Robles”, e agora vemos a recomendação “Robles”, eu diria que parece-me particularmente interessante que venha o Bloco de Esquerda nestas matérias, evidenciar um conjunto de práticas que no limite terem sido adotadas no passado.-----

----- E portanto dizer também, para terminar que concordamos...”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, mesmo para terminar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mesmo para terminar, concordamos com o Senhor Presidente da Câmara, já era de facto tempo de existir alternativas em matérias de políticas de habitação.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----  
----- Próxima intervenção.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Nós pedimos novamente a palavra, para saudar aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse aqui sobre a ADECO.-----

----- Era a terceira questão que iríamos colocar na Informação do Presidente, aproveitamos para dizer que a ADECO é uma associação que foi criada em 1976, era para suprir necessidades básicas, tais como a educação e o apoio social aos residentes e trabalhadores de uma freguesia, então habitada sobretudo por pessoas de fracos recursos económicos.-----

----- A sua creche e jardim-de-infância recebem atualmente oitenta e seis alunos, com idades compreendidas entre um e os seis anos, tendo um quadro de pessoal efetivo de dezoito trabalhadores.-----

----- A sua inserção na comunidade e a manifesta necessidade do serviço prestado estão bem patentes na sua lista de espera de duzentas e sessenta crianças, na maior parte de filhos de pais residentes ou de trabalhadores na Freguesia da Misericórdia ou freguesias imediatamente confinantes.-----

----- Relembramos que a Câmara Municipal de Lisboa reunida a 24 de maio de 2018, aprovou uma moção a apresentada pelos Vereadores do PCP, com as seguintes alíneas:-----

----- A) Sinalizar ao Centro Hospitalar de Lisboa Central, o interesse da Câmara Municipal de Lisboa no imóvel pelo valor da base de licitação do primeiro leilão;-----

----- B) Sensibilizar o Governo através do Ministério da Saúde para a situação da ADECO;-----

----- Os seis da alienação do imóvel por parte do Centro Hospitalar vieram a concretizar-se, cá está uma situação que nós entendemos que a Câmara deve ter uma posição muito firme sobre isto, e realmente assegurar o funcionamento, e a continuidade da ADECO.-----

----- Muito obrigado.-----

----- Sobre a questão colocada aqui pelo Partido Socialista em relação à nossa Recomendação, “Obras de requalificação do Miradouro de Santa Catarina”.-----

----- O que nós acrescentamos e pomos à consideração para votação, em relação a este ponto quatro, enfim, tão aqui focado pelo Partido Socialista, propomos uma redação, que é a seguinte:-----

----- “O Miradouro de Santa Catarina continue acessível a todos os visitantes sem horário, e sem vedação, até que se avalie a situação, e enquadrar o futuro deste local.”-----

----- Muito obrigado”-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----  
----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----  
----- “ Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa” -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Prescinde o Senhor Deputado Rui Costa? -----  
----- Muito bem.”-----  
----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----  
----- “Então, o Senhor Deputado Miguel Graça.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício. -----  
----- Era apenas para saudar a Câmara Municipal, e a mensagem aqui transmitida pelo Senhor Presidente da Câmara, da decisão relativamente à ADECO, resolve este problema num carácter imediato.-----  
----- E também para dizer, que esperamos que a articulação com o Ministério da Saúde venha a ser frutuosa neste assunto, tal e qual como está a ser com a Segurança Social. -----  
----- Portanto para saudar a Câmara por este facto. -----  
----- Muito obrigado.”-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----  
----- Só para anunciar, também uma cedência de tempo para a próxima intervenção, será o Senhor Presidente da Câmara a usar da palavra, beneficiará da cedência de tempo do Partido Socialista, de um terço disponível, e portanto acrescerá o tempo da Câmara, cinquenta e três segundos, cedido pelo Partido Socialista.” -----  
----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----  
----- “Tem a palavra o Senhor Presidente Fernando Medina.” -----  
----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -  
----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----  
----- Senhoras e Senhores Deputados. -----  
----- Gostava de dar duas notas.-----  
----- A primeira sobre o tema do Miradouro de Santa Catarina. -----  
----- Nós propusemos uma intervenção no miradouro, porque é uma intervenção há muito reclamada pelos residentes, e pelos moradores. -----

----- Os problemas associados à difícil convivência, e à perda acentuada da qualidade de vida e do direito ao sossego, no Miradouro de Santa Catarina, não começaram hoje, nem ontem, nem anteontem. -----

----- Quando assumi funções na Câmara Municipal de Lisboa em 2013, já vão cinco anos, já este era um tema.-----

----- E desde essa altura para cá, foram tentadas várias soluções para atenuar o problema, e temos que concluir hoje, que essas soluções não resultaram. -----

----- Isto é, os fenómenos que contribuem para uma crescente agressividade, de separação entre uma parte da população que frequenta aquela zona da cidade, e uma parte da população, que é a população residente, que têm direito à segurança, à qualidade de vida, a um espaço público de qualidade, e a não se sentir agredido, nem com qualquer limitação nos seus direitos, é hoje essencial prosseguir.-----

----- E nós temos que fazer diferente, daquilo que fizemos. -----

----- E vamos ter que fazer mais, porque este conflito que se instalou naquele território aumentou, ao longo dos últimos anos. -----

----- Há alguns que tenderam apressadamente a tomar partido no meio deste conflito, que é um conflito urbano, clássico de uma cidade, que temos noutras zonas da cidade, que já tivemos noutras ainda, e que nos quais já resolvemos, minoramos muito até resolvemos, lembro-me até por exemplo do Arco do Cego. Quem não se lembra as discussões que aqui tivemos sobre esta matéria. -----

----- Mas nós não podemos ignorar este que aqui temos. -----

----- Houve alguns que tomaram partido no sentido de dizer não! “Nós temos é que manter como está, porque no fundo há aqui um direito à paisagem, a Câmara quer privatizar, quer fechar, quer tudo isso.” -----

----- Isso é um disparate completo!-----

----- É bom que precisemos o que a Câmara quer fazer. -----

----- O que nós procuramos fazer é: qualificar um espaço que está completamente desqualificado devido à intensidade do uso que tem, colocar uma nova operação a funcionar no espaço comercial que ali está, porque aquela que ali está manifestamente não fez parte da solução para resolver o problema que ali temos. -----

----- Colocar os sanitários que temos ali, ao serviço de todos, e ter um tempo limitado, um horário a partir do qual essa zona esteja condicionada, para que não haja, para que os moradores possam usufruir a sua noite de descanso, com todo o direito que têm...”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Já esgotou o seu tempo, portanto penso que já ficou perceptível, quer a ideia, quer a conclusão. -----

----- Não temos mais inscritos.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhor Presidente, peço só então para concluir trinta segundos, que é dizer o seguinte.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Uma frase Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Nós estamos disponíveis para todas as soluções. -----

----- Não estamos disponíveis para deixar tudo como está.-----

----- Nem para soluções em que não acreditemos, que sejam eficazes para devolver o bem-estar, e o direito à qualidade de vida que aqueles moradores têm direito.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Damos então por concluídas as intervenções para o PAOD. -----

----- Vamos passar às votações.-----

----- Temos um pedido referente à Recomendação n.º 035/07, e agora temos mais dois pedidos, e um acrescento ao ponto aqui na Recomendação quando lá chegarmos. -----

----- E penso que é só.-----

----- Um pedido do Partido Socialista, e agora estes pedidos do Partido Comunista Português.-----

----- Vamos então, agradecia que se sentassem Senhoras e Senhores Deputados.”-----

----- **VOTO N.º 034/03 (PAN) – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN, CDS-PP E PPM) – VOTO DE SAUDAÇÃO – “VOTO DE SAUDAÇÃO E DE LOUVOR PELO DIA NACIONAL DO BOMBEIRO PROFISSIONAL E POR TODAS E TODOS QUE COMBATEM OS INCÊNDIOS”.**-----

----- (O Voto n.º 034/03 fica anexado à presente Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação Voto n.º 034/03, apresentado pelo PAN, Voto de Saudação – “Voto de Saudação e de Louvor Pelo Dia Nacional do Bombeiro Profissional e por todas e todos que combatem os Incêndios”, também subscrito pelo CDS-PP e pelo PPM.”-----

----- O Voto n.º 034/03 foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário.) ---

----- **VOTO N.º 035/01 (MPT) – (SUBSCRITO PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO MPT, CDS-PP E PPM) - “VOTO DE SAUDAÇÃO AO ATLETA DE ALTA COMPETIÇÃO FERNANDO PIMENTA PELA CONQUISTA DE DUAS MEDALHAS DE OURO NO CAMPEONATO MUNDIAL DE CANOAGEM DE VELOCIDADE, RESPECTIVAMENTE NAS CATEGORIAS DE K1 1.000 E K1 5.000 METROS.”** -----



----- (O **Voto n.º 035/01** fica anexado à presente Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação do Voto n.º 035/01 apresentado pelo MPT, “Voto de Saudação ao atleta de alta competição Fernando Pimenta pela conquista de duas medalhas de Ouro no Campeonato Mundial de Canoagem de Velocidade, respectivamente nas categorias de K1 1.000 e K1 5.000 metros”, é também subscrito pelo CDS-PP e pelo PPM.”-----

----- O **Voto n.º 035/01** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário.) ---

----- **VOTO Nº 035/02 (MPT) – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “VOTO DE SAUDAÇÃO À CIDADE DE LISBOA, COMO FINALISTA AO PRÉMIO CAPITAL – CAPITAL EUROPEIA DA INOVAÇÃO – HORIZONTE 2020”;**-----

----- (O **Voto n.º 035/02** fica anexado à presente Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Voto n.º 35/02 apresentado pelo MPT, “Voto de Saudação à cidade de Lisboa, como finalista ao Prémio Capital – Capital Europeia da Inovação – Horizonte 2020”;--

----- O **Voto n.º 035/02** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: não há votos contra, abstenção do PCP, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND.)-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário.) ---

----- **VOTO Nº 035/03 (PEV) – (2ª NOVA VERSÃO) – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “VOTO DE SAUDAÇÃO DIA INTERNACIONAL PARA A ELIMINAÇÃO TOTAL DAS ARMAS NUCLEARES”**-----

----- (O **Voto n.º 035/03** fica anexado à presente Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Voto n.º 035/03 do Partido Ecologista “Os Verdes”, “Voto de Saudação Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares”, na última versão apresentada e distribuída a todas e a todos os Senhores Deputados.”-----

----- O **Voto n.º 035/03** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário.) ---

----- **MOÇÃO N.º 035/01 (MPT) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “ESCOLA BÁSICA 2,3 DELFIM SANTOS”**.-----

----- (A Moção n.º 035/01 fica anexado à presente Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar agora a votação das moções.-----

----- A Moção n.º 035/01 apresentada pelo MPT, “Escola Básica 2,3 Delfim Santos”.---

----- A Moção n.º 035/01 foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário.)---

----- **MOÇÃO N.º 035/02 (PAN) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “PROMOÇÃO DA REDUÇÃO DO USO DE SACOS DE PLÁSTICO”**.-----

----- (A Moção n.º 035/02 fica anexado à presente Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- A Moção n. 035/02 apresentada pelo PAN, “Promoção da redução do uso de sacos de plástico”-----

----- A votação em separado do ponto número um, para todas e todos os Senhores Deputados.”-----

----- **Ponto 1** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 7 IND.-----

----- **Pontos 2, 3, 4, 5 e 6** foram **aprovados por maioria** com a seguinte votação: não há votos contra, abstenção do PCP, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário.)---

----- **RECOMENDAÇÃO N. 035/04 (PS) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS) – “REDE DE BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA – ACESSIBILIDADE SOCIAL.”**-----

----- A **Recomendação n.º 035/04** fica anexada à presente Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação n.º 035/04 apresentada pelo Partido Socialista, “Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa – Acessibilidade Social”-----

----- A **Recomendação n.º 035/04** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário.)---

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 035/05 (MPT) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “PRESERVAÇÃO INTEGRAL E ABSOLUTA DAS VISTAS DO MIRADOURO DA SENHORA DO MONTE.”** -----

----- A **Recomendação n.º 035/05** fica anexada à presente Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Recomendação n.º 035/05 do MPT, “Preservação integral e absoluta das vistas do Miradouro da Senhora do Monte.” -----

----- A **Recomendação n.º 035/05** foi **aprovada por maioria** não há votos contra, abstenções 7 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 1 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário.)---

----- **O Grupo Municipal do PS** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*O Grupo Municipal do Partido Socialista (PS), em apreço à recomendação 035/05 (MPT) e à recomendação 035/17 (PSD), votou favoravelmente pelas seguintes razões:*-----

----- *O Miradouro da Senhora do Monte é um dos miradouros de referência de Lisboa, com uma das vistas mais abrangentes e privilegiadas sobre a cidade;*-----

----- *O Miradouro integra um conjunto paisagístico e arquitetónico com a Ermida (vulgo Capela) da Senhora do Monte, local de significância religiosa, onde se encontra a Cadeira de São Gens e cujas primeiras referências históricas remontam a 1147;*-----

----- *As vistas desafogadas do Miradouro e o património religioso da Capela, levam a que a zona seja procurada por milhares de visitantes;*-----

----- *O património religioso da Senhora do Monte tem merecido a atenção e o continuado apoio na sua requalificação e dignificação, por parte do executivo da Junta de Freguesia de São Vicente, desde 2013;*-----

----- *A possibilidade do edificado proposto estar na Zona Especial de Proteção da Capela da Senhora do Monte, classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1933;*-----

----- *A necessidade de assegurar a amplitude das vistas do Miradouro da Senhora do Monte, conforme o ‘Sistema de Vistas’ constante da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal;*-----

----- *O projeto de edificação prevê a implantação num terreno de elevado grau de inclinação e de desnível de cotas. O recente deslizamento de terras na mesma área da freguesia, levanta questões sobre o risco a que a edificação estará eventualmente sujeita, mesmo considerando a adoção de elaboradas soluções de engenharia de acordo com a legislação e regulamentos em vigor;*-----

----- *Ser conhecido do executivo da Junta de Freguesia de São Vicente, o sentimento de preocupação dos residentes da freguesia, pela possibilidade de limitação da vista*

do Miradouro e do conjunto envolvente, no caso de uma eventual aprovação de um projeto de construção para o local indicado; -----

----- A declaração do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a 18 de setembro de 2018, de que “(...) não aprovaremos nenhum projeto para aquele local, que não respeite a integralidade daquilo que todos nós amamos naquele espaço”; -----

----- Assim, o voto a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista é feito no sentido de que não se promova qualquer ato relativo ao licenciamento de construção do citado edifício junto ao Miradouro da Senhora de Monte, dado o perceptível impacto que o mesmo terá na zona e na vivência da mesma por parte dos cidadãos e enquadrado com o compromisso assumido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Medina.” -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 035/06 (PPM) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PPM) – “LIMPEZA DE “GRAFITTIS E TAGS” NA CIDADE DE LISBOA”.** -----

----- A Recomendação n.º 035/06 fica anexada à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Recomendação n.º 035/06 apresentada pelo PPM, “Limpeza de “Grafittis e TAGS” na Cidade de Lisboa”.”-----

----- A **Recomendação n.º 035/06** foi **rejeitada** não há abstenções, votos contra do PS, PCP, BE, PEV, 6 IND, votos a favor do PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, 2 IND.

----- (Ausência de um(a) Deputado (a) Municipal Independente da Sala do Plenário)---

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 035/07 (CDS-PP) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “PELA MELHORIA DA CIRCULAÇÃO EM TORNO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DO CASAL VISTOSO (RUA JOÃO DA SILVA)”.**-----

----- A **Recomendação n.º 035/07** fica anexada à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação n.º 035/07 apresentada pelo CDS – PP, “Pela melhoria da circulação em torno do Pavilhão Desportivo do Casal Vistoso Rua João da Silva”, vamos votar primeiro o ponto n.º 7, foi uma solicitação do Partido Socialista”-----

----- **Ponto n.º 7** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: abstenção de 7 IND, votos contra do PS, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 1 IND.-----

----- **Pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 9** foram **aprovados por maioria** com a seguinte votação: não há votos contra, abstenções 7 IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 1 IND. -----

----- (Ausência de um(a) Deputado (a) Municipal Independente da Sala do Plenário)---

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 035/08 – (CDS-PP) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP) – “REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO VIÁRIO DA AVENIDA DA LIBERDADE;”** -----

----- A **Recomendação n.º 035/08** fica anexada à presente Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação n.º 35/08, apresentada também pelo CDS-PP, “Requalificação do Espaço Viário da Avenida da Liberdade;” -----

----- O Partido Socialista está fazer um ponto de ordem à Mesa. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Manuel Lage.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhor Presidente, peço desculpa, só para o bom decorrer dos trabalhos para não deixarmos prosseguir as votações, tendo em conta a votação que o Senhor Presidente anunciou relativamente ao ponto sete, da Recomendação nº 7, creio que foi anunciado que foi aprovado o ponto sete? -----

----- Mas pelas nossas contas o ponto sete foi rejeitado, tendo em conta que houve trinta e sete votos contra, e houve algumas abstenções.-----

----- Portanto o Partido Socialista votou contra o ponto sete e houve abstenções, nesse sentido o ponto sete foi rejeitado, é que o Senhor Presidente anunciou que o ponto sete tinha sido aprovado.-----

----- Era só para esclarecer isto, é se o ponto sete. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quantos Deputados têm o Partido Socialista, Senhor Deputado? -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Senhor Presidente é só um esclarecimento, é só porque as nossas contas aqui dá que o ponto sete foi rejeitado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estava-lhe só a perguntar que no caso de estar errado as contas que a Mesa anunciou, e foram trinta e três deputados do Partido Socialista. -----

----- E eu estava a perguntar se a composição da bancada do PS é diferente dessa?-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Não Senhor Presidente, não é! -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É só porquê de facto como não estava previsto que eu substitui-se a Senhora Presidente Helena Roseta, não temos aqui a nossa habitual “cábula” com os diferentes membros.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “E quantas abstenções é que houve Senhor Presidente, é só para nós termos essa noção?-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Se são trinta e três, a votação o resultado que está anunciado está certo!-----

----- Porque foram trinta e três votos a favor, trinta e quatro contra, e as restantes abstenções.-----

----- Ao contrário, trinta e quatro a favor, e trinta e três contra.”-----

----- E há uma ausência.”-----

----- Senhor Deputado Miguel Graça.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Estamos também com dúvidas, tal e qual como o Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

----- Só para perceber, se seria importante, só para confirmar seriam trinta e três votos a favor, sete abstenções e trinta e quatro votos contra, é isso?-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não trinta e três do Partido Socialista e trinta e quatro dos restantes, e sete abstenções.-----

----- Eu penso que as contas estão certas Senhores Deputados!-----

----- As contas estão certas.-----

----- Podemos prosseguir?-----

----- Trinta e três, trinta e quatro, as abstenções anunciadas e um Deputado Municipal Independente ausente, portanto, mas de todo o modo podiam estar erradas, que não é fácil.-----

----- Mas no caso está certo a votação anunciada.-----

----- Vamos passar à votação da Recomendação nº 035/08 do CDS-PP, “Requalificação do Espaço Viário da Avenida da Liberdade”-----

----- A **Recomendação nº 035/08** foi **aprovada por maioria** com a seguinte votação: abstenção de 7 IND, votos contra do PS, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 1 IND.-----

----- (Ausência de um (a) Deputada (a) Municipal Independente da Sala de Plenário) --

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 035/09 (PAN) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PAN) – “SUBSTITUIÇÃO DOS FOGOS-DE-ARTIFÍCIO TRADICIONAIS POR FOGOS DE ARTIFÍCIO SILENCIOSOS”;**-----

----- A **Recomendação n.º 035/09** fica anexada à presente Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação n.º 035/09 apresentada pelo PAN “Substituição dos fogos-de-artifício tradicionais por fogos de artifício silenciosos”; ---

----- A **Recomendação n.º 035/09** foi **rejeitada** com a seguinte votação: abstenção do BE, PEV, votos contra do PS, PSD, PCP, CDS-PP, MPT, PPM, 6 IND, votos a favor do PAN e 2 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário) ---

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 035/10- (PCP) – (RETIFICADA) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO MIRADOURO DE SANTA CATARINA”** -----

----- A **Recomendação n.º 035/10** fica anexada à presente Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Temos a Recomendação n.º 035/10 do Partido Comunista Português, “Obras de Requalificação do Miradouro de Santa Catarina”, e o Partido Comunista Português no ponto quatro da recomendação acrescenta “até que se avalie a solução adequada para esta situação.” -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, acrescenta ao ponto quatro da recomendação “até que se avalie a solução adequada para esta situação”, com esta nova redação.”-----

----- A Recomendação n.º 035/10, o Partido Socialista propõe a votação por pontos.”--

----- **Ponto 1 da Recomendação n.º 035/10** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE; MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND.-----

----- **Ponto 2 da Recomendação n.º 035/10** foi **aprovado por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS; PSD, CDS-PP, PCP, BE; MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND. -----

----- **Ponto 3 da Recomendação n.º 035/10** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação, não há abstenções, votos contra do PS, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND.-----

----- **Ponto 4 da Recomendação n.º 035/10** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação, não há abstenções, votos contra do PS, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações.)-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 035/11 (PCP) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PCP) – “OS TERRENOS DO METROPOLITANO EM SETE RIOS”** -----

----- A **Recomendação n.º 035/11** fica anexada à presente Ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação n.º 035/11, apresentada também pelo Partido Comunista Português, sobre “Os Terrenos do Metropolitano em Sete Rios”. ---

----- A **Recomendação n.º 035/11** foi **aprovada por maioria** com a seguinte votação: não há abstenções, votos contra do PS, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 8 IND. -----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações.) -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 035/12 (PEV) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) – “IMPLANTAÇÃO DE COBERTURAS VERDES”**-----

----- A **Recomendação n.º 035/12** fica anexada à presente Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação da Recomendação n. 035/12, apresentada pelo PEV, Partido Ecologista “Os Verdes”, “Implantação de Coberturas Verdes”. -----

----- A **Recomendação n.º 035/12** foi aprovada **por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND. -----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações.) -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 035/13 (PEV) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PEV) - “QUALIDADE DO AR NAS ESCOLAS”**-----

----- A **Recomendação n.º 035/13** fica anexada à presente Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação n.º 035/13, também apresentada pelo PEV, “Qualidade de ar nas escolas.”-----

----- A **Recomendação n.º 035/13** foi aprovada **por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND. -----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações.) -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 035/14 (IND) – (SUBSCRITA PELAS(AS) DEPUTADOS (AS) MUNICIPAIS INDEPENDENTES) “PELA CELEBRAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS IDOSAS A 1 DE OUTUBRO”**-----

----- A **Recomendação n.º 035/14** fica anexada à presente Ata como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Recomendação n.º 35/14, “Pela celebração do Dia Internacional das Pessoas Idosas a 1 de Outubro”, apresentada pelos Deputados que exercem o Mandato como Independentes.” -----



----- A **Recomendação n.º 035/14** foi aprovada **por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações.)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados com toda a tolerância, se as Senhoras e Senhores Deputados continuam em pé e a circular na sala durante as votações, vão obrigar a Mesa a fazer aquilo que ela não quer.-----

----- Que é nos períodos das votações mandar encerrar as portas, não é Regimental, mas estamos aqui a complicar desnecessariamente, e a alongar a nossa Sessão temos essa tarefa.”-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 035/15 (PS) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS) – “POR UMA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA.”**-----

----- A **Recomendação n.º 035/15** fica anexada à presente Ata como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação n.º 035/15 apresentada pelo Partido Socialista, “Por uma mobilidade sustentável e inclusiva.”-----

----- O PSD pede a votação do primeiro ponto em separado.-----

----- Vamos proceder à votação do primeiro ponto da Recomendação n.º 35/15.”-----

----- **Ponto 1 da Recomendação n.º 035/15** foi **aprovado por maioria** com a seguinte votação: não há votos contra, abstenção do PSD, PCP, CDS-PP, PPM, votos a favor do PS, BE, PAN, PEV, MPT, 8 IND.-----

----- **Pontos 2, 3, e 4 da Recomendação n.º 035/15** foram **aprovados por maioria** com a seguinte votação: não há votos contra, abstenção do PCP, CDS-PP, PPM, votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, PEV, MPT, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações.)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O CDS fará uma Declaração de Voto por escrito, o PCP também, e portanto toda a Recomendação n.º 035/15 foi aprovada.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Os Deputados Municipais do CDS-PP declaram que se abstiveram na recomendação acima referenciada por considerarem que:*-----

----- *O CDS considera que o tema da Mobilidade é uma das áreas que atravessa maiores dificuldades na região de Lisboa, seja pelos recursos escassos face à procura seja pela necessidade de definir uma estratégia metropolitana e integrada.*-----

----- Pese embora o nosso apoio na introdução de descontos e acessibilidades para crianças e jovens, a verdade é que o PS, simultaneamente, discrimina os jovens não estudantes, tendo por nota a proposta apresentada pelo CDS em sede de Câmara e que pretendia igualar os descontos para os estudantes universitários da faixa dos 18 aos 23 anos não estudantes e que, por razões da própria vida, não puderam ou não tiveram acesso ao ensino superior. -----

----- Por outro lado, o PS apresenta o sistema de bicicletas partilhado GIRA como um sucesso comprovado. Se é verdade que este meio de transporte alternativa acarreta benefícios para uma mobilidade mais sustentável, também é verdade que, nos últimos meses, ocorreram vários acidentes que motivaram a retirada de bicicletas do circuito sem que, ainda que com requerimentos apresentados pelo CDS, tenha sido dada uma explicação à Assembleia Municipal, à população e aos visados. -----

----- Acresce ainda o facto do concurso para as GIRA se encontrar em incumprimento, uma vez que não se encontram instaladas as estações previstas no calendário e o facto do sistema de reposição ser deficitário. -----

----- Assim, o CDS estará sempre disponível para colaborar numa verdadeira estratégia de mobilidade, mas sem artefactos como o texto do PS, infelizmente, comporta.” -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “O Grupo Municipal do PCP absteve-se na votação da Recomendação 035/15 (PS) – Por uma mobilidade sustentável e inclusiva, uma vez que, para além de elogiar a política da Câmara Municipal de Lisboa, não vai além de manifestações de intenções, num quadro em que os aumentos dos preços dos transportes públicos, de facto, não foram revertidos. -----

----- Além disso, no que concerne ao Passe Navegante gratuito até aos 12 anos mantém um problema central – o de que foi o governo a patrocinar uma acção de propaganda da CML uma vez que implica operadores geridos pelo Estado como a CP e o Metro – as cidadãs e cidadãos residentes noutros municípios que se deslocam regularmente para Lisboa para trabalharem continuam sem beneficiar do mesmo patrocínio. -----

----- Os descontos concretizados para jovens e idosos, ainda que positivos, ficaram bem longe do que seria desejável, não abrangendo por enquanto todo o universo de utentes da Carris, e ficando aquém dos aumentos dos preços dos transportes nos últimos anos, especialmente no quadriénio 2011-2015. Sem esquecer que foram descontos anunciados pela Câmara Municipal de Lisboa, mas concretizados por determinação do Governo, discriminando de igual tratamento os restantes municípios. -----

----- O PCP apresentou várias propostas no sentido de melhorar o serviço da Carris e de resolver as necessidades das populações. São disso exemplo, ao nível da bilhética, a proposta para que a Carris recuperasse os títulos próprios aos preços existentes em 2011, aplicando o desconto de 50% para estudantes, jovens e terceira idade e que a CML solicitasse ao Governo a reposição do Passe Terceira Idade para

*o Navegante Rede. Fizeram ainda propostas ao nível da melhoria do serviço para reposição dos percursos anteriormente existentes.* -----

*----- Também, o PCP de há muitos anos a esta parte tem combatido a privatização dos transportes públicos, defendido o investimento público no sector, e a criação de passes intermodais ao nível metropolitano, com a exigência de que todos os operadores sejam abrangidos por tais medidas.*-----

**RECOMENDAÇÃO N.º 035/16 (BE) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – “PELA AQUISIÇÃO DE PRÉDIOS NO PROCESSO DE LEILÃO DE IMÓVEIS NO CENTRO HOSPITALAR LISBOA CENTRAL.”**-----

----- A **Recomendação n.º 035/16** fica anexada à presente Ata como **Anexo XX** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Recomendação n.º 035/16, “Pela aquisição de prédios no Processo de Leilão de Imóveis no Centro Hospitalar Lisboa Central”, nova versão apresentado pelo Bloco de Esquerda.-----

----- E a nota que tinha aqui do Senhor Deputado Modesto Navarro logo em antecipação é que o Partido Comunista Português entregará uma Declaração de Voto Escrita, sobre esta votação que se vai seguir.”-----

----- A **Recomendação n.º 035/16** foi **rejeitada** com a seguinte votação: abstenção do PSD, PCP, CSD-PP, PEV, MPT, PPM, 3 IND, votos contra do PS, 4 IND, votos a favor do BE, PAN, 1 IND.) -----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações.) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Recomendação n.º 035/16 foi rejeitada, o CDS apresentará também uma Declaração de Voto Escrita, tal como o Partido Comunista que já tínhamos anunciado.

----- Os Deputados Municipais Independentes, alguns pelo menos, ou Senhor Deputado Miguel Graça apresentará uma Declaração de Voto Escrita.”-----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “A *Recomendação 035/16 (BE) – Pela aquisição de prédios no Processo de Leilão de Imóveis no Centro Hospitalar Lisboa Central (CHLC), recomenda que a Câmara Municipal de Lisboa inicie de imediato um diálogo com o Centro Hospitalar Lisboa Central, e com o Ministério da Saúde, no sentido de encontrar os melhores mecanismos para a aquisição, pela Câmara Municipal de Lisboa, destes prédios, ou parte deles, para futura afectação dos mesmos para o programa público de renda acessível, e outros equipamentos necessários para a cidade.*-----

----- São 9 imóveis que são propriedade do CHLC e que vão a leilão, onde se inclui o da ADECO - Associação de Desenvolvimento Comunitário da Freguesia das Mercês, fundada em 1976 por iniciativa de um conjunto de cidadãos constituídos em

associação e que instalaram, no edifício sito na Rua da Palmeira, 11, em Lisboa, uma Creche e um Jardim de Infância. -----

----- Desde a data da sua constituição, a ADECO tem por objectivo “cooperar com as famílias na educação dos seus filhos, promovendo o desenvolvimento integral da criança no seu meio sociocultural.-----

----- A sua inserção na comunidade e a manifesta necessidade do serviço prestado, estão bem patentes na sua lista de espera de 260 crianças, na maior parte filhas de pais residentes ou trabalhadores na Freguesia da Misericórdia ou freguesia imediatamente confinantes. -----

----- Defendemos que a Câmara Municipal de Lisboa deve adquirir esse prédio para salvaguardar a existência da ADECO. Mas não podemos defender, que a Câmara Municipal de Lisboa comece a adquirir todos os imóveis que o Estado pretende alienar, até porque será impossível. A Câmara Municipal de Lisboa tem que exigir que o Governo não aliene o seu património valioso e que o coloque ao serviço das necessidades da população, nomeadamente com funções sociais e habitacionais. Por estas razões o Grupo Municipal do PCP absteve-se na Recomendação 035/16 (BE) – Pela aquisição de prédios no Processo de Leilão de Imóveis no Centro Hospitalar Lisboa Central.” -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Os Deputados Municipais do CDS-PP declaram que se abstiveram na recomendação acima referenciada por considerarem que: -----

----- O CDS entende que o acesso à habitação e criação de condições favoráveis para mais habitação na cidade de Lisboa é um desígnio imperioso e urgente.-----

----- No caso da recomendação em apreço o BE, que já nos habituou a uma certa demagogia neste tema, exige da Câmara aquilo que não defende para o património municipal.-----

----- Assim, o CDS considera que o Município deve avaliar caso a caso, consoante as necessidades da zona onde se insere o edificado e o uso actual mas deve, em primeiro lugar, definir estrategicamente a utilização do vasto património municipal para habitação a custos acessíveis para a classe média. -----

----- Ao contrário das exigências do BE, o Município deve encontrar consensos e articular, de forma clara e transparente, com o Estado. -----

----- (O Senhor Deputado Miguel Graça dos Independentes não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto). -----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 035/17 (PSD) – (SUBSCRITA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) – “PELA DEFESA DO MIRADOURO DE NOSSA SENHORA DO MONTE.”**-----

----- A Recomendação n.º 035/17 fica anexada à presente Ata como Anexo XXI e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Recomendação n.º 035/17 apresentada pelo PSD, “Pela Defesa do Miradouro de Nossa Senhora do Monte.” -----

----- A **Recomendação n.º 035/17** foi aprovada **por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8 IND.-----

----- (Ausência de um(a) Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações.) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- A Recomendação n.º 035/17 foi aprovada por unanimidade. -----

----- E tendo sido a Recomendação n.º 035/18 apresentada pelo PSD retirada pelo partido proponente em Conferência de Representantes, encerramos o PAOD.-----

----- O Partido Socialista apresentará uma Declaração de Voto também por escrito.” ---

----- **O Grupo Municipal do PS** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*O Grupo Municipal do Partido Socialista (PS), em apreço à recomendação 035/05 (MPT) e à recomendação 035/17 (PSD), votou favoravelmente pelas seguintes razões:*-----

----- *O Miradouro da Senhora do Monte é um dos miradouros de referência de Lisboa, com uma das vistas mais abrangentes e privilegiadas sobre a cidade;*-----

----- *O Miradouro integra um conjunto paisagístico e arquitetónico com a Ermida (vulgo Capela) da Senhora do Monte, local de significância religiosa, onde se encontra a Cadeira de São Gens e cujas primeiras referências históricas remontam a 1147;*-----

----- *As vistas desafogadas do Miradouro e o património religioso da Capela, levam a que a zona seja procurada por milhares de visitantes;*-----

----- *O património religioso da Senhora do Monte tem merecido a atenção e o continuado apoio na sua requalificação e dignificação, por parte do executivo da Junta de Freguesia de São Vicente, desde 2013;*-----

----- *A possibilidade do edificado proposto estar na Zona Especial de Proteção da Capela da Senhora do Monte, classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1933;*-----

----- *A necessidade de assegurar a amplitude das vistas do Miradouro da Senhora do Monte, conforme o ‘Sistema de Vistas’ constante da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal;*-----

----- *O projeto de edificação prevê a implantação num terreno de elevado grau de inclinação e de desnível de cotas. O recente deslizamento de terras na mesma área da freguesia, levanta questões sobre o risco a que a edificação estará eventualmente sujeita, mesmo considerando a adoção de elaboradas soluções de engenharia de acordo com a legislação e regulamentos em vigor;*-----

----- *Ser conhecido do executivo da Junta de Freguesia de São Vicente, o sentimento de preocupação dos residentes da freguesia, pela possibilidade de limitação da vista*

do Miradouro e do conjunto envolvente, no caso de uma eventual aprovação de um projeto de construção para o local indicado; -----

----- A declaração do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a 18 de setembro de 2018, de que “(...) não aprovaremos nenhum projeto para aquele local, que não respeite a integralidade daquilo que todos nós amamos naquele espaço”; -----

----- Assim, o voto a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista é feito no sentido de que não se promova qualquer ato relativo ao licenciamento de construção do citado edifício junto ao Miradouro da Senhora de Monte, dado o perceptível impacto que o mesmo terá na zona e na vivência da mesma por parte dos cidadãos e enquadrado com o compromisso assumido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Medina.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25ª DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA.** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar ao próximo ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, e para recordar Senhoras e Senhores Deputados, e também ao Senhor Presidente de Câmara, o formato que no essencial acabou por se manter na Revisão do Regimento, mas com uma alteração substancial naquilo que toca aos tempos. -----

----- Portanto a Informação Escrita do Senhor Presidente constitui obrigatoriamente o primeiro ponto da Ordem do Dia, como vamos fazer, processa-se numa única volta. ---

----- E portanto as inscrições que nós temos dos partidos estão agrupadas a si mesmo por partidos, e a Senhora Deputada Virgínia Estorninho depois já procederá à leitura de todas as inscrições que nós temos. -----

----- Temos as dez forças políticas inscritas. -----

----- A intervenção inicial será do Presidente de Câmara, ou do seu substituto legal. ---

----- Teremos as intervenções dos Grupos Municipais, cada intervenção é seguida de imediato de resposta, ou do Senhor Presidente de Câmara, ou do seu substituto legal, ou em Vereadores, que ele entenda delegar ao longo da Sessão. -----

----- E os Grupos Municipais, e os Deputados Municipais que exercem o seu Mandato como Independentes dispõem de um tempo global para efetuar a sua intervenção, e podem usar esse tempo por uma só vez, ou por diversas vezes. -----

----- Em relação aos tempos, e estou a enunciar porque é a primeira vez que estamos a fazer com este formato, e estes tempos. -----

----- Em relação aos tempos nós teremos duas vezes a grelha B, portanto é duas vezes a grelha que acabamos de ter do PAOD, e a Câmara Municipal terá também quarenta minutos há acrescer, ou seja, todas as forças políticas têm duas vezes a grelha do

PAOD, e a Câmara terá duas vezes a grelha do PAOD, dezoito minutos, mais quarenta minutos, na altura o racional, foi mais ou menos quatro minutos para cada força política, mas naturalmente, quer a Câmara, quer as forças políticas exercerão a sua gestão de tempo.-----

----- A Senhora Deputada Virgínia Estorninho vai passar a ler as inscrições das dez forças políticas, e dos Deputados que estão inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, eu vou ler os Deputados que estão inscritos, se houver alguma alteração por favor venham à Mesa, porque nós tivemos que fazer aqui uma alteração de acordo com o novo Regimento. -----

----- Portanto, tenho o Deputado Mário Freitas do MPT, a Deputada Teresa Craveiro Independente, Paulo Muacho Independente, o Deputado Rui Costa Independente, a Deputada Cláudia Madeira do PEV, o Deputado Sobreda Antunes do PEV, a Deputada Aline Beuvink do PPM, o Deputado Miguel Santos do PAN, Deputado Modesto Navarro do PCP, o Deputado Luís Newton do PSD, a Deputada Beatriz Dias do Bloco de Esquerda, o Deputado André Couto do PS, o Deputado Diogo Moura do CDS, o Deputado Gabriel Baptista Fernandes do CDS e a Deputada Margarida Penedo do CDS.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, Senhoras e Senhores Deputados, a Senhora Deputada Virgínia Estorninho foi clara, se houver alterações a esta lista dirigem-se aqui à Mesa, ou usam o telefone e fazem as correções. -----

----- Vamos dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para a sua intervenção inicial.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte Informação Escrita:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Antes de iniciar diretamente o tema que hoje quero aqui abordar, quero referir a questão do Miradouro da Senhora do Monte, porque é um tema importante para a vida da cidade, e quero agradecer em primeiro lugar o papel da Junta de Freguesia e da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, que teve oportunidade há uns dias atrás de me transmitir e entregar, de mão direta, a Petição que já várias centenas de moradores da Freguesia lhe entregaram. -----

----- E quero responder aqui a eles e a todos uma mensagem muito simples, nós não aprovaremos nenhum projeto para aquele local que não respeite a integralidade daquilo que todos nós amamos naquele espaço! Não aprovaremos! -----

----- O Miradouro da Senhora do Monte tem não só características únicas do ponto de vista das vistas sobre a cidade de Lisboa, mas tem por isso, também por isso, um espaço de uma dimensão afetiva na vida de centenas de milhares de pessoas, atrevo-me a dizer até de milhões de pessoas, lisboetas e muitos que nos visitam e que ficaram diferentes após conhecerem aquele extraordinário local e, por isso, nós não

aprovaremos nada que colida com esse interesse superior, que é o interesse da cidade, iremos reavaliar o PIP, que está aprovado e que tem um prazo de validade, aliás, curto, face à atual circunstância que temos, mas iremos depois também dialogar com os próprios proprietários no sentido de assegurarmos que nada, que as coisas se passarão como devem ser passadas, mas fica aqui esta minha palavra de compromisso, porque verdadeiramente não há nenhum processo neste momento para ser aprovado, mas é, no fundo, uma declaração de intenções do que nós consideramos ser a visão que temos para aquele local.-----

----- Senhores Deputados, o tema que escolhi hoje aqui trazer-vos prende-se com o tema da Proposta que tivemos oportunidade de defender para inclusão neste Orçamento de Estado, de radical mudança no sistema tarifário dos Transportes da Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Trago este tema aqui porque este tema é central para a vida de centenas de milhares de pessoas na Área Metropolitana de Lisboa, é central para a vida das centenas de milhares de pessoas que residem na cidade de Lisboa, é central para a economia do país, para a economia da região, para a qualidade de vida, para a saúde, para o bem-estar e é essencial também para a justiça social e para a justiça na distribuição de rendimentos. -----

----- Aquilo que fizemos foi apresentar uma Proposta com arrojo, com visão, com sentido de estratégia, a visão de considerarmos que o valor dos passes sociais, dos passes, deve ser reduzido, e a visão de que os passes devem ser reduzidos para todas as pessoas, porque a mobilidade é um direito de cada um, mas a mobilidade em transporte público é um direito da cidade. -----

----- Ora para nós criarmos condições para que possamos inverter a trágica evolução que tem sido a crescente dependência do transporte individual, só com uma aposta de arrojo, sem precedentes, na criação de condições de atração para o transporte público, a verdade é que no sistema atual, muito cedo os preços do transporte condicionam a opção pelo transporte público. -----

----- Quando nós registamos que grande parte do Concelho de Sintra, a generalidade do Concelho de Cascais, mais de metade do Concelho de Loures, uma parte importante dos Municípios que estão na margem esquerda do Tejo não têm acesso a passe intermodal, nós percebemos que alguma coisa está profundamente errada!-----

----- Quando nós pensamos que no sistema atual mais de 900 mil pessoas estão fora do passe intermodal, que quando é preciso vir do segundo Concelho mais populoso do país para a cidade de Lisboa se gasta no mínimo 80 euros, para poder, com probabilidade de gastar 140 euros por mês, por pessoa, temos aqui a resposta clara, chapada, evidente de porque é que tantos procuram o transporte individual, como um modo fundamental de transporte.-----

----- É por esta razão, Senhores Deputados, que é essencial perceber a trágica curva que nos mostra que 33% dos residentes na Área Metropolitana de Lisboa só representam 1% das vendas de títulos transportes públicos, e só representam 5% das receitas, títulos esses que só representam 5% das receitas de transporte na Área Metropolitana. Ora, como nós sabemos pelos inquéritos, pelos dados de inquérito à



mobilidade 2017, que se acentua a dependência do transporte individual, como nós sabemos, que pelo dinamismo da nossa economia, da economia pujante, vibrante que hoje a cidade de Lisboa tem, que mantém a atração como ponto de emprego, sabemos que a consequência é o aumento dos movimentos pendulares feitos através do transporte individual e sabemos que as principais vítimas da situação atual são precisamente aqueles de mais baixos rendimentos, as classes trabalhadoras que utilizam e têm que utilizar o transporte individual, para acesso ao seu local de trabalho, para o sucesso ao local de educação, ao local de consumo, ao local de cultura.-----

----- O transporte individual não é na cidade de Lisboa, infelizmente, não é uma reserva de uma opção, o transporte individual é uma necessidade, dado o sistema tarifário que nós temos na Área Metropolitana de Lisboa, é por isso, tivemos a capacidade de propor em nome da Área Metropolitana de Lisboa esta Proposta, que transporte em Lisboa custe um euro por dia, um euro por dia! Um euro é o que custará para um cidadão na cidade de Lisboa poder se deslocar em todos os transportes públicos! E que mantendo a isenção até aos 12 anos, e mantendo um limite máximo para as famílias, que independentemente do número de dependentes, que o máximo que pagam são dois valores, dois passes, tenham 2, 3, 4 filhos, tenham ascendentes a cargo, tenham familiares que tenham que cuidar, o que nós propomos é que o máximo valor de um passe na cidade de Lisboa seja um euro por dia para estas famílias, 2 euros por dia é o máximo que custará todo o agregado poder circular de transporte público, significará na Área Metropolitana passarmos este valor para 40 euros por mês, para um passe de família de 80 euros.-----

---- Devo-nos dizer Senhores Deputados, não haverá medida para muitas dezenas de milhares de famílias que tenha mais impacto do ponto de vista social, de que esta medida nos seus rendimentos, porque se compararmos alguém que hoje está nos limites do Concelho de Sintra, que está em Palmela, em Mafra, que vem trabalhar para a cidade de Lisboa, pagam seguramente um valor de 4, 5, 6 vezes mais, do que aquilo que irão pagar com poupanças que podem chegar a mais de mil euros por ano por agregado familiar.-----

----- Esta é uma proposta essencial para a cidade de Lisboa, porque muitos perguntam, mas porque está o Presidente da Câmara de Lisboa a defender uma proposta que é fundamentalmente da área Metropolitana? Não uma proposta para o Concelho de Lisboa? Não, é para o nosso Município também, também propomos esta diminuição, mas é verdade que as maiores reduções que propomos são fora, por uma razão, porque os impactos na cidade de Lisboa são os impactos do congestionamento do trânsito, são os impactos da poluição, são os impactos do atraso, são os impactos da perda de qualidade de vida, são impactos profundos na cidade de Lisboa, e não haverá melhoria sustentável na qualidade de vida na cidade de Lisboa se não houver uma alteração do padrão de mobilidade na Área Metropolitana, não há! E não criemos a ilusão de que vamos resolver o problema quando os carros entraram as fronteiras do Município de Lisboa e quando passam a barreira da CRIL, não resolvemos! Uma vez cá dentro, eles estão cá dentro! Uma vez cá dentro temos que lidar com a poluição, temos que os

parquear, temos que os arrumar, temos que lidar com todos os problemas de congestionamento, é por isso que a nossa prioridade tem que ser, porque reparem, nós recebemos todos os dias, mais, somos das capitais europeias com maior movimento pendular, que mais pessoas recebe que moram fora das fronteiras do Município, e que se compararmos a conta com a população ativa e a população estudantil, cerca de dois terços desta população não reside no Concelho de Lisboa, e para lá das reformas de fundo, para lá das questões do Ordenamento do Território, para lá das questões da habitação, para lá das questões estratégicas sobre como ter uma cidade que funcione mais em ciclo curto, há uma questão que nós não podemos fechar os olhos, que podemos agir já, que é colocar mais pessoas no transporte público!-----

----- O segundo pilar é aquele que muitos têm dito “Bom, mas de que serve baixar os preços se não houver melhores transportes públicos? Se não houver eficácia? Se não chegarem a horas? Se eles não estiverem disponíveis? Se eles não forem de qualidade?”. Claro! É por isso que nós defendemos e estamos a fazer a nossa parte na Carris, quando aprovamos um plano de investimentos, que significa anualmente 30 milhões de euros de transferência do Município para a Carris, e que se vai começar a traduzir na chegada dos novos autocarros, que representam cerca de um terço do global da frota da Carris!-----

----- Mas é por esta razão também que a Área Metropolitana de Lisboa está a preparar o concurso para o novo sistema rodoviário, isto é, o concurso para a exploração de todo o sistema das linhas de autocarros em todos os Municípios da Área Metropolitana, uma operação, uma marca, uma bilhética, um tarifário, um sistema de informação, para que os Municípios da Área Metropolitana possam entrar em qualquer sítio, com um sistema transparente, legível, bem regulado, bem calibrado, ah, e que seja maior, com mais oferta e que os autocarros tenham melhor qualidade, do ponto de vista do seu conforto, mas, fundamentalmente, do ponto de vista dos seus requisitos ambientais! E é por isso também que estamos em terceiro lugar a negociar com o Governo um forte programa de investimento nos meios pesados de mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Dizem alguns “Mas isso demora tempo! Isso vai demorar anos”. Sim vai, vai demorar, alguns projetos vão demorar menos, como aquele que defendemos de instalação de um corredor de transporte público sobre a A5, isto é, uma dos grandes eixos viários de entrada de carros na cidade de Lisboa, que não têm acesso de transporte público, mas os outros que possam demorar mais tempo, nem por isso devem deixar de ser feitos.-----

----- É por isso que insistimos com o Governo na prioridade de ser ampliada, de ser renovada e de ser ampliada a frota de barcos sobre o Tejo, porque precisamos de criar mais condições para transporte público fluvial, para que as pessoas possam vir dos concelhos limítrofes para a cidade de Lisboa! É por isso que nós nos batemos pelo investimento na linha de Cascais, é por isso que nós nos batemos por um meio pesado de transporte que possa ligar Loures a Lisboa, pelo prolongamento da linha atual, pela frente Tejo, que faça a ligação a Odivelas, é por essa razão que nós nos temos batido pelos investimentos na criação do transporte público eficaz na Margem Sul, que faça

não só a ligação à margem Norte de Lisboa, mas que seja também eficaz na sua distribuição e funcionamento, entre toda a coroa, entre toda a corda de Municípios da Margem Sul, porque só assim é que nós podemos evitar que as pessoas tenham que utilizar o carro para as suas necessidades de mobilidade.-----

---- E por último, mudarmos a estrutura de comando no sistema de transportes. Já aqui tive a oportunidade, muitas vezes, de elogiar uma reforma feita no tempo do Governo anterior, que foi a passagem da, a fusão das autoridades metropolitanas dentro das Áreas Metropolitanas e a passagem do sistema rodoviário, da autoridade de transportes, sobre o sistema rodoviário para os Municípios e para a Área Metropolitana, agora é tempo de irmos mais longe, de darmos o passo a seguir, que é um passo da Área Metropolitana ser autoridade de transportes para todos os transportes! Para o transporte fluvial, para o Metro, para a CP, para que a Área Metropolitana seja verdadeiramente a entidade reguladora, financiadora, definidora e organizadora da operação de todas as companhias, para que possamos ter de forma articulada e integrada, todas a funcionar com a mesma bilhética, com o mesmo tarifário, com o mesmo sistema de informação, com interfaces organizados, com os rebatimentos coordenados, para que possamos ter verdadeiramente um sistema de mobilidade organizado à escala Metropolitana, porque é assim que a economia da cidade e da região, o exige! -----

---- Senhores Deputados, quis trazer aqui este tema, porque este tema é estratégico para a cidade de Lisboa, não há solução para os desafios da mobilidade na cidade de Lisboa que não passem para esta estratégia a nível metropolitano, razão, aliás, pela qual nós acedemos, Lisboa acedeu a assumir a Presidência do Conselho Metropolitano, para que possamos dar uma volta e um impulso nesta área decisiva, até ao final do presente mandato! Está agora nas mãos do Parlamento aprovar a proposta por que todos ambicionamos. Obrigado.”-----

---- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado Senhor Presidente de Câmara.” -----

---- Vamos então passar às interpelações à Câmara no âmbito da Informação Escrita. ---

---- O primeiro partido é o MPT.”-----

---- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

---- “O Senhor Deputado Mário Freitas.” -----

---- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado. -----

---- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em Exercício, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público Presente. -----

---- Após análise da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, correspondente ao período de 1 de junho a 31 de agosto de 2018, entendemos tecer as seguintes considerações. -----

## DRAFT

----- Senhor Presidente, de junho a agosto várias inaugurações foram feitas mas, queríamos destacar uma delas: O Posto Avançado do Martim Moniz do Regimento de Sapadores de Lisboa. -----

----- O novo equipamento destina-se, prioritariamente, à intervenção nas Freguesias de Santa Maria Maior, Misericórdia, Santo António e Arroios, com cerca de 56 mil residentes. Como todos sabemos, esta é zona onde se concentram diariamente milhares de pessoas, pois é das zonas mais turísticas da cidade. Para nós estas quatro freguesias ficam a partir deste momento mais seguras com a existência deste quartel. ----

----- Na sequência do constante na Informação Escrita, no que se refere à Operação de Reabilitação Urbana do Campo Grande – Calvanas, decorrente da respetiva delimitação da área de reabilitação, esperamos que esta contribua para a aproximação de uma área periférica e limítrofe, numa continuidade até ao centro da cidade, tal como proposto desde os anos 90, no sentido de se prolongar o Eixo Central da cidade, iniciado nos Restauradores, passando pela Avenida da República e pelo Campo Grande, prolongando-o até à ponta norte da cidade na Rotunda das Galinheiras. -----

----- Nomeadamente através da construção de uma avenida que visa “diluir o efeito de fronteira da Segunda Circular, ligando duas partes distintas da cidade”.-----

----- Esta operação implicará necessariamente a expropriação de imóveis, apelamos para a justa e correta indemnização dos respetivos proprietários, não com valores ofensivos, mas sim de acordo com cotações atualizadas. -----

----- Constatamos da leitura do documento hoje aqui em apreciação, que o Executivo na sua lista de objetivos contempla a construção de creches, de forma a responder à carência de vagas existentes. -----

----- Gostaríamos de relembrar o Executivo de que, muitos dos estabelecimentos de ensino na nossa Lisboa têm encerrado e sido alvo de despejos, quer pelo aumento de rendas quer pelas intenções de venda dos imóveis onde estão situadas. -----

----- Exemplo disso mesmo é a Freguesia do Areeiro, em que nos últimos anos perdeu vários estabelecimentos de ensino, uma perda de cerca de 300 vagas sem aparente compensação, dando como exemplo o anunciado encerramento da Associação São João de Deus. -----

----- Nesta Informação Escrita, analisamos com cuidado o capítulo dedicado à higiene urbana. Como sabemos esta é a área que mais preocupação traz e mais insatisfação também, neste momento. -----

----- A limpeza da cidade nos últimos anos é insuficiente mas nos últimos meses parece desleixada. Dos passeios sujos com dejetos caninos aos muros e paredes grafitados acabando no amontado de lixo junto a contentores, esta é uma realidade que nos envergonha na nossa cidade. -----

----- Falta de consciência e cidadania? Falta de Sensibilização? Insuficiência de meios? Má gestão?-----

----- A verdade é que os dados apresentados no capítulo dedicado à limpeza urbana demonstram, que as 1460 intervenções referentes ao controlo de pragas e 78 relativas ao controlo da população de pombos foram executadas por solicitação. -----

----- Em fevereiro do corrente ano, o Partido da Terra apresentou a recomendação a esta Assembleia “Por um Controlo de Pragas mais eficaz”, recomendação onde foram rejeitados pelo Partido Socialista e os Deputados Independentes, pontos como:-----  
----- “Promova a manutenção da salubridade da via pública, aumentando a frequência de recolha dos resíduos urbanos ao longo do dia e fiscalizando o cumprimento dos horários para a deposição de resíduos domésticos na via pública; -----  
----- Reforce as brigadas da Divisão de Controlo Sanitário, responsáveis pelo controlo anti murino e anti blatídeo na cidade;” -----  
----- Podemos assim verificar Senhor Presidente, que talvez seja necessário repensar na frequência da recolha diária dos resíduos urbanos e a necessidade de reforçar as brigadas de controlo sanitário. -----  
----- Pois não somos os únicos presentes que tropeçamos em baratas nos passeios e nos desviamos dos inúmeros sacos de lixo constantemente presentes nas ruas.-----  
----- As muitas horas e os muitos circuitos de varredura e lavagem mecânica de arruamentos com taxa de execução de 100%, não evitaram as centenas de reclamações registadas. -----  
----- Meus Senhores.-----  
----- Urge solucionar este problema de falta de limpeza, pois a solução não está na contratação externa a empresas de remoção de grafitis, pois eles continuam a proliferar em todas as zonas da cidade. -----  
----- A limpeza do grafitis não é mais que uma política reativa, quando essa problemática deveria ser abordada no âmbito pró- ativo.-----  
----- Relembramos mais uma vez que, o Partido da Terra apresentou no anterior Mandato uma Recomendação “Por uma ação mais eficaz contra os Grafitis e tags ilegais” na qual os pontos deliberativos se recomendavam, entre outros: -----  
----- “Dotar as Juntas de Freguesia, em especial as do núcleo histórico, com os meios necessários para poderem proceder a uma rápida intervenção na limpeza deste tipo de fenómenos;-----  
----- Criar no seu portal “na minha rua”, um tipo de ocorrência designado grafiti ilegal e que proceda à divulgação pública deste canal como forma de comunicação;”-----  
----- Estes pontos, rejeitados pelo PCP, Bloco de Esquerda, PAN e Independentes. ----  
----- Decorria o ano de 2014 e passados quatro anos ouvimos falar um grafiter italiano em Lisboa, com o nome artístico de GECCO, que tem coberto a cidade com tags e autocolantes afirmando:-----  
----- “*Apaixonei-me por Lisboa também porque podés pintar durante o dia*”.-----  
----- E acrescentando: “*Eu venho de Roma, e lá, pintar é uma tarefa mais difícil. Quando saio à rua é só mesmo de noite ou de madrugada. Sinto mais pressão e ando com mais cuidado pelas ruas. Pinto sobretudo em sítios abandonados ou completamente escondidos. Cá, os polícias são mais permissivos, não têm tanto ódio às pessoas que fazem graffiti*”. Citei -----  
----- Caros Deputados presentes, se isto não é desleixo é afinal o quê? -----  
----- Para nós, o património municipal e o património privado seja ele qual seja, devem ser respeitados e não serem diariamente alvo de comportamentos abusivos. -----

----- Para o MPT, é importante a continuação da existência da Galeria de Arte Urbana, de forma a promover a arte urbana, disponibilizando espaços para que todos os interessados possam exprimir-se e contribuir, por esta nossa Lisboa. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Palavra ao Senhor Presidente de Câmara para responder.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhor Deputado, eu quero responder a duas questões. -----

----- Relativamente ao aumento de creches é de facto uma prioridade do Município, terá reparado, e aliás consta na Informação Escrita, o lançamento do concurso para a criação de quatro novas creches, e de um quinta no Convento do Desagravo. As novas creches serão feitas com o recurso à tecnologia modular, que permite uma construção mais rápida, assim como as creches B.A.Bá que dispomos, e a do Convento do Desagravo complementa aquilo que é o projeto da escola de que dispomos, e iremos continuar, iremos prosseguir esta política, aliás, acabei de anunciar também relativamente à instituição que há pouco falámos, iremos prosseguir este nosso trabalho. -----

----- Relativamente às questões do lixo que coloca, admito que vá ser uma questão colocadas por vários Senhores Deputados, gostava de, primeiro ponto: -----

----- Felizmente estão hoje ultrapassadas as questões que, durante largos meses, para não dizer mais do que um ano, obstaculizarão a que a cidade tivesse um sistema eficaz de remoção de grafites. Como o Senhor Deputado sabe, foi um impasse e as delongas do ponto de vista da contestação judicial, que impediram o Município de já ter um mecanismo eficaz para responder a esta questão. -----

----- A informação de que dispomos é que a partir do próximo mês de outubro, estes contratos começarão em funcionamento, em ação, e teremos uma melhoria rápida, teremos uma melhoria significativa, e rápida nesta área, e com contratos que entrarão em vigor por um período longo, e por isso não necessitarão, não estarão sobre o risco das contingências das aprovações, e dos calendários, e das contestações. -----

----- Relativamente à recolha do lixo, eu gostava em primeiro lugar de separarmos o que é conjuntural do que é estrutural. -----

----- Conjunturalmente a cidade tem dificuldade, como têm muitas outras cidades pelo país, aliás, têm sido corrente as notícias sobre problemas em várias cidades do território nacional que durante o mês de agosto em que se concentram num período de férias de uma parte importante da força de trabalho que está nestes serviços, quer nas Câmaras, quer nas Juntas de Freguesia a situação agrava-se. -----

----- E agrava-se em particular nestes meses, nestes períodos nas zonas de maior intensidade turística, porque não só há menos recursos humanos, como também há uma carga maior do ponto de vista do impacto e da produção de lixo na cidade. -----

----- Há em segundo lugar uma dimensão estrutural relativamente à situação, que tem que ser enfrentada como estamos a enfrentar, que é encontrando as respostas para as diferentes realidades de lixo na cidade, que começaram aliás com a reforma da separação da limpeza e varredura para as Juntas de Freguesia, que tem hoje um aspeto muito importante na instalação dos contentores, e de um sistema próprio nos bairros históricos, onde a recolha seletiva “porta a porta” no modelo tradicional não funcionava, que têm um ponto muito importante na introdução de uma rede de contentores enterrados, que complementam no fundo uma inovação que a cidade precisava já há décadas, que complementam a recolha seletiva “porta a porta”, precisamente nas zonas em que ela se demonstra que não funciona de forma adequada. E assim continuaremos adotando as medidas que são necessárias nas várias zonas, pode ser criando novos sistemas de recolha em zonas de forte densidade residencial com menor eficácia do atual sistema, seja com o alargamento da recolha ao domingo em zonas em que este sistema funcione e que seja mais útil, eficaz funcionar desta forma. Mas essa trata-se de uma resposta estrutural, que prolonga no fundo aquilo que temos vindo a fazer, que tem sido muito, que tem sido um trabalho muito grande, de grande dimensão, que passou pela contratação de centenas de cantoneiros para o Departamento de Higiene Urbana, num investimento sem precedentes na renovação da frota, o que significa muito melhor capacidade de resposta, menos tempo de paragem dos camiões nas oficinas, muito menos riscos de acidentes, mas que temos que prosseguir nas várias frentes, para que tenhamos um sistema eficaz, para um cidade que está a crescer do ponto de vista da produção de resíduos urbanos.-----

----- É preciso ter a noção que nós não estamos a enfrentar um desafio estático, nós estamos a enfrentar um desafio que está, é um alvo em movimento, permanentemente a cidade está a produzir mais porque temos mais pessoas que nos visitam, e temos mais pessoas a trabalhar, aquilo que há pouco falava das que vinham de automóvel também produzem lixo na cidade de Lisboa, e é para este sistema crescente que temos que ir encontrando respostas. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Temos como segunda força política inscrita, agora os Deputados Municipais que exercem o Mandato como Independentes.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Teresa Craveiro (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, e também funcionários e jornalistas. -----

----- Da Informação Escrita apresentada, nós relevamos a minúcia e discriminação das Direções Municipais, no entanto continuamos a lançar algum repto, se não seria possível articular essa mesma minúcia de ações e programas ligados com as grandes opções do plano, e que fosse imediato percebermos toda a estratégia do Executivo exatamente nestes documentos, em vez de ser sectorizado por Pelouros ou por Direções. -----

----- Já o fizemos este repto em março, e parecia-nos que seria interessante nomeadamente como bússola, quer para os Deputados quer mesmo para o Executivo. ---

----- Referimos, com bastante satisfação, o Programa “Habitar o Centro Histórico” onde efetivamente cinquenta e duas chaves já foram dadas, e que pomos, de facto, o património disperso no centro histórico a favor de reabitar a cidade, e acima de tudo minimizar todos os despejos existentes pelo impacto também do alojamento local e do turismo. -----

----- No entanto, porque nas cidades é fundamental a matéria de dar coesão social através dos equipamentos públicos, achamos que ao fim de oito meses, desde fevereiro, que fizemos uma recomendação sobre as cartas dos equipamentos, não se trata de uma preocupação permanente, mas trata-se de perceber que é preciso fazer todo um trabalho, que sabemos que é de Pelouros, mas está na Divisão do Plano Diretor Municipal com o censo de 2011 e com os cenários, porque afetação dos terrenos neste momento é só referente a 2001, e portanto a cidade, como o Senhor Presidente acabou de dizer, tem-se modificado, e precisamos efetivamente desta coesão e de equidade no território, e isso é fundamental, e achamos que seria bom que na próxima Informação já pudessem vir algumas das cartas concluídas, nomeadamente das orientações estratégicas das creches, é fundamental porque nós temos de facto cinco novas creches, mas gostaríamos de saber quais as novas creches que existem, e que vão estar em programa ligados efetivamente às novas dinâmicas demográficas do território. -----

----- Portanto trabalhar na mesma com documentos feitos e aprovados em 2009, corresponde décalage relativamente à realidade operada entretanto. -----

----- Não só as orientações estratégicas mas também a questão dos equipamentos de saúde e a própria Carta Educativa. -----

----- E agora uma área que nos é cara relativamente à questão da saúde. -----

----- Desde 1992 pela Organização Mundial de Saúde, os Municípios e as cidades foram disputadas para colocar a saúde na ordem do dia, não é um problema da administração central. -----

----- A própria Lei agora aprovada, a 50/2018 vem dizer a mesma coisa. -----

----- E é de facto com alguma pena que vimos que o sector da saúde nesta Informação, tem cinco ações desgarradas, desde apoio, a recolha de sangue, a questão da Misericórdia, e no fundo está não sei aonde o plano municipal de saúde aprovado por unanimidade referente ao Município saudável, e que tinha quatro eixos das vulnerabilidades, o envelhecimento, a questão da vida ativa, e simultaneamente de facto dotar a cidade de equipamentos de saúde. -----



----- É uma medida dentro do plano, porque o plano é muito mais vasto, efetivamente na saúde, e penso que vale a pena retomar esse trabalho, até porque foi aprovado por unanimidade, e é um trabalho que os agrupamentos de saúde de facto querem para trabalhar com os agrupamentos de saúde. -----

----- Isto prende-se também com a questão da Carta do Desporto, senão tivermos o levantamento de tudo o que existe, neste momento o Serviço Nacional de Saúde e os agrupamentos de saúde estão a receitar atividade física, e precisam de saber de facto quais as instituições, e quais os clubes que fazem atividade física para minimizar exatamente a questão das doenças e transformar a cidade mais saudável. -----

----- Por último, portanto, dizer e remeter que a “Capital Verde Europeia de Lisboa”, é extremamente importante para 2020, ela corresponde a um esforço de duas décadas de trabalho sucessivo no âmbito da sustentabilidade de que, neste momento também estamos de acordo com o passe social vem com certeza corroborar, mas gostaríamos de ver os programas e ações que vão sendo estabelecidas articuladamente com este mesmo objetivo, ou seja, é preciso que esta informação seja uma informação que ela se articule aos vários instrumentos, em vez de ser matérias desgarradas, que às vezes elas não passam dos próprios Pelouros e das próprias Direções Municipais-----

----- Enfim é este repto que deixamos, pensado que serve, quer a Assembleia Municipal a própria Câmara puder monitorizar as políticas, os instrumentos, as medidas e ações. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhor Presidente de Câmara se quiser responder, embora dando-lhe nota que tem mais duas inscrições de Deputados Municipais que exercem o Mandato como Independentes.-----

----- Responde a todos, muito bem.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício da Assembleia Municipal, Patrocínia César** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Mesa em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Relativamente à Informação Escrita do Presidente sobre a atividade da Câmara Municipal entre junho e agosto deste ano, gostaríamos de focar a questão do estacionamento. -----

----- Consideramos que é contra cíclico querer reduzir o número de carros, que circulam dentro da cidade Lisboa, aumentar a utilização do transporte público e de soluções de mobilidade partilhada e suave, e simultaneamente aumentar o número de lugares de estacionamento em zonas como Entrecampos, Beato, Penha de França e Alto dos Moinhos. -----

----- A lógica de que cada família tem direito a um ou dois ou três carros, e que esses carros devem ter lugares de estacionamento garantidos é uma lógica insustentável e que não é acessível a todos. -----

----- O espaço público cada vez mais um bem escasso deve ser usufruído pelas pessoas e não servir para o estacionamento de veículos que estão 95% do seu tempo parados e sem utilização. -----

----- Se é verdade que Lisboa tem estado na linha da frente da criação de incentivos positivos à utilização de transportes públicos, bicicletas e opções de mobilidade partilhada, e aliás, o recente anúncio de propostas muito ambiciosas pelo Senhor Presidente são um exemplo que saudamos, e qual também apoiamos, também é verdade que sem a existência simultânea de incentivos negativos será muito difícil tornar a opção pelo transporte público, partilhado ou pela mobilidade suave a escolha lógica para qualquer lisboeta que se desloque dentro da cidade, é este o caminho que nós defendemos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária Exercício da Assembleia Municipal, Patrocínia César** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dar nota também que o Senhor Deputado Municipal Rui Costa vai beneficiar de cedência do terço do tempo disponível do MPT, e portanto devem-se acrescentar cinquenta segundos ao tempo do Senhor Deputado que ainda vai usufruir dos Deputados Municipais que exercem o Mandato como Independentes. -----

----- Senhor Deputado tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício. -----

----- E as primeiras palavras naturalmente de agradecimento ao gesto de cortesia democrático do Movimento Partido da Terra. -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Foi com grande satisfação que vi o anúncio desta nova medida de mobilidade ao nível do passe, dos custos do passe, anunciada quer na entrevista do Senhor Presidente da Câmara Municipal ao “Expresso”, quer aqui nesta Assembleia. -----

----- Mas essa entrevista, e se essa é de facto uma prioridade louvável, e uma louvável, essa entrevista trás outra medida também louvável mas urgente, que é uma nova geração de políticas de habitação em Lisboa. -----

----- Continuamos a ter todos os dias nesta Assembleia, nas Reuniões Públicas de Câmara, ouvimos na rua, ouvimos nos transportes públicos sobre as dificuldades económicas sobretudo no acesso à habitação. -----

----- E Senhor Presidente, para além do Programa Renda Acessível, para além de uma série de programas que para aqui aparecem no âmbito da Informação Escrita, eu queria-lhe colocar uma questão muito concreta, que é relativamente ao plano de intervenção ao edificado disperso. -----

----- Diz-nos a Informação Escrita dos serviços que ele está concluído, e que aguarda que a Câmara Municipal determine qual a sua afetação, e portanto gostaria que esclarecesse esta Assembleia e os lisboetas sobre essa afetação. -----

----- A segunda questão tem que ver com o arrendamento para subarrendamento. -----

----- E eu gostaria de saber quais vão ser as regras que a Câmara Municipal pensa criar para o acesso ao mercado, e os incentivos que pretende dar aos particulares para acederem a esse mercado, de que forma pretende fazer, e qual será a prática, os preços, os custos e os modelos de atribuição de habitação neste novo modelo. É que de facto Senhor Presidente pode resolver a mobilidade e até podem saírem os lisboetas “daqui para fora” com um passe a custos mais módicos, mas a não resolução do problema da habitação, essa é que não pode passar em claro na Assembleia Municipal.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: ----

----- “Muito obrigado Senhores Deputados. -----

----- Primeira questão da Deputada Teresa Craveiro sobre as questões das cartas de equipamentos, tem razão no alerta que faz relativamente à sua atualização, e também no ponto relativamente à sua importância para uma gestão da transformação que está a acontecer na dinâmica da cidade de Lisboa. -----

----- Eu recorro para aqueles que conhecem melhor o tema a particular dificuldade em realizar uma parte destes instrumentos pela situação perfeitamente única, que nós vivemos que é termos uma população flutuante que é superior à população residente, o que coloca dificuldades do ponto de vista da carga dos equipamentos, da distribuição desses mesmos equipamentos, que hoje fazem situações paradoxais como nós termos uma taxa de cobertura global de oferta de creches que é superior aquela que está referenciada como guião internacional da Carta de Barcelona, e ao mesmo tempo todos nós sermos confrontados com o sentimento, e a lista de inscrições para mais vagas de creches porque precisamente estamos a falar de uma população residente, calcula-se o indicador na base de uma população residente para mais envelhecida, e temos uma procura que não é expressa pela população residente, mas pela população que aqui vem trabalhar, e que prefere por opção da sua vida ter os seus filhos nos equipamentos sociais da cidade de Lisboa. -----

----- Os trabalhos estão mais avançados relativamente à Carta da Educação. -----

----- Relativamente à Carta da Saúde, eu creio que nós temos dois pontos, que creio eu que já estão bem amarrados, que é a carta relativamente aos novos equipamentos na rede de cuidados primários, por isso a rede relativamente aos centros de saúde. -----

----- Temos um aspeto em trabalho face à forma como suprimos a necessidade na rede de cuidados continuados, embora eu creio aqui que a questão mais do que a rede no território é mesmo uma questão de oferta, é mesmo uma questão de ter as camas, é mesmo uma questão de ter essa resposta, e espero em breve ter boas notícias para trazer à Assembleia Municipal nesta matéria. E há depois uma questão que ainda não está resolvida de forma adequada, que é primeiro lugar a construção do hospital ex-hospital de Todos os Santos, ou que lhe seja, o hospital central da zona oriental da cidade de Lisboa, e de que forma se articulará com a rede hospitalar de proximidade. --

----- Segunda questão colocada sobre a questão da habitação, e resposta ao Deputado Rui Costa, é evidente que nós temos lançado estas iniciativas e o máximo de linhas e de programas possíveis para alargar a oferta de habitação, daí o meu alerta há pouco, é essencial que o Parlamento mexa, é essencial que o Parlamento decida, porque nós temos que colocar mais casas disponíveis para arrendamento a custos acessíveis na cidade de Lisboa. E não é crível, não é possível pensar que toda esta oferta se vai resumir ao esforço do Município enquanto proprietário, e ou daquilo que vai conseguindo pelos departamentos do estado aqui ou ali, não é possível abdicar do que é a esmagadora maioria do edificado na cidade de Lisboa que é o edificado privado. ---

----- E por isso é preciso perceber a dinâmica como ele funciona e rapidamente colocar, aprovar os instrumentos, nomeadamente aqueles que apresentamos ao Parlamento de reduções significativas do ponto de vista fiscal para o aluguer de longa duração, para que depois nós possamos criar os outros instrumentos que são importantes no aumento da oferta de arrendamento. -----

----- Está amplamente estudado que um dos fatores principais, que limita as pessoas a colocar a sua propriedade para arrendar é o receio do risco de incumprimento e o receio do processo associado ao incumprimento do pagamento. -----

----- Ora o que eu propus fazer, que a Câmara faça, é uma vez criados os incentivos fiscais para o arrendamento de longa duração, a Câmara ser ela própria um instituto de seguro de arrendamento, que permita no fundo transmitir um sentimento de segurança ao proprietário individual que por herança tem a sua segunda casa na cidade de Lisboa, uma casa que não está habitada devidamente, que às vezes até pode precisar de uma recuperação, e que ele ambiciona não vender porque não se quer desfazer do património, não o lucro e transferir aquele rendimento para uma outra coisa qualquer, aquela riqueza para outra forma qualquer, mas que quer ter uma renda fixa, e aí é que nós estamos disponíveis para dialogar, e dizer o seguinte: "alugue a casa à Câmara de Lisboa, nós podemos subalugá-la a seguir, pelos critérios da renda acessível, pelas condições de acesso de sorteio dentro do mecanismo da renda acessível, mas nós agimos como seguro. Porque não tenha receio que não lhe paguem, porque está a falar com Câmara de Lisboa, não está a falar com uma pessoa que não conhece." -----

----- E este papel que a Câmara pode ter, porque tem maior confiança junto do mercado, e tem também maior capacidade para se ressarcir das dívidas que possam

incorrer, que nós avançamos com este projeto, mas que obviamente só existirá quando houver um maior rentabilidade para o arrendamento de longa duração, para que nós possamos intervir.-----

----- Última questão, sobre a questão dos parques de estacionamento. -----

----- É verdade aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado que a partir de determinado momento pode haver a ideia de haver uma incoerência relativamente aos objetivos de política, mas não creio no nível em que estamos, nem no nível em que estamos, nem nas zonas em que nós estamos a falar. -----

----- É porque se é verdade aquilo que o Senhor Deputado diz, é inteiramente verdade aquilo que diz, é também verdade que nós em muitas zonas não temos estacionamento às vezes para a primeira viatura, não existe, puro e simplesmente não existe, e temos que o criar, e mais, acho que temos uma obrigação, independentemente da política geral da mobilidade, e porque sabemos que vai demorar tempo a ter um sistema de transportes públicos eficazes, já várias vezes disse aqui nesta Assembleia, é a grande área de atraso, do pós 25 de Abril em matéria de políticas públicas é esta, é da mobilidade nas áreas metropolitanas, andamos muito melhor nos resíduos, na água, no saneamento, na saúde, na educação, esta não andamos bem. -----

----- E por isso não se peça um prejuízo adicional, quando muitas vezes temos as condições até para recuperar espaços de utilização temporária de espaços, para podermos aliviar um pouco um quotidiano das pessoas que é muito difícil.-----

----- Agora quero deixar muito claro ao Senhor Deputado, isto não me afasta um milímetro da minha convicção, e a minha convicção é que o nosso modelo atual de entrada em Lisboa de trezentos e setenta mil veículos, e de grande parte das necessidades feitas, 57% das necessidades de mobilidade na área metropolitana são satisfeitas pelo transporte individual, este modelo é completamente insustentável, e este modelo, temos que adotar as políticas, com determinação, com urgência, com convicção, para o inflitirmos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente de Câmara. -----

----- Vamos passar a outra força política.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos também uma segunda inscrição do Partido Ecologista “Os Verdes” do Deputado Sobreda Antunes.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

## DRAFT

----- Senhor Presidente, começamos a apreciação desta Informação Escrita com algumas questões relacionadas com o Festival Iminente, um festival de música e arte urbana que se vai realizar em Monsanto, no Panorâmico, nos próximos dias 21, 22 e 23 de setembro, situação aliás referida no relatório que nos foi distribuído, até porque tem a coorganização da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Como é evidente, “Os Verdes” defendem a promoção de eventos culturais, mas, inevitavelmente, uma iniciativa desta natureza terá impactos muito significativos no Parque Florestal de Monsanto, a nível da poluição sonora e da própria participação das pessoas. E não nos podemos esquecer que são esperadas quatro mil e quinhentas pessoas por dia, ou seja, em três dias poderão passar por Monsanto quase catorze mil pessoas.-----

----- Bem sabemos que estão previstos transportes para as deslocações até ao Panorâmico e que não será possível estacionar nessa zona, mas a verdade é que mesmo assim haverá, necessariamente, vários impactos negativos associados a um evento desta dimensão, tal como sucedeu com eventos anteriores. -----

----- E, a propósito desta questão, a Câmara parece ter-se esquecido de uma deliberação aprovada por unanimidade em fevereiro de 2017, no seguimento do debate temático sobre Monsanto, e essa deliberação dizia o seguinte: “que seja garantida a não promoção de eventos que comprometam o equilíbrio ecológico do Parque Florestal de Monsanto, afetando a fauna e a flora”. -----

----- É também importante que a Autarquia não se esqueça que não só nessa altura mas também já em maio deste ano, foi aprovada uma deliberação para que o Município procedesse à audição e receção de contributos da Plataforma por Monsanto e de outras associações que são uma voz ativa na salvaguarda de Monsanto. -----

----- Neste caso concreto era essencial sabermos se esta Plataforma, ou outra associação, foi ouvida ou os seus contributos foram tidos em conta. Relativamente a esta matéria a Informação Escrita é totalmente omissa.-----

----- Gostaríamos também que o Senhor Presidente nos informasse se foram equacionados outros locais que apresentassem impactos menores e por que razão acabou por ser escolhido o Parque de Monsanto para a realização deste festival que, recorde-se, foi anteriormente realizado no Jardim Municipal de Oeiras. -----

----- Por fim, relembramos também que está a decorrer neste momento, e até ao fim do mês, a consulta pública sobre a Certificação do Parque Florestal de Monsanto no âmbito do Forest Stewardship Council. -----

----- Esta situação vem referida na Informação Escrita e a Câmara acrescenta ainda que assume o seu empenho em continuar a implementar no Parque Florestal de Monsanto um conjunto de boas práticas, que ao abrigo do processo de monitorização da certificação são escrutinadas por esta consulta pública, que versa sobre as atividades de gestão corrente e de manutenção desenvolvidas no Parque e respetivos impactos. -----

----- Perante estes dados, temos obrigatoriamente de perguntar se é através de eventos como este Festival que a Câmara pretende salvaguardar o equilíbrio ecológico deste espaço florestal que, mais uma vez dizemos, pretendemos que seja vivido pelas

peçoas, mas de forma equilibrada e sustentável, e não de uma forma desordenada e nada sustentável do ponto de vista ecológico, porque não estamos a falar de um parque urbano.-----

----- Para terminar, recordamos que continuamos à espera, desde maio, que o Executivo faça chegar a esta Assembleia a listagem das medidas entretanto implementadas e por implementar em Monsanto no sentido da sua preservação, e a respetiva calendarização. -----

----- A Informação Escrita contém breves referências a algumas destas medidas, mas de forma avulsa e superficial, não nos permitindo saber em concreto qual o ponto de situação e esta Assembleia deve ter acesso a informação mais detalhada e rigorosa, tal como foi definido na deliberação aprovada por unanimidade no âmbito do debate temático sobre esta matéria. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado Sobreda Antunes.-----

----- Tem a palavra Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Seria expectável que a intervenção do Senhor Presidente abordasse os conteúdos da Informação Escrita. No entanto, acabou apenas por destacar o tema dos transportes que nem sequer constam na introdução da sua Informação Escrita de junho a agosto de 2018. -----

----- Aliás, a sua referência prioritária é para o estacionamento, quando refere que: *“a Câmara tem também em curso um projeto de construção de parques dissuasores, como acontece já hoje na Ameixoeira, com o preço mensal de dez euros para quem possuir o passe de transporte coletivo. Areeiro, Pontinha, Ameixoeira, Chelas, são alguns dos locais escolhidos para instalação destes parques. A Autarquia prevê disponibilizar mais cinco mil lugares para aqueles que quotidianamente entram, enfatizo, entram, em Lisboa, vindos dos concelhos limítrofes, incentivando a utilização dos transportes coletivos no interior da cidade.”* -----

----- Ora, o Senhor Presidente manifestou recentemente, durante a ‘Lisbon Mobi Summit’, a sua elevada preocupação com a invasão diária de viaturas na capital, afirmando que *“todos os dias entram em Lisboa trezentos e setenta mil automóveis”*, o que constitui um problema que necessita ser solucionado, para que seja sustentável circular na capital. -----

----- E adiantou que, para si, a solução passaria por baixar o preço dos tarifários, criar uma boa rede de transportes públicos, passar o comando desta matéria para os municípios, e concluir o concurso rodoviário integrado a nível metropolitano. Até aqui, muito bem. -----

----- Porém, esta pretensa profundidade de raciocínio persiste na manutenção de uma contradição estratégica. Mostra-se preocupado com a entrada de veículos, mas aceita que eles entrem na cidade para estacionarem em parques ditos dissuasores. Será de facto uma preocupação? Já lá iremos ao cerne do problema. Começemos por contextualizar a questão dos transportes. -----

----- Como sabemos, com a entrada em vigor da Lei nº 52 de 2015, de 9 de junho, a Área Metropolitana de Lisboa passou a dispor, no domínio do transporte público de passageiro, das “atribuições e competências estabelecidas no Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros”. -----

----- Daí que uma recente análise à situação dos fluxos de acesso a Lisboa tenha evidenciado que, nas intermináveis filas de trânsito matinais e ao final da tarde, a maioria dos carros transporta apenas o seu condutor. -----

----- É também sabido que de onde vêm menos carros, dos concelhos à volta da cidade, são precisamente aqueles que dispõem de transporte pesado, como o metropolitano e o comboio. -----

----- Porém para combater este predomínio do veículo individual, os dezoito Municípios da Área Metropolitana propuseram ao Governo uma descida drástica dos passes sociais, a financiar pelo Orçamento do Estado. A proposta é dos dezoito concelhos e não apenas de Lisboa. -----

----- Para os Municípios da Área Metropolitana é não apenas consensual como fundamental dotar o território com um sistema capaz, fiável e adequado às necessidades dos habitantes e dos utentes de transportes em particular e que seja dada prioridade à expansão da Carris e do Metro para os concelhos limítrofes com à criação de interfaces modais, não dentro, mas fora da capital. -----

---- Porém, o Senhor Presidente prefere apostar numa linha circular do Metro, que não aumentará o número de utentes, e na criação de parques dissuasores já no interior da capital. E esta é a sua grave contradição: queixa-se da entrada de centenas de milhares de viaturas em Lisboa, mas não defende junto do Governo a expansão do Metro para as freguesias ocidentais da cidade, nem para os concelhos limítrofes, como forma de captar novos utentes e reduzir drasticamente a entrada de viaturas na capital. -----

----- E porquê? Porque prefere que as viaturas entrem e estacionem em Lisboa, pagando o estacionamento à EMEL. Porque adora ouvir o tilintar das moedinhas. Daí que os próximos parques dissuasores previstos, para além do da Ameixoeira, sejam no Areeiro, Chelas ou Pontinha, ou seja, bem dentro da cidade. Nem se situam fora da capital, nem confirma a sua anuência à expansão da Carris e do Metro dentro e fora da capital, porque esta medida retiraria dividendos à EMEL e ao Município de Lisboa. ----

----- Bem podem os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa fazer propostas ao Governo, mas que arriscam ‘cair em saco roto’ se depois Lisboa elege medidas que as contradizem. -----

----- Por isso “Os Verdes” são favoráveis a uma mobilidade verdadeiramente sustentável para todos, pugnando pela valorização do serviço público de transportes, a melhoria substancial da qualidade, do conforto, da diminuição dos tempos de viagem, do aumento da segurança, da frequência, da capacidade da oferta de transporte,



incluindo a expansão do Metro, defendendo o alargamento das coroas do passe social intermodal e a redução do preço dos bilhetes e dos passes para a Área Metropolitana. ---  
---- Esta Informação Escrita constituiu, por isso, uma mera formalidade.” -----  
---- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
---- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----  
---- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
---- “Obrigado Senhor Presidente.” -----  
---- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
---- “Foi com uma tolerância excecional que o Partido Ecologista “Os Verdes” é o partido que cumpre sempre os tempos, como ainda ontem abordámos na Conferência de Representantes. -----  
---- Senhor Presidente da Câmara para responder ao Partido Ecologista “Os Verdes”.”-----  
---- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: ---  
---- “Muito obrigada. -----  
---- Senhora Deputada, eu acho que a realização do Festival Iminente no Panorâmico de Monsanto é uma excelente notícia para a cidade de Lisboa.-----  
---- Acho que é um excelente festival, organizado por um dos nossos mais conceituados artistas contemporâneos, em que vai ser uma mostra de gente criativa, talentosa do melhor que o país tem, e muitos que vêm de fora, e acho que a escolha do Panorâmico de Monsanto foi uma excelente escolha, na qual a Câmara participou, avaliámos outras alternativas, e acho que finalmente após, tantos e tantos anos de degradação, sem que lhe tivéssemos algum uso possível e estruturado desde os tempos em que se pensou que aquela área pudesse ser o Centro de Operações Integradas entre o Município e a Proteção Civil Nacional, acho que a realização deste festival é uma excelente notícia.-----  
---- Acho que este festival é perfeitamente compatível com aquilo que definimos, que é a utilização consciente do Parque de Monsanto, a utilização que é feita não fere o Parque de Monsanto, não fere os valores fundamentais do Parque de Monsanto, enquadra-se, e tem aliás, na sua organização várias preocupações que indiciam isso. ---  
---- É curto na sua duração, no número de dias, é limitado o número de pessoas que assistem, o meio de transporte é assegurado com acesso através de *shuttles* e de transportes públicos, e por isso foram tomadas em consideração as medidas necessárias para uma utilização consciente do Parque de Monsanto. -----  
---- Segunda questão do Senhor Deputado, sobre a contradição, não há nenhuma contradição em matéria de política de mobilidade, o nosso discurso é totalmente coerente, totalmente consciente, não há nenhuma contradição sobre defendermos a aposta de mais transportes públicos de redução do espaço, com a construção de parques dissuasores em zonas que escolhemos da cidade de Lisboa, Senhor Deputado, por uma razão. Porque nós precisamos de criar e de implementar um conjunto de

medidas que vão no mesmo sentido, que é o descongestionamento da cidade de Lisboa, e da utilização do transporte da cidade de Lisboa, com consciência que não temos a “varinha mágica” para fazer tudo sobre uma folha em branco no momento atual. -----

----- Se hoje como Presidente da Câmara estivesse ao meu dispor, desenhar o que é os instrumentos de mobilidade pesada, seja comboio, seja o metro, seja o transporte fluvial, se tivesse capacidade, seja o sistema de elétricos ou de *trams*, seja a rede rodoviária, se tivesse capacidade de a desenhar é que se novo numa folha, e se por magia a fizesse aparecer num dia na área metropolitana, então sim senhor, o Senhor Deputado teria razão em dizer que ter um parque dissuasor era uma incoerência.-----

----- Ora, nós estamos num momento em que temos de construir várias soluções que concorrem para o mesmo fim, com a consciência que várias vão demorar muito tempo a implementar.-----

----- Agora quem tem uma visão muito clara do seu ponto de destino, e que tem uma visão muito clara sobre os instrumentos a utilizar, tem a consciência que não há nenhuma incoerência, eles são todos complementares para o mesmo objetivo, e é isto aliás que estamos a procurar fazer.-----

----- E essa ideia que o Senhor Deputado tem, de que afinal a Câmara não quer resolver o problema da mobilidade porque quer mais receitas de estacionamento, Senhor Deputado, nem sequer o Senhor Deputado acredita no que diz, nem sequer até o Senhor Deputado tem essa política, porque senão aliás, o que lhe aconselharia a propor era que propusesse no próximo orçamento que reduzíssemos os parques de estacionamento da cidade de Lisboa, que diminuíssemos radicalmente os preços para deixarmos entrar mais automóveis na cidade. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Vamos à intervenção do PPM.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores boa tarde outra vez. -----

----- Acho curioso o Senhor Presidente gastar o tempo da apresentação da sua Informação Escrita para falar de medidas do Governo. -----

----- E que depois anuncie que vai concessionar o transporte público, quando nos últimos anos dizia que não era uma boa medida, acho curioso, e não muito coerente, mas adiante.-----

----- Devo dizer que foi difícil para o PPM sobreviver a este verão sem a Informação Escrita do Senhor Presidente, tal eram as nossas saudades. -----

----- Mas depois de ler o que foi enviado lembrámo-nos que afinal não é assim tão bom.-----

----- Foi talvez a beleza da distância que ajuda a fantasiar, aliarmos da realidade. -----  
----- Mas há vida para além da Informação Escrita e a vida real, veja-se! -----  
----- Este documento não passa de um exercício estatístico, que sem uma análise crítica torna-se num registo meramente propagandístico. -----  
----- No fundo o que temos aqui são cento e trinta e uma páginas de pura propaganda política, retórica, demagógica, onde são listadas atividades com taxas de execução a rondar os 100%. -----  
----- Só que o mais interessante neste documento é obviamente o que não está escrito e que foi propositadamente ignorado.-----  
----- Por exemplo: higiene urbana. -----  
----- É preciso acabar com a hipocrisia de fingir que nada se passa e que alguma coisa está a ser feita, não está! O centro histórico de Lisboa está num estado calamitoso, a cidade imunda, a quantidade de lixo acumulado por todas as esquinas é assustadora. ---  
----- Indignados os lisboetas começam a mobilizar-se em torno deste problema insustentável, e o que faz a Câmara?-----  
----- Apresenta-nos horas de trabalho realizadas com as famigeradas taxas de execução a rondar números de excelência.-----  
----- O Senhor Vereador João Paulo Saraiva em Reunião Pública da Câmara Municipal disse que: “A acumulação de lixo nas ruas da cidade é uma situação excecional, derivada de um grande crescimento do turismo, mas será ultrapassada com a contratação de mais trabalhadores.” -----  
----- Ora já peca por tardia, além de que não pode uns dias falar de um enorme aumento de cobranças de taxas de turismo, e no outro surpreender-se com o aumento do mesmo.-----  
----- Saúdo pois este rasgo intelectual na afirmação. -----  
----- No que diz respeito à solução, ela, perdoo-me que lhe diga, é confessional de alguma incompetência do Município a gerir as competências delegadas para as Juntas de Freguesia.-----  
----- É preciso urgentemente alterar o atual paradigma criado para enfrentar este problema. Não se combate a desorganização de um modelo com aquisição de mais material ou com a entrada de só de mais pessoal, é preciso concluir que o presente sistema está esgotado, e que é necessário estudar e criar uma verdadeira alternativa. Seria muito mais positivo se pudéssemos abordar este assunto de uma forma livre, sem estarmos presos a estratégias político ou partidárias. -----  
----- Posso continuar?” -----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Pode, sim!” -----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----  
----- Ficamos também a saber também esta semana que o Ministério Público está a investigar a construção da chamada “Torre de Picoas”, em causa estão suspeitas

relacionadas com o processo de licenciamento dirigido pelo Senhor Vereador do Urbanismo Manuel Salgado. Há que apurar todos os dados, e rapidamente. -----  
----- Entretanto ficamos muito mais descansados com a promessa da Câmara e o seu compromisso aqui assumido em relação ao Miradouro de Nossa Senhora do Monte. ---  
----- Mas em compensação foi veiculado, já várias vezes na imprensa, a displicente abdicação da Câmara Municipal do direito de preferência sobre o Convento do Beato, tendo o projeto urbanístico ficado como já aqui foi dito nas mãos do filho do Senhor Vereador Manuel Salgado. -----  
----- E depois admiram-se de aparecer na imprensa dúvidas sobre a gestão da Câmara nestas áreas.-----  
----- Ainda não podemos de deixar assinalar o caso mais tórrido deste verão. -----  
----- Ora o Bloco não elegia um Vereador há mais de onze anos, mas o ex-Vereador Ricardo Robles precisou de menos de onze meses para se lhe descobrir as incongruências, de “Robles dos Bosques” passou a “pato bravo”, de “justiceiro dos sem-casa” passou a “capitalista especulador”.-----  
----- O Senhor Presidente da Câmara realmente sabe escolhê-los, não haja dúvida! -----  
----- Por fim, uma nota histórica que muito tocou o PPM.-----  
----- Há quinze dias a revista “Sábado” comparou o Senhor Presidente da Câmara a El-Rei D. José I, e o Senhor Vereador Manuel Salgado ao seu ilustre secretário de Estado.-----  
----- Imagino que um republicano tenha ficado extremamente ofendido com tal comparação, eu junto-me à sua indignação Senhor Presidente, também a achei muito injusta principalmente para El-Rei D. José que não a merecia. -----  
----- Apesar de ter sido um rei absolutista, não tinha uma postura “tão de quero, posso e mando” como tem o Senhor Presidente.-----  
----- Quanto ao Marquês de Pombal não sei o que lhe terá sido pior se o desterro da corte, se a comparação com o Senhor Vereador, o certo é que a sua memória nunca ficou tão negra nem na viradeira, afinal ele, reergueu Lisboa de um terramoto, enquanto o Senhor Vereador Manuel Salgado é pelos vistos o próprio terramoto. -----  
----- Por fim, uma última nota, ao contrário de outras figuras de estado que não usam gravata, quero saudar o Senhor Presidente por vir sempre de gravata azul, porque sei que no fundo o faz para homenagear o PPM.” -----  
----- Obrigado.” -----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----  
----- Senhor Presidente da Câmara.” -----  
----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra deu a seguinte resposta: ---  
----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----  
----- Depois de várias intervenções aqui nesta Assembleia já não sorriu tanto com a repetição das mesmas piadas, porque verdadeiramente o que elas depois revelam é sempre uma linha de conteúdo em que se preza sempre por um grande vazio.-----

----- Porque a coreografia é sempre a mesma, é uma crítica a todos os aspetos da Câmara, não consubstanciados e depois no fundo o pontoar daquela política de casos que bem orienta a coligação pela qual a Senhora Deputada aqui foi eleita.-----

----- Gostava-lhe de dizer-lhe o seguinte:-----

----- A Senhora Deputada considera uma operação de propaganda e de retórica o programa “Habitar o Centro Histórico”, o Lisboa ter ganho “Capital Verde” da União Europeia e a inauguração do Quartel do Martim Moniz, a realização da “Operação Integrada de Entrecampos”, as cinco creches que foram lançadas neste período, a delimitação da área para a Operação de Calvanas, a discussão do Plano de Pormenor da Calçada das Lajes, o Plano de Pormenor do Casal do Pinto, a inauguração do Mercado do Lumiar, do Mercado de Santos, a introdução de rega reciclada em espaços verdes, a entrega de carrinhas elétricas para o sistema de remoção urbana da cidade, etc, etc.-----

----- Todas as medidas que consta, a abertura do Teatro do LU.CA do Teatro Luís de Camões, um cem número de realizações e de ações que a Câmara fez, e a Senhora Deputada arruma com uma seguinte frase “é a propaganda, e é demagogia”, Senhora Deputada isto é mudar a vida da cidade de Lisboa, isto é mudar a vida para melhor na cidade de Lisboa.-----

----- E não se ouviu da Senhora Deputada uma única palavrinha, uma única ideia, meia ideia, um décimo de ideia, um centésimo de ideia do tamanho daquelas cobrinhas que estão lá na estátua do D. José, nada, não havia uma ideia, não há nenhuma ideia alternativa, nem sequer uma ideia verde que eram as ideias do PPM que elas estão de facto a ficar azuizinhas, neste caso bastante CDS e com pouco PPM, daquele histórico do qual muitos têm saudades.-----

----- Relativamente à reprodução da lista de casos que a Senhora Deputada aqui fez, não tenho nada a acrescentar-lhe, pode aliás, continuar a acrescentar-lhes, podem aliás fazer o seguinte, é continuar a dizer que enviam os casos para o Ministério Público, e fazerem o seguinte exercício que é depois pedirem alguém que faça a informação se o caso está em investigação.-----

----- Ora como a investigação do caso do Ministério Público da “Torre de Picoas” foi pedida por Deputados desta Assembleia há mais de um ano atrás, é normal que se diga que o processo está em investigação.-----

----- A Senhora Deputada estaria distraída há um ano atrás, porque há um ano atrás que esse caso foi aqui anunciado que seria entregue, mal seria aliás, que não estivesse investigado.-----

----- Descobriram agora uma nova invenção, que é o exercício do direito de preferência do Convento do Beato. O que eu acho notável é como é que têm essa insinuação na tentativa de criarem mais uma insinuação sobre a atuação da Câmara, sem explicar o que seria o profundo completo absurdo de utilização de dinheiros públicos, absurdo utilização de dinheiros públicos que era alguém se lembrar de gastar vinte milhões para comprar um equipamento cultural que está a funcionar bem na cidade de Lisboa, e para depois gastar mais do que outro tanto, para uma construção de habitação de luxo.-----

----- É que a proposta que os Senhores fazem é puramente e simplesmente absurda, mas como o que os move é encontrar aqui um caso para poder tentar inventar, porque o projeto é feito por um arquiteto associado, um arquiteto que tem o atelier que foi em tempos do arquiteto Manuel Salgado, que não o tem, para fazer esse número vêm dizer “não, têm que exercer o direito de preferência”. -----

----- Eu pergunto, exercer o direito de preferência sobre o quê? Mas sobre algum prédio, que nós pudéssemos colocar jovens a habitar? Algum prédio para criar habitação acessível para jovens famílias? Algum prédio que nos permitisse, ou um conjunto de prédios para darmos mais camas para estudantes universitários a preços acessíveis na cidade de Lisboa? Não, não! O que propõem é que se gaste vinte milhões de euros, mais para comprar um convento que funciona como tal, para gastar outros vinte e seis para reabilitar não se sabe para que!-----

----- A Senhora Deputada tem noção do dinheiro e do orçamento da Câmara de Lisboa? A Senhora Deputada tem noção que com esse dinheiro nós compramos todas as casas da Segurança Social, e vamos reabilitar todas as casas da Segurança Social, tendo mais de mil pessoas a viver. -----

----- Só porquê? Para fazer uma lógica, uma política, uma lógica de um caso.-----

----- Senhora Deputada, espero que possamos continuar os nossos debates na Assembleia Municipal, mas que os possamos fazer a propósito do debate de opções concretas, de políticas concretas, naturalmente com visões diferentes do que é a vida da cidade, mas que nos possamos afastar do que tem sido este deserto tórrido, que uma parte da direita política da cidade está neste momento no debate político, que é uma política de casos sem substância, porque verdadeiramente não têm rigorosamente mais nada que possam vir dizer nestes debates. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente de Câmara. -----

----- Próxima força política é usar da palavra é o PAN.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “O Senhor Deputado Miguel Santos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas Deputados Municipais, imprensa e público em geral. -----

----- Já aqui demos a nossa opinião relativamente ao facto de Lisboa ter ganho o prémio “Capital Verde Europeia 2020”, ficamos muito felizes mas achamos que se tratou sobretudo de uma boa campanha junto dos decisores do prémio e não totalmente de políticas verdes para a cidade. -----

----- Isto não se quer dizer que não se tenha feito bastante pela política verde da cidade, só que, e os exemplos que iremos dar, mostram que de facto não é suficiente. --

----- Em junho, aquando da apresentação da anterior Informação, demos alguns exemplos do que não corresponde a “uma capital verde”, e que até demonstra uma gestão autárquica que vende o verde aos privados: “Rock in Rio” no Parque da Belavista com o conseqüente desgaste e estrago do parque, corte de árvores para a concretização de empreendimentos urbanísticos como a Torre do Picoas e o Palacete Mendonça. -----

----- Mas podemos dar mais exemplos de uma cidade pouco preocupada com o verde e com a biodiversidade: *Burger King* em pleno Estádio da Cidade Universitária, cafés e restaurantes com música alta, como no Parque do Alvito, corredores ajardinados e verdes que recentemente criados e abandonados, como no eixo central e corte de árvores no Parque Eduardo VII, entre outros. -----

----- E ainda temos mais: o abate de quarenta e uma árvores recentemente plantadas à porta do edifício da Câmara Municipal de Lisboa em Entrecampos: plátanos, jacarandás, prunes, tílias, freixos, todos mortos. -----

----- Ainda bem que ganhámos o prémio, caso contrário nem queremos imaginar... ----

----- E, ainda sobre esta matéria: a Proteção Civil relata, na página quarenta e um, a queda de nove árvores, e vinte páginas à frente, o Departamento de Espaços Verdes reporta o abate cento e catorze árvores. -----

----- Nesta nossa Lisboa continuamos a abater árvores de grande porte por motivos inexplicáveis e a plantar árvores que não sobrevivem. -----

----- Mas, o Senhor Vereador Sá Fernandes deixou-nos mais descansados, quando na Reunião Pública de dia 27 de junho respondeu à Associação Plataforma em Defesa das Árvores que as árvores que não sobrevivem são da responsabilidade dos empreiteiros, que andam em cima da situação, e que os empreiteiros vão substituir as árvores que não sobrevivem. -----

----- Ora, para além da total falta sensibilidade demonstrada para com as árvores, como se de coisas descartáveis se tratassem, ainda por cima demonstram o seu desconhecimento no que concerne aos benefícios para uma área de árvores grandes ou pequenas e sem copa, como as que são plantadas, e que com a sua morte e substituição continuaram a ser pequenas. -----

----- Não ficamos mais felizes por o empreiteiro ir substituir o que plantou, ficávamos mais descansados se o Senhor Vereador dissesse “que não iria permitir o abate de mais árvores e que se estava a fazer um estudo para perceber o motivo pelo qual há uma taxa de sobrevivência tão pequena dos espécimes plantados.”-----

----- Esse estudo existe?-----

----- E, perguntamos outra vez, se está prevista a plantação de oitenta mil novas árvores até 2021, gostaríamos que a Câmara Municipal apresentasse aqui, perante os cidadãos e cidadãs, o plano de plantação, até porque talvez dele constem os abates. ----

----- Ainda no destaque da Informação Escrita temos a notícia da inauguração do Quartel do Regimento de Sapadores de Bombeiros do Martim Moniz no passado 4 de julho, dizem-nos que a sua construção decorre do projeto reorganização do dispositivo de socorro da cidade de Lisboa, e que estão a arrancar as obras de três novos quartéis

## DRAFT

na Avenida Defensores de Chaves, na Boavista e o Quartel Central de Chelas, que integrará o comando e a Escola de Bombeiros Sapadores. -----

----- A nossa questão é que confiança podemos ter na manutenção desta estrutura de quartéis? -----

----- Não nos esquecemos daquilo que aconteceu ao moderno Quartel do Colombo que pouco passava algum tempo da sua inauguração, acaba por ser transformado naquilo que sabemos. -----

----- Relativamente à questão da utilização da água reciclada, ficamos muito satisfeitos por se ter iniciado a sua utilização, dado que em vários discursos parecia que até já a utilizavam para lavagens e rega, gostaríamos que nos falassem um pouco mais sobre esta matéria, sobretudo de prazos e compromissos. -----

----- Ora, relativamente ainda à gestão da certificação da gestão florestal, pensávamos que a mesma tinha sido recebida a 17 de março de 2016 e que era válida até 16 de março de 2021, conforme consta no próprio certificado. -----

----- Por isso, e por falta de conhecimento nosso perguntámos se nos podem esclarecer, se de facto estão ainda a falar da certificação de 2016, ou de uma mais recente que desconhecemos. -----

----- É que o ênfase dado faz parecer que Monsanto recebeu uma nova certificação, com o que muito ficaríamos satisfeitos. -----

----- Relativamente aos projetos e obras do programa “Uma Praça em cada Bairro”, gostaríamos que o Senhor Presidente nos esclarecesse se existe alguma espécie de contabilidade, de quanto custaram as retificações dos projetos e das respetivas obras, os tempos de obras paradas, por se verificar que o projeto não era adequado, trabalhos a mais, etc. -----

----- Porque se é certo que há obras muito positivas, outras há que são um vazio, que para além do gasto das verbas do erário público, pouco se percebe o benefício que trazem, note-se por exemplo o da Praça de Sete Rios. -----

----- Tanto na página quarenta e seis, como nas setenta e três, vem referida “Elaboração de um plano de intervenção no edificado disperso”. Do cruzamento de ambas as informações ficamos a saber que sistematiza todo o património habitacional municipal e edificado disperso, e que haverá uma proposta de estratégia para o mesmo, sendo possível que parte venha a integrar o Programa de Renda Acessível. ----

----- Aproveitamos o momento para perguntar ao Senhor Presidente quando estará pronto este plano, quando o poderemos o conhecer? -----

----- E com o que o Grupo Municipal o PAN está preocupado, para além disto!? -----

----- Com a fraca referência nesta Informação Escrita à elaboração de um plano para a igualdade e não discriminação. -----

----- Na anterior Informação Escrita constava na página oitenta que no dia 7 de maio teria sido apresentada a estratégia municipal para a igualdade ao Conselho Municipal para a Igualdade, o que de facto não corresponde à realidade, pois a cidade continua à espera de uma estratégia articulada e até do plano, o qual não só deveria estar terminado, como deveria ter ações a decorrer. -----



----- Aliás, a temática da igualdade tem sido pouco ou nada abordada nesta Assembleia.-----

----- Quando sabemos que é essencial a sua abordagem transversal nas várias áreas de intervenção do Município se pretendemos de facto concretizar mudanças.-----

----- Também não conseguimos encontrar no documento que se encontra agora em debate, referência à elaboração de um plano para a adaptação as alterações climáticas, perguntamos se o mesmo não irá ser elaborado ou se entendem que o Plano de Ação para Energia Sustentável e Clima se substitui ao recomendado por esta Assembleia Municipal, a 21 de Novembro de 2017, “Por um Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas”, que foi aprovado como recomendação nesta Assembleia.”-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Senhor Presidente da Câmara para responder.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Eu começo por pedir desculpa aos Senhores Deputados, terei que me ausentar a seguir a esta resposta, o Senhor Vice-Presidente assumirá as respostas a seguir, tenho um compromisso superveniente que me impossível de me manter aqui durante o restante período.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente deixe-me só dar nota à Assembleia que o Senhor Presidente da Câmara já tinha previamente comunicado essa impossibilidade, tinha até solicitado junto da Presidente Helena Roseta a possibilidade, para estar durante todo o tempo da Informação Escrita, uma alteração da Ordem de Trabalhos, mas tinha sido decidido pela Presidente, com depois naturalmente com a concordância dos Membros da Mesa e comunicado ao Gabinete do Senhor Presidente, e ao Senhor Presidente que a opinião era manter a Ordem de Trabalhos, e nos termos Regimentais o Senhor Presidente da Câmara poder-se-ia fazer substituir pelo Senhor Vice-presidente, ou como diz o Regimento pelos Vereadores a quem estes delegarem as respostas.-----

----- E portanto dada esta nota que não foi dada no início da Informação, Senhor Presidente tem a palavra para responder à interpelação do PAN.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, e sei também que os Senhores Deputados têm saudades e terão todo o gosto em debater com o Vice-Presidente Duarte Cordeiro, e também com o Vereador João Paulo Saraiva que é particular vosso amigo, e querido amigo diria eu.-----

----- Senhor Deputado são muitas as questões e os pontos que coloca, mas gostava-lhe de chamar a atenção para aquilo de que não falou.-----

----- E do que não falou, foi precisamente a proposta que nós apresentamos relativamente aos passes e ao transporte público.-----

----- E lamento que não o tenha falado, porque um partido que se coloca dentro de um sistema político com uma vocação de natureza ambiental e ecológica, não pode passar ao lado do que é hoje o tema central relativamente à questão que se coloca nas áreas metropolitanas, que se coloca no país para vencer o desafio das alterações climáticas, que é precisamente a alteração dos padrões de mobilidade e o incremento do transporte público. -----

----- E a importância da política que propusemos têm precisamente a ver com a importância destes desafios, combate às alterações climáticas, autonomia económica do país, reforço da soberania económica do país, e a redução das desigualdades, com melhoria dos rendimentos das classes com menores rendimentos. -----

----- Mas o impacto do ponto de vista de medida com o impacto da política de neutralidade carbónica, é absolutamente essencial para o nosso futuro. -----

----- Não terá escapado... -----

----- Eu peço por favor se puder ver o Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pode continuar Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Eu creio que não terá passado em claro ao Senhor Deputado a leitura do último inquérito à mobilidade na área metropolitana de Lisboa. E terá visto com certeza o que aconteceu entre 2011, data dos últimos censos, para 2017, data do último inquérito, é que Lisboa ao contrário da generalidade das áreas metropolitanas dos países avançados, em Lisboa aumentou a dependência do transporte individual, aumentou a dependência do transporte individual. E isto é um dado que nos têm que fazer refletir de forma muito, muito séria, e têm que nos fazer agir de forma ainda mais determinada. Nós estamos a caminhar na direção errada, do ponto de vista do nosso sistema de mobilidade, nós estamos a caminhar na direção errada do ponto de vista do que é o nosso compromisso internacional de fazermos a nossa parte no combate às alterações climáticas, que o Senhor Deputado tão bem coloca no centro da sua preocupação política. -----

----- E nós temos estado a caminhar na dimensão errada, no que é o aumento da autonomia do nosso país com reduções de importações de combustíveis e de automóveis, com capacidade de termos melhor ambiente nas áreas metropolitanas, e nós temos que caminhado mal do ponto de vista da justiça social, porque verdadeiramente que têm sido prejudicados são as pessoas que muitas vezes moram longe, mas que têm que vir trabalhar para a cidade de Lisboa, e que por uma ausência de sistema de transportes públicos eficazes, e por transportes públicos fora de preço, têm que vir pelo transporte individual. -----

----- Senhor Deputado, eu acho que é um erro aqueles que fazem um discurso moralista sobre o discurso automóvel, nunca me ouviu fazer, nem me ouvirá fazer. A questão é que nós temos de ter alternativas para as pessoas, e alternativas que sejam racionalmente eficazes, que sejam confortáveis, que sejam a tempo e que sejam economicamente acessíveis para as pessoas fazerem. E temos que as complementar

com uma rede de instrumentos, que hoje felizmente estão a aparecer na cidade de Lisboa, que nós temos dado toda a força, instrumentos de mobilidade partilhada, sejam automóveis, sejam bicicletas, agora trotinetes que irão aparecer, sejam *scooters*, sejam todos esses elementos que fazem aquela última *last mile* por assim dizer, que liga os interfaces do transporte público às residências e aos locais de emprego, só assim é que nós conseguiremos vencer este desafio, e este desafio é por isso, que não aceito a crítica que faz, que Lisboa tenha ganho o galardão de Capital Verde, como uma medalha para mostrar numa cerimónia, não é! -----

----- É o reconhecimento de um trajeto que tem vindo a ser feito ao longo dos últimos dez anos, que já tem muito para mostrar, mas acima de tudo, é uma palavra de estímulo e de força para o projeto que estamos a fazer para os próximos dez anos na cidade de Lisboa, para podermos mudar radicalmente a forma como nos movemos, e valorizar a dimensão ecológica na nossa cidade.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente de Câmara. -----

----- Vamos passar à intervenção do Partido Comunista Português. -----

----- Pedido de interpelação do Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Senhor Presidente tendo em conta a informação que foi prestada, é um misto de interpelação e de protesto à Mesa.-----

----- A Informação Escrita do Presidente é obviamente uma matéria fundamental na avaliação desta Sessão da Assembleia em particular. -----

----- E portanto, existindo até por parte do Senhor Presidente já um alerta prévio da sua limitação, quero deixar o protesto pelo facto de, a Mesa, não ter feito uma alteração à Ordem de Trabalhos, e impedir que o Senhor Presidente esteja disponível até ao final de todas as interpelações de todas as forças políticas.-----

----- Muito obrigado -----

----- E quero salientar, também, que esta situação é diferente, de uma situação que já aconteceu há alguns meses atrás, porque aqui houve um aviso prévio do Senhor Presidente nesta matéria, e não foi acolhida a alteração necessária por parte da Assembleia para poder evitar uma não presença do Senhor Presidente durante a discussão da Informação Escrita, e pelo facto dele também já ter cá estado há algum tempo. -----

----- Muito obrigado”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, a Mesa tomou boa nota da chamada de atenção do Senhor Deputado Luís Newton, em nome do Grupo Municipal do PSD e naturalmente, terá em atenção em situações futuras. -----

----- Vamos passar à intervenção do Partido Comunista Português.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente da Mesa, eu ponho, aqui, também, a questão da não permanência do Senhor Presidente da Câmara nesta Sessão. -----

----- Suponho que a proposta que vinha era de que não houvesse o PAOD se seguisse ao ponto da intervenção, da Informação do Presidente. Nós já a rejeitámos, nunca aceitámos essa situação, portanto deveria ter sido feita a informação, porque aí teríamos ponderado senão teria valido a pena passar a Informação do Presidente para outra Sessão, completando a presença dele em relação a todas as questões. -----

----- Nós começamos com uma questão que tem a ver com o Programa “Habitar o Centro Histórico de Lisboa”, é um programa do Município, e lembra-me o seguinte: --

----- Tendo em conta o abaixo-assinado que está a circular intitulado “Queremos casas no Largo de São Miguel”, e no seguimento da decisão do Tribunal Central Administrativo Sul, por Acórdão de 14 de junho de 2018, que determina a não demolição dos edifícios no Largo de São Miguel, onde a Câmara Municipal de Lisboa, e outros, pretendem construir o Museu Judaico de Lisboa, perguntamos agora ao Senhor Vice-Presidente se a CML tem em atenção a reivindicação da população, que pretende que a CML deve tomar as medidas adequadas com vista a recuperar estes locais e edifícios para habitação de longo prazo, contribuindo para que seja encontrada outra localização, e inclusiva no bairro para o museu. -----

----- Com tal decisão a CML iria mostrar em atos o empenho do Município para interromper o processo de expulsão dos moradores, para começar a trazer de volta pessoas que tiveram que sair de Alfama, e para que possam ir morar muitas outras, hoje excluídas desse direito pelo muito elevado custo das casas e o preço das rendas. --

----- Gostaríamos de ter uma resposta concreta em relação a esta matéria. -----

----- A segunda questão tem a ver com o Plano de Pormenor da Calçada das Lajes, através da Proposta n.º 526/2018 a CML, na Reunião Pública de 25 de julho de 2018, aprovou a abertura de um período de discussão pública da proposta de Plano de Pormenor da Calçada das Lajes. -----

----- Mas, temos que dizer sobre este Plano de Pormenor da Calçada das Lajes, já passaram oito anos, e só agora é que se abre um período de discussão pública. -----

----- Já em 11 de maio de 2017, depois de vários episódios ao longo dos outros anos, de 2014, etc., em resposta a um requerimento dos Vereadores do PCP na CML sobre um conjunto de situações identificadas na Freguesia de Penha de França, a solução para algumas delas era o Plano de Pormenor da Calçada das Lajes, que se encontra em fase final, dizia-se então, prevendo-se o respetivo o envio à CCDR nas próximas semanas. -----

----- Uma boa parte da área do plano diz respeito a uma das zonas mais degradadas da cidade de Lisboa, só por isso o plano será sempre bem-vindo, além de que se trata igualmente de uma antiga aspiração das populações, e também proposta do PCP. -----

----- Novos arruamentos necessários aliás, função residencial em grande parte, requalificação de áreas históricas, estrutura verde, proximidade são aspetos a salientar como positivos, mas obviamente há outras questões que são negativas. -----

----- Os termos de referência aprovados em 2010, Deliberação n.º 29/CM/2010, definiam que este plano de pormenor tinha como objetivo entre outros, garantir que 25% dos fogos eram destinados à habitação de renda assistida, hoje diríamos renda acessível. Esse objetivo desapareceu na atual versão do plano. Em seis novos lotes não há condições para assegurar fogos de renda acessível, perguntamos? Não nos parece que a proximidade do Vale de Santo António por onde estão previstos fogos de renda acessível, justifique esta omissão. -----

----- Senhor Vice-Presidente como explica à Câmara Municipal a necessidade de oito anos para a aprovação do plano para discussão pública? -----

----- É esta a questão que deixamos, segunda questão. -----

----- Agora sobre as questões da mobilidade, nós gostávamos de pôr claro aqui alguns aspetos parece que o entusiasmo do Senhor Presidente da Câmara, de certo modo, faz esquecer. -----

----- É que há um império do automóvel e dos combustíveis que, fundamentalmente, ao longo de muitos anos, e estou-me a lembrar da coligação do PS e do PCP na década de noventa, que já discutíamos estas questões, e já defendíamos medidas de profundidade. Ainda era Vereador Machado Rodrigues, que teve aliás uma ideia excelente para resolução do problema daquela rotunda que não existia ali em Alcântara, e que hoje ainda subsiste, tendo sido provisória naquela altura, tornou-se definitiva. -----

----- Agora saudamos a questão que o Senhor Presidente aqui enuncia, o Senhor Presidente da Câmara, da Autoridade Metropolitana de Transportes, autoridade que seja reguladora de todos os meios de transporte, porque a anterior Autoridade Metropolitana de Transportes, nada fez, nem tinha meios para fazer, e portanto esta questão se não houver de facto medidas de profundidade, não avançamos rigorosamente nada, pelo contrário, ao longo dos anos, sucessivamente, a situação tem piorado em Lisboa. -----

----- Depois a questão do passe intermodal na Assembleia Metropolitana de Lisboa, que nós já apresentámos na própria Assembleia da República, o PS rejeitou por exemplo, em 2016. Esta é uma questão essencial para resolver o problema, que agora o Senhor Presidente da Câmara assume frontalmente e com a coragem que nós achamos que deve ser de louvar, e que deve ser de incentivar. -----

----- Nós aprovaremos todas as propostas positivas para resolver o problema realmente da mobilidade na área metropolitana. Mas onde é que estão os parques dissuasores que há muito tempo a gente vêm propondo e vêm defendendo? Porque é que não se avança, em primeiro lugar, com o metro para a zona ocidental de Lisboa? Porque seria porta de entrada de muita gente que poderia deixar os seus carros fora de Lisboa, e depois regressar às suas casas nesse metro para a zona ocidental, e esse metro para a zona ocidental esse fica agora subordinado à tal voltinha entre Cais Sodré, novamente Cais Sodré, passando pelo Rato. -----

----- Bom, esta é uma questão essencial, mas ainda há outra, outra questão que deixo para vossa reflexão.-----

----- Sem reordenamento do território sobretudo na questão do emprego, este problema não vai ser resolvido, e são precisas medidas muito sérias por parte dos governos, da Assembleia da República, da Assembleia Municipal, de todas as Assembleias Municipais e Câmaras Municipais da área metropolitana, e sem o exercício realmente da autoridade e de força, nós não vamos resolver coisa nenhuma. -

----- Por isso, coragem. Vamos todos para a frente, o que é bom é que as coisas se realizem.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhor Vice-Presidente da Câmara.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto do nosso lado vou dar a palavra à Senhora Vereadora Paula Marques, ao Senhor Vereador Miguel Gaspar, e daqui a um segundo, ao Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente. -----

----- Boa tarde a todas e a todos.-----

----- Senhor Deputado, eu em relação às questões que pôs gostaria de fazer a separação das duas questões.-----

----- De acordo estamos, não tenho dúvida nenhuma da importância do que é ter soluções de habitação, seja habitação acessível na sua maior amplitude, seja diretamente, aquilo que é o valor de arrendamento, o valor de renda ao abrigo da renda apoiada na cidade toda do aumento da oferta que temos que ter e, em particular, no centro histórico. -----

----- O Programa “Habitar o Centro Histórico” foi uma decisão em bom tempo da Câmara da utilização do seu património, de reabilitação do seu património e as cinquenta e cinco famílias que, neste momento, continuam a viver no centro histórico de Lisboa e que estavam a ver em risco o seu direito à habitação, continuam a viver no centro histórico de Lisboa, onde sempre viveram, onde têm as suas raízes, por decisão da Câmara Municipal, por decisão de política pública da Câmara Municipal e da utilização do seu património.- Estamos de acordo, queremos ampliá-lo, e continuaremos a fazê-lo. -----

----- Em oposição à construção do Museu Judaico, ou por substituição à construção do Museu Judaico, construir-se habitação no mesmo sítio, eu sinceramente acho que termos a discussão sobre esta matéria, utilizando ou os dois programas, ou utilizando a questão do Programa do “Habitar o Centro Histórico”, como forma de fazer a discussão da construção do Museu Judaico eu, sinceramente, não o vou fazer.-----

----- Quanto à questão dos 25% de habitação acessível em novos empreendimentos, não podia estar mais de acordo consigo. -----

----- A proposta da Câmara é que brevemente virá a discussão, é a possibilidade de ser por adesão, porque por obrigação, que era aquilo que eu gostava que fosse, sinceramente, era aquilo que eu gostava que fosse, não é possível, e não é possível porque a lei não o permite. -----

----- E também já tive a oportunidade de sensibilizar os Senhores Deputados e as Senhoras Deputados na Assembleia da República, em Sede de Comissão de Habitação que pugnássemos e lutássemos para que essa alteração fosse feita, para que para além dos equipamentos e além dos espaços verdes, passasse a ser obrigatório a questão da habitação. E que não o é, e que não o é!-----

----- Por adesão voluntária está a Câmara a trabalhar num instrumento que possa pôr à discussão dos Senhores e das Senhoras Deputados, das Senhoras Vereadoras e dos Senhores Vereadores, e dos Senhores e das Senhoras Deputadas, para que seja por adesão, volto a dizer, volto a sensibilizar, deveria ser por obrigação, como são os equipamentos e os espaços verdes, e a lei não o faz, não o permite, e estamos no momento certo para fazer essa alteração. -----

----- Obrigada, Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador Miguel Gaspar penso eu.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Olá a todos, muito boa tarde aproveito para vos cumprimentar a todos, e também para vos desejar uma boa semana da mobilidade, afinal estamos na semana da mobilidade, em que Lisboa se afirma como a cidade cada vez com mais opções de transporte flexíveis, e onde os transportes públicos neste momento acho que é possível reconhecer de uma forma relativamente consensual, que estão melhor do que há um ano atrás, e que estão factualmente melhor de que há um ano atrás, e acho que, antes de mais, deixar aqui esta nota. -----

----- Agradecer as perguntas do Senhor Deputado Modesto Navarro. -----

----- Senhor Deputado, eu gostava, antes de mais, começar por uma coisa que disse, porque nestes temas acho que é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa. -----

----- Eu acho que todo aquele diagnóstico que faz, que desde os anos noventa já se falava de soluções e de medidas, tem toda a razão. -----

----- É muito interessante ler o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa de 2003, se a memória não me falha, dizer-se que se vai investir muito em transporte público, e depois ler o relatório técnico de 2011 a dizer isto “correu tudo bem, menos o transporte público”. E chegamos a 2017, novembro de 2017, e a cota do transporte individual continua a aumentar. -----

----- Eu acho que eu gostava de deixar aqui um reconhecimento áquilo que é a posição de todos os partidos; do PSD, do PS, da CDU, do Partido Comunista, também o

próprio CDS de onde faz coligações, porque quer na área metropolitana de Lisboa, quer na área metropolitana do Porto, há um grande entendimento que a grande aposta na mobilidade, e temos conseguido falar a uma só voz, enquanto autarcas de grandes regiões metropolitanas, portanto antes de mais gostava de dizer isso, acho que isso também tem a ver com uma coisa, que eu concordo com o Senhor Deputado, que é a questão do reordenamento do território, e aquilo que é a afirmação da cidade polinucleada da área metropolitana de Lisboa, acho que temos que criar condições para isso, destacar que o passe metropolitano quarenta euros, dá acesso a toda a área metropolitana, e portanto não é só a viagem trabalho, trabalho casa, é também o acesso à cultura, o acesso à saúde, o acesso aos serviços, que de facto promove de forma definitiva a área metropolitana polinucleada, e este é o grande momento de afirmação do poder autárquico, em Portugal, na minha opinião. -----

----- Agora Senhor Deputado como é normal também temos coisas que nos divide, e eu não consigo acompanhá-lo, não consigo compreender como é que um partido como o PCP, continua a criticar a linha circular Lisboa, cujo grande impacto é a enorme melhoria da acessibilidade a Lisboa, aos locais de destino dos municípios da margem sul, retiram-se dois transbordos do Cais do Sodré para o Saldanha, é uma coisa extraordinária, algo que o PCP nunca reconheceu. -----

----- E depois há outra coisa, que embora concordemos com a solução, parecemos discordar no diagnóstico, os Senhores continuam a insistir com a questão dos parques dissuasores, eu o parque de Odivelas confesso que não tenho os números, não sei se enche se não enche, é aquele que há ao lado da Pontinha, julgo que não enche, mas estamos lá a investir quatro milhões de euros para termos praticamente dois mil lugares naquele local. Temos o parque da Ameixoeira que não enche, temos o parque na quadra de Chelas, do “Pingo Doce”, que não enche e é gratuito, e todos eles ou são gratuitos, ou têm um passe mensal de dez euros para quem se junta ao transporte público, e nestes corredores há opções, e estamos a trabalhar neste momento também para garantir que no lado do Parque das Nações há um parque que sirva bem os propósitos de que vêm da zona de Santa Iria, e temos que trabalhar, aí reconheço que é onde temos mais dificuldades em encontrar uma boa solução, para quem vêm do corredor de Cascais e Oeiras, mas aí talvez a solução seja mesmo a BRT da A5 onde estamos a trabalhar com muita força. -----

----- Portanto Senhor Deputado, eu partilhando a solução, não partilho o diagnóstico. --  
----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador Manuel Salgado”. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Muito boa tarde a todos. -----

----- Em relação ao Plano de Pormenor da Calçada das Lajes, reconheço que efetivamente demorou mais tempo do que aquilo que era espectável e normal. Não



vale a pena ter grandes desculpas, foram negociações difíceis com os proprietários dos terrenos, foram dificuldades na realização dos projetos das especialidades, a única coisa que vos posso dar de boa notícia é que amanhã, realiza-se a Sessão Pública de apresentação do plano na Escola Patrício Prazeres, às 18h30, e espero que a partir daí, que rapidamente o processo vá à Câmara, e venha para a Assembleia Municipal para ser apreciado e votado por esta Assembleia.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.-----

----- Vamos passar à intervenção do PSD.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssimos Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Vereadores.-----

----- Em primeiro lugar, o PSD regista com algum espanto o facto de, e ao contrário do que estava previsto na Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal, ao invés da discussão da Informação Escrita do Senhor Presidente, tivemos um comício, e eu por momentos olhei para trás para verificar se já se agitavam as bandeiras rosa.-----

----- Da análise, no entanto que queremos forçosamente fazer e sair do espírito que se calhar alguns pretendiam querer trazer para este debate, muito nos surpreende o que se fala, que em nada tem a ver com o que é escrito e que nada tem a ver com que realmente se passa.-----

----- Em primeiro lugar, eu diria que a notícia mais importante dos últimos três meses, e sobre o qual, inevitavelmente, aguardávamos alguns esclarecimentos adicionais, é o momento fundamental da mudança de um dos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, mas sobre isso, nem uma linha!-----

----- Já sobre o concurso de publicidade externa entregue pela Câmara Municipal de Lisboa à “*Jcdecaux*”, conjunto de indemnizações diria mesmo milionárias, a Câmara nada diz, não responde sequer às questões que o PSD tem feito, sobre as previsões que deveriam existir para riscos neste tipo de situações.-----

----- A SRU Ocidental abre concursos para arrendamentos para leilão, anula os concursos e, depois, o Vereador Manuel Salgado recebe os concorrentes, dá uns, tira a outros, mas na Informação Escrita, sobre este processo, nada!-----

----- A Câmara de Lisboa é condenada a indemnizar uma família relativamente a processos judiciais da década de oitenta, do século passado, na Informação Escrita, nada!-----

----- Que implicações pode vir a ter? Que consequências é que existem? Até para a própria gestão da cidade, nem uma linha!-----

----- A Comissão Europeia impede a Câmara Municipal de cobrar taxas turísticas no aeroporto de Lisboa, entenderam ser discriminatórios, e a Câmara diz que não há problema, também já não as cobrava! Nada! Zero!-----

----- Empreitadas de requalificação da 2ª Circular? Nada! Zero!-----

----- Escolas degradadas, o Vereador Ricardo Robles na sua curta passagem por um Executivo Municipal, alertou que nas noventa escolas, oitenta e oito não tinham planos de autoproteção. E o que é que foi feito depois desta afirmação bombástica? Não sabemos, não há uma única linha.-----

----- Higiene urbana? Teremos tempo para falar certamente sobre isto, mas era bom que caminhássemos na direção de uma “Lisboa Capital Verde Europeia 2020”.-----

----- Temos também no entanto algo importante na Informação Escrita do Presidente. -

----- Lá vem a dizer, que o Areeiro também recebeu uma carrinha no âmbito de agora do programa de atribuição de veículos elétricos às freguesias. Porém o Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro não recebeu qualquer carrinha, e agradece, porque precisa muito dela, devido à enorme pressão demográfica resultante dos residentes e dos turistas.-----

----- Mobilidade urbana, das setecentas e seis bicicletas da rede “Gira”, metade estão em manutenção. Metade!-----

----- Mas eu a ouvir o Senhor Presidente da Câmara, hoje aqui, compreendi que de facto existe um problema desta Câmara Municipal relacionado com a mobilidade, para além daquele que nós já vimos no dia-a-dia, e o problema é que o próprio Presidente da Câmara tem uma visão conceptual incorreta.-----

----- Ele vem dizer que a cidade tem de ter mais mobilidade.-----

----- Senhor Presidente, a mobilidade é um atributo das pessoas, a cidade tem a ver com acessibilidades, e o Senhor claramente ao não perceber isto também demonstra que pouco ou nada está a perceber sobre o que se passa na mobilidade na cidade de Lisboa.-----

----- Um Presidente de Câmara que apresenta na comunicação social propostas para potenciar a utilização de transportes na área metropolitana de Lisboa, e depois em Lisboa defende soluções de rede de metro que atenta contra essa mesma circulação, e velocidade de circulação na área metropolitana de Lisboa, não é coerente.-----

----- Um Presidente de Câmara que anuncia Carris gratuita para crianças do 1º Ciclo poderem ir para escolas, escolas essas que estão a cair por falta de intervenção da própria Câmara Municipal.-----

----- Um Presidente de Câmara que quer mais pessoas a andar nos transportes públicos, mas gere uma Carris subequipada e mal organizada, e que anuncia novos autocarros, mas não explica que inevitavelmente esses terão que substituir os que já não funcionam, ou que estão no limite da sua própria atividade.-----

----- Um Presidente de Câmara que anuncia ser defensor da diminuição de taxas e impostos, mas que depois diz que é contra a diminuição do imposto sobre combustíveis, que o próprio Governo havia assumido o compromisso de baixar.-----

----- Um Presidente de Câmara que vem defender os privados, que os privados devem assegurar a manutenção de residentes, e do pequeno comércio nas zonas mais antigas da cidade, mas que enquanto senhorio anda a expulsá-los da propriedade municipal. ---

----- Os Senhores vão-me desculpar, estragar-vos o comício, mas alguém tem que trazer para a realidade este Presidente e este Executivo, nomeadamente, a realidade da cidade em que vivemos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Goncalves.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Goncalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- O texto, ou melhor, a Informação Escrita que nos foi remetida, não foi a Informação Escrita que foi motivo da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, aliás porque o tema sobre o qual falou não vem referenciado na Informação Escrita, mais-valia ter avisado a Assembleia, que o texto da Informação Escrita era a edição do “Expresso” do dia 1 de setembro, para que nós soubéssemos de antemão qual era o discurso do Senhor Presidente aqui hoje. -----

----- Porque o texto da Informação Escrita, e regresso, aqui, a uma questão que eu coloquei na última Informação Escrita, no dia 26 de junho, continua incompleto, e aqui dirijo-me, também, a si, Senhor Presidente em Exercício desta Assembleia, para notar que, mais uma vez, a Câmara não cumpre o preceito legal que vem no artigo n.º 35, n.º4 do Regime Jurídico das Autarquias Locais. A Câmara continua a não disponibilizar a esta Assembleia, a Informação que por Lei “é obrigada a prestar sobre a questão dos recursos hierárquicos, e dos processos judiciais pendentes, com a indicação da respetiva fase e estado”, fim de citação. -----

----- Eu achei que a Câmara ia corrigir de uma Informação Escrita para a outra, mas pelos vistos, em três meses não teve tempo de o fazer, e portanto deixamos esse pedido à Câmara, que cumpra a Lei, e à Mesa da Assembleia para que no âmbito das suas competências se assegure que a Câmara respeita aquilo que é as competências e matérias de fiscalização por parte desta Assembleia, em relação à Informação Escrita do Presidente.-----

----- Por último, uma questão muito concreta que eu gostava também de dirigir ao Senhor Vereador Manuel Salgado.-----

----- Várias vezes aqui falei da questão do leilão da SRU, dos apartamentos que também já foi referido na interpegação do Senhor Deputado Luís Newton.-----

----- A pergunta muito concreta neste momento é: qual é o ponto de situação desse processo, houve apartamentos que foram atribuídos ou não? Quantos? Há apartamentos vazios ou não?-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Eu não tenho grande comentário a fazer à intervenção do Senhor Deputado Luís Newton, fez a parte que lhe diz respeito, com a sua interpretação pessimista sobre a cidade, e como é óbvio não partilho, nem da visão, nem do conteúdo que utilizou no que diz respeito à caracterização do estado da cidade.-----

----- Lamento que o Senhor Deputado não tenha tido aqui uma oportunidade, para convergir naquilo que é no nosso entender uma das mudanças mais relevantes para o futuro da cidade de Lisboa, que pode ser esta mudança nos transportes.-----

----- Nós temos a confiança que esta matéria como há pouco foi dito pelo meu colega Miguel Gaspar, transcende o Município de Lisboa, responde a uma necessidade concreta da área metropolitana, mas que melhora muito a vida de todos. Todos os que vivem nesta área metropolitana, e dos lisboetas, não só pelo facto de nós conseguirmos reduzir o preço dos transportes para os lisboetas, mas pelo facto efetivo de nós conseguirmos melhorar aquilo que é o ambiente urbano.-----

----- E quando o Senhor Deputado se coloca do lado dos que entendem que é preferível uma redução do ISP em detrimento de uma redução dos passes, revela bem no nosso entender o que é no fundo uma oportunidade perdida do PSD em Lisboa, para se juntar aquilo que era a reforma certa, porque essa redução do ISP seria no nosso entender preferível para usar na redução dos passes que melhoraria todas as pessoas que na cidade de Lisboa beneficiam do passe, mas também ao nível da área metropolitana, isto beneficiaria a vida de todos, e volto a dizer para nós a questão dos transportes é uma prioridade, é uma prioridade para este orçamento, é uma matéria relevante para trazer a uma Informação Escrita, e nomeadamente para debater na Assembleia Municipal.-----

----- Em relação a algumas das matérias que o Senhor Deputado referiu, dizer-lhe que os problemas que nós temos sentido na higiene urbana, em momento algum, põem em causa os resultados ambientais que a cidade tem.-----

----- E a cidade de Lisboa é talvez a cidade com os melhores resultados ambientais ao nível daquilo que é a quantidade de quilos de material reciclado, e quando o Senhor Vereador faz uma conjugação na minha opinião infeliz, entre problemas que nós temos conjunturais que nós não escondemos e que iremos com certeza responder aquilo que é um aspeto central da nossa candidatura de Capital Verde, acho que não é efetivamente muito positivo.-----

----- Já há pouco tinha ouvido também o Senhor Deputado Miguel Santos a fazer uma referência.-----

----- Estas matérias quando Lisboa é condecorada como “Lisboa Capital Verde”, a postura de uma oposição não pode ser procurar, no fundo explorar em que aspeto em que nós não deveríamos ser considerados, nós deveríamos nos juntar todos a tentar valorizar esta distinção, e a tentar procurar, quanto muito melhorar aquilo que são os aspetos que na nossa cidade podemos melhorar, para refletir, e não estar aqui a procurar pôr em causa.-----

----- O Senhor Deputado Miguel Santos há pouco fez uma referência, para mim bastante infeliz quando deu a entender que quase não percebia muito bem a classificação! Bem a classificação de Lisboa de Capital Verde é muito importante para o futuro da cidade, não só por aquilo que já fizemos, como aquilo que vamos fazer no futuro, e portanto eu quero dizer também nesta Informação, e neste debate que há matérias que nos compreendemos que sejam alvo da discussão, mas acho que há outros que não se justificam pôr em causa, e que nós aqui no Executivo, mas também quem está na oposição devia no fundo procurar ter uma atitude mais construtiva, menos destrutiva, mais otimista e menos pessimista, em relação ao estado e ao futuro da cidade de Lisboa.-----

----- Vou passar a palavra ao meu colega Vereador Manuel Salgado, para responder às questões que foram colocadas pelo Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.”-----

----- Muito obrigada”.-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Em relação ao leilão da SRU, foram atribuídas dois apartamentos, e os restantes seis estão neste momento a ser transferidos para a Câmara, para serem incluídos no próximo concurso de renda condicionada, todas as reclamações foram respondidas em julho.-----

----- Quanto à questão sobre a Escola Teixeira de Pascoais, é bom esclarecer que a razão pela qual houve um desabamento de uma laje.-----

----- Senhor Deputado Luís Newton perguntou sobre a Escola Teixeira de Pascoais? Não era um problema de falta de manutenção, a laje caiu por erro técnico na construção. Perguntou, desculpe, então deve ser outra escola que eu não conheço, onde se verificou...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Vereador pode continuar.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Falou também de um problema de conservação de escolas, e deu como exemplo uma laje que tinha abatido, o que eu estou a referir é que houve de facto um erro técnico por parte do empreiteiro, o contrato com o empreiteiro foi rescindido, e neste momento está a ser lançado um novo procedimento.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos também a indicação que o Senhor Vereador Miguel Gaspar também vai usar da palavra.”-----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Senhor Deputado Luís Newton, peço desculpa mas eu preciso sublinhar uma coisa é que o único PSD que não tem uma visão para a mobilidade é este PSD de Lisboa.-----

----- Os Senhores deviam estar a assumir aqui nesta Assembleia que votaram contra todo o financiamento público da Câmara Municipal de Lisboa ao serviço de transporte de Lisboa, são o único partido da Câmara que vota contra o financiamento da Carris, que vota contra o serviço público da Carris, é verdade sim, que vá ver as votações em Câmara.-----

----- O Senhor diz que está tudo na mesma, mas não está! -----

----- Os Senhores destruíram a Carris, queriam destruir o serviço público, queriam privatizá-lo, neste momento nós temos uma Carris que está a investir, temos uma Carris que vai renovar um terço da frota, temos uma Carris que já produziu mais 6% , que é o equivalente a pegar aos transportes coletivos todos do Barreiro e pôr na cidade de Lisboa, temos mais de quinhentas mil viagens por mês nos passes da terceira idade, vamos passar de duas mil crianças para vinte e cinco mil crianças com passe. -----

----- Senhor Deputado, o único que não tem visão para a mobilidade é este PSD de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos o pedido de palavra do PSD tem tempo, o microfone ao Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- Senhor Deputado pode usar o microfone, Senhor Deputado pode usar o microfone, a nossa prática, o Senhor Deputado insiste em desrespeitar a Mesa, muito bem pode usar da palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente peço desculpa não há qualquer intenção de desrespeitar a Mesa, eu estou no uso da palavra, não no âmbito do protesto.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não vou discutir, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem.”-----

----- Senhor Vereador, o Senhor Vereador está muito baralhado, o Senhor Vereador está também mal informado. -----

----- Deixe-me que lhe diga que se há Deputado nesta casa que se bateu inclusivamente pela municipalização da Carris, foi o Deputado que está neste momento a ser acusado de não ter visão estratégica para a cidade de Lisboa, Senhor Vereador. -----

----- O Senhor está muito baralhado, Senhor Vereador! Está muito baralhado, o que eu estou preocupado é com a destruição que os Senhores estão neste momento a promover à Carris. Porque esta ideia de em determinado momento colocarem as criancinhas de “borla” para transportes públicos que não funcionam, elas não pagam passe, mas os pais que as têm que acompanhar, nomeadamente aquelas que não têm dez anos vão ter de pagar passe! Passe para andar para onde? -----

----- Eu percebo a estratégia comercial Senhor Vereador, o lamentável é o estado em que se encontra a Carris, os Senhores já estão com isto há quase dois anos! Por amor de Deus, Senhor Vereador tenha calma, tenha calma reflita sobre isto, e não comece em determinado momento a lançar um conjunto de acusações, que têm tudo menos de factuais! Eu compreendo que o Senhor Vereador esteja um bocado desorientado, não tem problema nenhum, isso acontece, agora por amor de Deus, mantenha-se no âmbito da dimensão factual, ou então, eu peço desculpa e ai quem está certamente errado sou eu porque julgava que estava num plenário de uma Assembleia Municipal, e estou afinal num comício novamente, e isso os Senhores podem dizer o que quiserem. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhor Vice-Presidente, a Câmara quer replicar? -----

----- Senhor Vice-Presidente, sim ou não? -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente o meu colega João Paulo Saraiva ainda queria responder a uma questão que ficou por responder, não sei se o Senhor Vereador Miguel Gaspar quer responder? -----

----- O Senhor Vereador João Paulo Saraiva queria responder a uma questão que há pouco foi...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Câmara tem tempo, só chamo a atenção que tem pouco, e ainda temos salvo erro o Bloco de Esquerda, o PS e o CDS.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Muito rapidamente, e gastando o mínimo de tempo possível. -----

----- Eu aconselho a leitura, aos Senhores Deputados, da Lei, *versus* o que está na página do Departamento Jurídico, convinha que antes de começarem a dizer o que é que há falta, pudessem ver o que está escrito na Informação Escrita, já que ficam tão zangados quando o Senhor Presidente não se cinge à Informação Escrita. -----

----- E já agora gostava-lhe de lembrar, Senhor Deputado do PSD, eu gostava de recordar que nós já liquidámos só de dívidas vossas, não estejam preocupados, porque nós temos capacidade, e tivemos a fazer uma gestão que permite, que de dívidas que os Senhores deixaram, vou-lhe recordar um número, os Senhores gostam muito de números, não é? Lembra-se daqueles quinhentos milhões de euros que os Senhores deviam a 31 dezembro de 2007? Esses já conseguimos pagar, está a ver! -----

----- Não esteja preocupado, não esteja preocupado que nós vamos deixar a Câmara em excelentes condições financeiras, para conseguirmos continuar o nosso trabalho no próximo Mandato, para além deste. -----

----- Muito obrigado”. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Partido Social Democrático, ainda tem tempo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- “Só para, na sequência da intervenção do Senhor Vereador João Paulo Saraiva, procurar esclarecer aqui o seguinte. Eu não sei se o texto da Informação Escrita do Senhor Vereador foi a edição do “Expresso”, ou se foi o documento que foi distribuído aos Deputados Municipais, exatamente! -----

----- E portanto estava-se a referir à página sete, não é? -----

----- Aqui onde na Secretária-Geral, no Departamento Jurídico para que se possa ver tem, eu diria que são oito ou nove linhas, relativamente à questão dos processos judiciais, e fala numa contingência financeira de duzentos e trinta mil euros, ora nós pela comunicação social, só por ai, sabemos que são milhões, portanto ou isto é falta de informação, ou é informação insuficiente, ou parcelar.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Palavra à Câmara Municipal para replicar? -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pronto, já descobrimos não é! Agora vamos ver se esclarecêssemos, o Senhor Deputado, Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não, é que temos de facto uma compreensão distinta, sobre a Lei, para começar. Não, temos, temos, já percebemos, aliás, se não tivéssemos os Senhores não tinham deixado a dívida que deixaram, não é!-----



----- Mas, de facto, o que está aqui, e estamos a falar num determinado período de tempo, num determinado período temporal, quando se fazem as Informações Escritas, estamos a falar de um período de tempo temporal. -----

----- Quando fazemos os relatórios anuais, compilamos toda essa informação e acumulamo-la, e portanto, toda essa informação os Senhores têm-na, e vamos lá também já agora ser muito claros. Se os Senhores consideram que esta Informação não é suficiente, e desde que não violemos proteção de dados, vamos lá discutir qual é a informação que os Senhores considerariam suficiente, porque nós não temos nenhuma questão com a transparência da Câmara. Nós não temos nada a temer, sobre aquilo que temos neste momento no Município de Lisboa. Nós para além de estarmos a melhorar a situação financeira do Município de Lisboa, estamos a resolver todo um conjunto de dívidas de milhões de euros, e de contencioso de milhões de euros, que foram deixados por gestões, nomeadamente de gestões anteriores, nomeadamente pela do PSD. Certo! -----

----- Muito obrigado”. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.-----

----- Senhora Deputada Isabel Pires é nos termos Regimentais, conforme eu enunciei no início da Sessão, os partidos podem usar o seu tempo numa só intervenção, ou em várias intervenções até esgotarem o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhor Vereador, muito rapidamente. -----

----- “Cromos” do canal História para trocar, se quiser também podemos fazer esse debate, porque eu lembro-me quando o Executivo Camarário PSD-CDS tomou posse em 2002, até um relatório da auditoria externa a KPMG teve que se pedir, porque ninguém percebia o estado em que estavam as contas da Câmara. -----

----- Olhe, sim, sim, a EMEL tutelada na altura pelo Vereador do CDS António Carlos Monteiro, estava falida quando ele tomou posse, e portanto “cromos” do passado se quiser para a troca nós também temos, e podemos fornecer. -----

----- Segundo ponto em relação à prestação de informação, e eu regresso aqui à Sessão da Informação Escrita do passado dia 26 de junho, em que eu questioneei o Senhor Presidente da Câmara no dia 26 de junho, sobre se tinha havido algum processo judicial, cuja Câmara tivesse alguma novidade.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara deliberadamente não respondeu. -----

----- Nós fizemos uma interpelação à Mesa, a dizer que por lapso, seguramente, o Senhor Presidente não tinha respondido, à qual o Senhor Presidente retorquiu a dizer que respondia no final e, no final não respondeu.-----

----- E a Câmara, o processo Arez Romão cujo montante não é displicente tem um acórdão do dia 29 de maio, e portanto no dia 26 quando nós fizemos aqui a pergunta,

não me vai dizer que a Câmara não sabia que o acórdão tinha saído, Senhor Vereador, pois não? -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não sei se a Câmara quer ainda replicar? -----

----- Entretanto aproveito para anunciar, quer à Assembleia, quer aos serviços, que temos a indicação que a Câmara vai beneficiar do um terço do tempo cedido pelos Deputados Municipais Independentes, são onze segundos, e que o Partido Socialista acabou de comunicar que prescinde da intervenção, para ceder o seu terço do tempo disponível, portanto o terço dos dezasseis minutos, também para ceder o tempo à Câmara de Lisboa. -----

----- Senhor Vice-Presidente, encerramos, ou a Câmara replica, ainda?-----

----- Muito bem, então vamos passar à intervenção do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Beatriz Dias.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Beatriz Dias (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todas e todos.-----

----- Eu vou destacar alguns pontos da Informação Escrita do Presidente.-----

----- E vou começar pelo programa “Habitar o Centro Histórico”.-----

----- Relativamente a este programa queremos saudar o facto de já terem sido entregues cinquenta e duas chaves, são cinquenta e duas famílias que recuperaram a serenidade e a paz, e que sabem, e que de novo podem voltar as casas.-----

----- Das cento e dez candidaturas seleccionadas as quais foram atribuídas casas, estas cento e dez não correspondem as necessidades que existem na cidade.-----

----- São muitas as famílias que se encontram em risco de despejo, e que ainda não foi encontrada uma solução adequada para estas famílias.-----

----- Portanto aqui a pergunta que nós fazemos, é quando é que este programa que abrange as Freguesias da Misericórdia, São Vicente, Santo António e Santa Maria Maior, irá ser alargado às Freguesias da Estrela e de Arroios, uma vez que nestas também existem famílias em situação de despejo.-----

----- Sobre a “Linha SOS Despejo” que está em funcionamento desde 1 de junho, a Informação Escrita diz que neste período foram atendidas cento e quarenta e uma pessoas, e nós gostávamos de saber qual é a avaliação que foi feita de implementação deste projeto, que fotografia é que esta linha, ou portanto a informação recolhida por esta linha nos dá sobre o estado da habitação na cidade, e quais são os efeitos da aplicação da Lei “Cristas” na cidade, uma vez que grande parte dos despejos resultam da aplicação dessa Lei.-----

----- Outro aspeto que nós também queremos saber é sobre a situação da habitação na cidade continua a deteriora-se, e agravar-se. Os dados mais recentes revelam que 32% dos alojamentos na Freguesia de Santa Maria Maior, estão alocados para o alojamento

local, implica que nesta freguesia há cada vez menos casas para arrendamento de longa duração. -----

----- Os mesmos dados indicam que este problema se tem alargado a outras freguesias, e que no momento as Freguesias de São Vicente e de Arroios, nestas freguesias têm aumentado o número de casas que se encontram em regime de arrendamento de curta duração, e isso faz com que também haja menos casas para arrendamento nestas freguesias, e daí estes dados articulam com a pergunta que eu fiz anteriormente, sobre a necessidade de nós alargarmos este programa do centro histórico, de “Habitar o Centro Histórico”, para estas freguesias para precisamente responder a esta necessidade que tem estado a crescer. -----

----- Outro aspeto é relativamente ao Programa de Renda Acessível, também mais uma vez na Informação Escrita, está uma referência ao alargamento deste programa, no entanto a informação relativa à operação da Rua de São Lázaro e da Rua Gomes Freire é escassa, e nós gostávamos de saber mais informação, reiterando aqui a necessidade de reforçar o pilar público deste programa, uma vez que não está garantido no modelo em que está a ser implementado. -----

----- Sobre a “Operação Integrada de Entrecampos”, nós queremos sublinhar a importância da disponibilização dos setecentos fogos para arrendamento a custos controlados, portanto para arrendamento municipal, e também a construção das residências de estudantes, uma vez que estas duas dimensões permitem colmatar a necessidade de habitação, a carência de habitação na cidade, e também a carência de habitação a custos controlados. -----

----- Nós temos verificado que com o aumento da escassez de habitação na cidade, Lisboa cada vez mais é inóspita, e impede as pessoas da classe média, e outras viverem na cidade, portanto os preços praticados são preços proibitivos que afastam as pessoas da cidade, mais uma vez aqui é importante reforçar o pilar público precisamente para poder corrigir o viés que o mercado está a criar, no mercado de arrendamento que é preciso baixar os preços, portanto este programa municipal pode responder a essa necessidade. -----

----- Outro aspeto que nós queremos realçar aqui na “Operação de Entrecampos” é o facto nesta operação haver a construção de equipamentos necessários para a melhoria da qualidade de vida na cidade, nomeadamente o centro de dia, as creches, são equipamentos em carência na cidade, e são fundamentais para as alterações demográficas por um lado, pelo envelhecimento da população, e por outro lado pela carência de creches. E aqui leva-nos ao facto de verificarmos que há um investimento e uma preocupação em cobrir e melhorar a oferta da rede de creches e pré-escolares na cidade, portanto este é um aspeto positivo que importa saudar, uma vez que uma das dimensões fundamentais para as famílias para se fixarem na cidade é portanto a existência de equipamentos sociais, e destes equipamentos sociais os mais valorizados são as creches, portanto este aspeto o facto de o Município estar empenhado em aumentar a cobertura, e neste caso aproximá-la dos 45%, e estendê-la para poder cobrir os 50% das necessidades, é um aspeto muito importante que articulada com a habitação poderá contrariar o êxodo que se verifica na cidade e fixar as pessoas em

Lisboa, que é um aspeto fundamental, uma vez que o Município de Lisboa tem perdido habitantes e essa perda de habitantes continua, e nós temos que encontrar estratégias, e propostas, e medidas que permitam reverter esta situação. -----

----- Outro aspeto tem a ver com o compromisso do Município com a sustentabilidade e com a diminuição de emissões de dióxido carbono. -----

----- A campanha de entrega de carros elétricos, carros 100% elétricos às freguesias, eu aponte aqui as freguesias mas esse programa é um programa importantíssimo, porque a única via possível para combater o aquecimento global, e as alterações climáticas é a transição energética, portanto nós temos que encontrar formas de reduzir o uso de combustíveis fósseis, e é necessário abrandar, ou reduzir gradualmente este uso de combustíveis fósseis de modo a poder reduzir as emissões de dióxido carbono, que estão diretamente relacionadas com o aquecimento global. ----

----- Nesta medida o contributo do Município para a descarbonização da economia é muito importante, e nesse sentido a redução das emissões de dióxido de carbono é necessário, e a Câmara deve usar todos os meios ao seu alcance para o conseguir, é neste âmbito que saudamos a disponibilização dos carros 100% elétricos às Freguesias do Areeiro, Arroios, Avenidas Novas, Belém, Estrela, Misericórdia, Penha de França, Santa Maria Maior, Santo António e São Vicente. -----

----- E perguntar se este programa poderá ser estendido a outras freguesias de modo a poder ampliar esta medida que terá um efeito bastante benéfico na qualidade do ar. ----

----- Outro aspeto também é sublinhar a pertinência do programa piloto “Reciclagem da Água”, este programa que implicou o uso de água reciclada para a rega do Parque da Bela Vista, é um aspeto fundamental que visa a redução de recursos naturais, e também terá um importante contributo para a sustentabilidade e para a pegada ecológica do Município, perguntar, e saber como que se pretende, quais é que são as perspetivas para alargar este programa de modo a que esta prática possa ser usada na rega dos jardins, e de outros espaços verdes da freguesia. -----

----- Aqui também neste ponto sobre a sustentabilidade, e as medidas que estão a ser implementadas para a sustentabilidade do Município, realçar a eliminação do uso de plástico nas cantinas escolares, esta medida é uma medida recente que não consta da Informação Escrita do Presidente, mas eu achei importante, e por isso pertinente discuti-la aqui, uma vez que o plástico é um dos grandes problemas, principalmente para a contaminação dos Oceanos, mas não só. Este esforço para a redução do plástico nas cantinas escolares é uma medida bastante positiva, e que nós saudamos, uma vez que irá contribuir para a redução do consumo de matéria-prima. Também aqui importa referir a melhoria da qualidade das refeições, e o facto de estas estarem a ser servidas em loiça, em detrimento do plástico, o que é um aspeto bastante positivo para as crianças. -----

-----Queria falar nesta última parte sobre o Miradouro de Santa Catarina, eu estendi-me um bocado, eu queria só dizer que não se conhece o projeto de requalificação do Miradouro de Santa Catarina, e que sem dúvida que a medida implementada não é uma medida adequada...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Beatriz Dias (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Podemos dizer que esta será importante para as populações, mas existem outras medidas...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada muito obrigada, já ficou clara a posição sobre o último tema. -  
----- Vamos dar a palavra à Câmara Municipal, para responder.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu quero agradecer à Senhora Deputada Beatriz Dias, eu vou tentar aqui responder às questões da sustentabilidade, apesar de algumas dizerem respeito ao trabalho dos meus colegas, nomeadamente do José Sá Fernandes, e agora do meu colega Manuel Grilo que foi referido pela parte do plástico. -----

----- Dizer que a tal frota de veículos elétricos, que foi distribuída às Juntas de Freguesia, e aproveito para dizer que realmente há um erro, foi feita uma referência há pouco pelo Senhor Deputado Luís Newton, que eu esqueci-me de dizer que há um erro na Informação, porque está lá expresso o Areeiro, e o Areeiro não recebeu essa viatura. No fundo teve um enquadramento relacionado com a taxa turística, no fundo foi a taxa turística que financiou essas viaturas e foram atribuídas às freguesias que se entenderam como no fundo com uma maior pressão turística. -----

----- Esta foi um projeto-piloto de carrinhas que foram testadas em Lisboa, que estão outra vez a ser testadas, portanto há aqui um período de dois anos de teste destas carrinhas, existe uma frota muito significativa na Câmara Municipal de Lisboa, destas viaturas a *diesel*, e portanto a expectativa que nós temos é que haja uma gradual substituição das viaturas ao serviço da Câmara Municipal de Lisboa com estas características, viaturas que já são pesadas, e que são utilizadas em inúmeras tarefas dentro da Câmara Municipal, mas também a possibilidade de eventualmente nós no fundo alargámos este projeto para mais freguesias. -----

----- No que diz respeito à questão da água reciclada, é um trabalho que está a ser feito pelo meu colega José Sá Fernandes com a empresa Águas do Atlântico, e o objetivo é mesmo procurar de hoje para amanhã ter uma segunda rede de distribuição dentro da cidade que permita a utilização dessa água reciclada nos vários jardins, para lavar as ruas, para isso é preciso uma infraestrutura no subsolo que permita a distribuição dessa água, e é isso que se está a estudar, e a analisar. -----

----- No que diz respeito à eliminação do plástico, dizer que é um trabalho que está a ser feito e muito bem, primeiro pelo Senhor Vereador Ricardo Robles, e agora pelo Senhor Vereador Manuel Grilo, e que a ideia é progressivamente nós eliminarmos o

plástico, também naquilo que possa vir a ser alteração que vamos fazer do Regulamento de Higiene Urbana. -----

----- No que diz respeito ao Miradouro de Santa Catarina, penso que o Presidente já teve a oportunidade de intervir hoje sobre essa matéria. -----

----- Passo a palavra à minha colega Paula Marques, para falar sobre as questões da habitação, e depois ao meu colega Manuel Salgado”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Muito rapidamente para não cortar tempo aos outros colegas. -----

----- Em relação ao “Habitar o Centro Histórico”, Senhora Deputada estamos de acordo com o facto de cinquenta e cinco famílias continuarem a viverem no território onde sempre viveram, e a nossa expectativa é podermos alargar, rever até eventualmente os critérios, e alargar, ainda dentro destes quatro critérios, portanto reforçar dentro destes territórios, revendo eventualmente até os critérios, esta mesma medida, entendemos que é uma boa medida de política pública de utilização de património, vamos continuar a fazê-lo. -----

----- Estamos a ver nas duas freguesias em que nos comprometemos Arroios e Estrela, a quantidade de património que nós temos, que possa ter também resposta efetiva ou resposta com alguma escala, naturalmente, mas tendo a mesma abordagem de utilização de património.-----

----- Em relação à “Linha SOS Despejos”, a avaliação que nós fazemos, muito rapidamente, é que de facto a grande maioria das pessoas, mas a grande maioria das pessoas que foi atendida nesta linha, são pessoas com mais de sessenta e cinco anos, em situação de perda de habitação, ou potencial perda de habitação, ou já perda de habitação efetivada por oposição à renovação de contrato, ponto. Há algumas situações de perda de habitação por não pagamento de renda, mas são residuais, a maior parte das pessoas são por oposição à renovação de contrato. Algumas delas foram encaminhadas para Associação de Inquilinos Lisbonenses, com que a Câmara tem um protocolo de intervenção para poder acautelar os direitos que as pessoas, e acionar os meios jurídicos, que as pessoas tenham à sua disposição para proteção.-----

----- Em relação à questão do *bullying*, houve um encaminhamento também para a Polícia Municipal de duas situações que entendemos que eram de pressão, e de maior necessidade de intervenção, e foi feita a intervenção com um morador e com o proprietário naquilo que tem a ver com o edifício com a Polícia Municipal, mas resumindo e concluindo, a grande questão é a oposição à renovação de contrato, e pessoas maiores de sessenta e cinco anos. -----

----- O que é que nós estamos a fazer também, perante a questão da moratória, ver como é que se articula a atuação por parte dos moradores a quem ainda não foi retirada a habitação para que possam acionar, aquilo que a moratória lhes confere como direito.-----

----- Quanto à questão da habitação macro, mais da habitação.-----

----- É evidente que nós temos, aquilo que a Câmara está a fazer é a utilização de todos os instrumentos possíveis e diversificados, para aumentar a oferta de habitação, seja ela por gestão pública, que é aquilo que mais desejamos, naturalmente, seja ela também com o contributo da gestão e com o contributo do investimento do sector privado, seja ele o sector privado como, classicamente, se vê, ou como os Senhores e as Senhoras têm classificado, como a relação com os privados, mas também com o sector cooperativo, e portanto aquilo que a Câmara está a preparar é maior utilização do seu património e reabilitação, em particular do património disperso, para fortalecer aquilo que é a gestão pública da oferta de habitação, reconversão dos prédios da Segurança Social, utilização do seu património, quer reabilitação, quer nova construção.-----

----- Está também a direccionar esta análise para poder potenciar e rejuvenescer aquilo que é o movimento cooperativo, com um programa direccionado ao movimento cooperativo, e, por último, a questão da intervenção em Entrecampos, que será aprofundada pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, mas que pretende pôr em gestão pública aquilo que são os fogos resultantes da operação.-----

----- Obrigada, Senhor Vice-Presidente foi o mais rápido que consegui.-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Em relação ao PRA, à componente pública do Programa Renda Acessível, já se iniciaram os projetos dos setecentos fogos de Entrecampos, este projeto desenvolve no fundo uma metodologia de construção modelada para ser sugestível depois de ser aplicado noutros terrenos, para além do terreno de Entrecampos.-----

----- Estamos a fazer um esforço para encurtar ao máximo os prazos de execução dos projetos.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, a Câmara ficou sem tempo.-----

----- Vamos passar à intervenção do CDS-PP, e entretanto a Câmara Municipal tem que tentar obter junto de forças políticas que ainda não tenham cedido tempo, e que ainda tenham algum tempo, tempo para procurar responder ao CDS.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Diogo Moura.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, esperemos que depois a Câmara possa responder e alguém lhes ceda algum tempo.-----

----- A intervenção que nós vamos fazer, talvez seja a única que faça em vez de sermos os três Deputados, se calhar farei a única devido ao atraso na discussão deste ponto na Ordem de Trabalhos.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “E aí o seu próprio CDS pode ceder tempo à Câmara.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “E poderei ceder com todo o gosto, ou não, à Câmara Municipal o tempo, mas para responder claro que cedemos, se lá chegarmos e se houver tempo disponível.-----

----- Mas dizer, e fazer um ponto prévio, nós vimos falar daquilo que vem especificamente na Informação Escrita, e não daquilo que foi a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, mas também não podemos deixar passar “em branco” aquilo que foi mais uma vez a narrativa, e o ataque do Senhor Presidente Fernando Medina, através da resposta à bancada do PPM, à coligação de direita, e que nas últimas eleições se candidatou a Lisboa com o PPM e com o MPT. -----

----- E é verdade que muitas vezes o Senhor Presidente de Câmara está sempre a falar da bancarrota, mas eu acho se calhar falta ao Senhor Presidente de Câmara andar com um espelho ao lado, porque nós quando nos lembramos do passado, e este Executivo gosta muito de falar no passado, eu acho que nos esquecemos do Fernando Medina Presidente de Câmara, mas lembramo-nos todos do Fernando Medina Secretário de Estado José Sócrates, José Sócrates e de um PS que nos levou à bancarrota. -----

----- E portanto, essa história e esse passado Fernando Medina, gosta de esquecer.-----

----- Mas depois também fala sempre das coligações, eu acho que o Senhor Presidente da Câmara tem um amor aqui pela coligação de direita, e achei que ele vinha mais bem-disposto das férias depois de apanhar ar na ilha do Pico, mais propriamente no Pico, da ilha do Pico. -----

----- Mas a verdade é que ele está muito preocupado com a coligação de direita, uma vez com o PSD, outras vezes sem o PSD, mas a verdade é que o CDS não tem qualquer problema, e portanto as nossas coligações são cristalinas, os Senhores se voltarem um ano atrás, olham para o boletim de voto e vêm lá CDS, PPM e MPT.-----

----- Em relação ao PS, eu não sei mas o PS tem qualquer vergonha em ir a votos com outro partido, e portanto escondem-no, eu não vou a votos, eu não vi lá no boletim de voto duas siglas de dois partidos que estão constituídos, e estão formalizados no Tribunal Constitucional, vi um, não sei, e portanto a nível de coligações não recebemos lições de moral do Partido Socialista. -----

----- Mas depois e para falar da *silly season*, Senhor Vereador tenha calma já vai à sua vez! Calmíssimo.-----

----- Mas falando da *silly season*, que de *silly season* teve de pouco, eu esperava que na primeira intervenção do Senhor Presidente de Câmara nesta Assembleia Municipal, e não o fez, com o mínimo de respeito por esta casa era apresentar-nos o novo Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, porque na verdade nós recebemos uma carta do Ex-vereador Ricardo Robles, a explicar a situação que o levou a renunciar ao



seu Mandato, e não recebemos nada no novo Vereador, mas era normal que o chefe do Executivo nos dissesse “este é o Senhor Vereador, ele chama-se Manuel Grilo, tem os mesmos Pelouros, temos o acordo mantem-se”, era o mínimo que se podia esperar da Câmara Municipal de Lisboa mas, infelizmente, não aconteceu. E, portanto, da parte do CDS, Senhor Vereador seja bem-vindo, em muitos dos assuntos não estamos de acordo, mas pelo respeito democrático damos-lhe as boas-vindas a estas novas funções.-----

----- Depois, e agora vamos então à Informação Escrita. -----

----- Daquilo que é a Informação Escrita, e pegando nos dados da DMPO que entretanto também vai ser extinta, para podermos passar às obras municipais para a SRU. -----

----- Nós vemos a questão das escolas, e vem lá um ponto da situação das escolas, e queríamos alguns esclarecimentos, seja através do Senhor Vice-Presidente, ou se ele delegar no Vereador da Educação. -----

----- Nós ainda hoje tivemos na Escola Teixeira Pascoais, sabemos que a obra foi consignada, em maio de 2017, sabemos que houve os atrasos que já foram até aqui falados por outros Deputados. Mas a verdade é que nós vimos que vamos entrar numa altura de intempéries, na altura do outono, e esta escola não tem qualquer cobertura, nós já o tínhamos visto quando visitámos a Escola Vítor Palha, na Freguesia da Penha de França, a Câmara tem que fazer alguma coisa nesta matéria, e portanto tem que haver zonas de abrigo no exterior desta escola, para que as crianças possam percorrer este espaço no tempo de chuva, e portanto os pais estão preocupados, e nós obviamente depois da visita que fizemos hoje de manhã à escola, também estamos. ----

----- E depois Senhor Vereador como sabe, devem-lhe ter entregue esse *rol* foi feito um levantamento até por esta Assembleia Municipal, daquilo que são os principais problemas de segurança nas escolas, nós continuamos com um problema grave aliás, continuamos há trinta anos, é um problema que atravessa vários mandatos, e vários partidos, mas nós temos um grave problema na escola do Largo do Leão, que importa resolver o quanto antes, e portanto também lhe deixo este apelo. -----

----- Mas continuando na questão da *silly season*, ela foi *silly* mas foi muito pouco asseada. -----

----- Nós tivemos vários problemas de higiene urbana na cidade de Lisboa, já foi aqui falado várias vezes, quer pelo Senhor Vice-Presidente, quer também pelo Senhor Presidente antes de ele se ausentar mas eu parece-me que é claro para todos e que é necessário adotar novas medidas e abordagens a este tema.-----

----- Eu lembro-me que há três anos o CDS nesta Assembleia Municipal, e portanto em outro mandato, fez aqui uma proposta, para na altura do verão no pique do calor, houvesse um reforço na recolha dos resíduos urbanos, e essa proposta foi chumbada pelo Partido Socialista. E lembro-me, também, aqui que ainda este ano, veio uma proposta, uma recomendação do PPM sobre esta matéria para que fosse todos os dias também durante o verão, com a mesma fundamentação, e essa proposta também foi chumbada pelo Partido Socialista, e portanto parece-me que esse chumbo foi um erro

## DRAFT

está à vista, que a recolha de lixo de resíduos sólidos, pela Câmara Municipal de Lisboa, está muito aquém daquilo que são as necessidades. -----

----- Também sabemos que temos um problema que passa pela educação dos cidadãos, dos nossos munícipes, mas a verdade ainda na última reunião o Senhor Vereador João Paulo Saraiva disse “que a culpa é dos turistas”, obviamente que nós tivemos aqui um aumento da carga, e do número de turistas na cidade, mas esta narrativa não é total a toda a cidade, como sabem e muito bem. -----

----- Exatamente, não o Senhor está sempre a ver culpados, até se esquece de José Sócrates!-----

----- Mas a verdade, mas a verdade Senhor Vereador e nós podemos mandar fotos, já que não está cá o Senhor Presidente da Câmara nós podemos mandar fotos, nós fomos às ruas e encontramos imenso lixo por recolher nos períodos noturnos, encontramos lixo em Marvila, encontramos lixo nos Olivais, encontramos lixo no Lumiar, e portanto o problema não é só na zona histórica, na zona de maior concentração e procura turística, é um problema macro e é um problema de toda a cidade. -----

----- Sabemos que a Câmara já anunciou a contratação de mais cantoneiros, mas parece-me que temos que adotar aqui novas medidas, e nesse sentido o próprio CDS na Câmara Municipal já fez anunciar que vai apresentar um programa nesta medida.---

----- Sobre aquilo que são os dados da DMAU, e que vem nesta Informação Escrita diz aqui que neste período da Informação Escrita relativamente à recolha de resíduos urbanos, foram executados dez mil e setecentos e oitenta e três circuitos de remoção que representam uma taxa de execução de 93%, portanto quer dizer que ela não foi feita na totalidade, e sem este reforço que nós aqui propusemos, e que não foi acolhida, portanto gostaríamos de saber porque é que todos os circuitos não foram realizados? Queremos saber o porquê? E saber quanto tempo é que demorou a fazer a recolha, e a fazer estes circuitos que ficaram por efetuar?-----

----- Também verificámos que foram registadas, isto parece-nos preocupante, e queríamos uma explicação. Foram registadas novecentas e dezanove reclamações sobre os serviços de remoção de resíduos neste mês e meio, a que corresponde a Informação Escrita. Mas destas novecentas e dezanove há oitocentas e setenta e nove que se devem à execução incorreta do serviço, e portanto que os serviços dizem que 80% destas reclamações têm todo o fundamento, e portanto gostaríamos de saber Senhor Vice-Presidente o que é que aconteceu durante este período, uma vez que a própria Câmara diz que 80% das reclamações apresentadas em mês e meio, têm fundamento, e portanto mais uma vez voltamos a dizer que não está tudo bem nesta matéria, e portanto gostaríamos de algumas respostas.-----

----- Tinha dois assuntos, aliás vou tocar neles, um que está dependente desta Assembleia Municipal, e portanto tocarei muito ao de leve porque essa discussão será feita a breve trecho nesta Assembleia, mas que vem aqui referida na informação da Direção Municipal de Gestão Patrimonial, o contrato da prorrogação do contrato de superfície da Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Porta do Céu, em Telheiras.-----

----- Como sabem existe uma petição que está a ser avaliada nesta Assembleia Municipal, ela está, e esta é a palavra está parada, na Comissão de Urbanismo, porque está à espera de uma resposta do Senhor Vereador Manuel Salgado, que não chega, e ela está à espera porque vários Deputados considerarão que mediante o anúncio do Senhor Presidente da Junta do Lumiar, que haveria um acordo num espaço de uma semana, entre a Câmara e o Patriarcado, encontrando uma solução para esta questão da igreja em Telheiras, a verdade é que nós estamos à espera há dois meses da confirmação desse acordo, se é que ele chegou a existir ou não, e portanto temos esse parecer pendente. -----

----- Mas da parte do CDS gostaríamos de saber se nos pode dar alguma informação. --

----- Por fim, e relativamente à questão do metro. -----

----- Neste período também decorreu o período de consulta pública, da construção da linha circular, a nossa posição sobre a linha circular é pública, e sobre a sua premência, achamos que há outras prioridades, nomeadamente a ligação e a expansão para a zona ocidental, mas isto leva-nos à questão dos terrenos do metro em Sete Rios.

----- Nós tivemos reunidos na semana passada com a Comissão de Trabalhadores, com a Associação de Reformados do Metro, e com três sindicatos, falámos sobre a proposta de 2003, e a proposta é muito clara, e não vale a pena estar aqui a especificá-la, estamos a falar aqui de sessenta mil quadrados em que vinte mil seriam para uma central de camionagem, e depois foi protocolada com a rede nacional de expressos, isto em 2003, estava previsto neste protocolo que em 2005, a rede nacional de expresso e a central de camionagem passasse a definitiva. Passaram-se exatamente quinze anos, e a central de camionagem de Sete Rios continua a ser temporária, com um grave risco, como é do conhecimento público ou foi durante a chamada *silly season* nas notícias mantêm-se como temporária, e com um grave risco para a saúde pública, e portanto sobre esta matéria foram apresentados ainda no governo da cidade PS e CDS os termos de referência, foram aprovados em Câmara, e teria o Metro de apresentar um plano de pormenor para ser submetido. Nós desse tempo até agora, foram apresentados vários planos de pormenor e de urbanização, nomeadamente cinquenta e dois, para ser mais preciso, depois tivemos a revisão do PDM, e a alteração do uso deste espaço não foi alterada, e portanto gostaríamos de saber Senhor Vice-Presidente, ou Senhor Vereador Manuel Salgado, têm sido feito vários eventos nesta zona, “Uma Praça em cada Bairro”, na Praça General Humberto Delegado, um novo condomínio junto à Embaixada do Brasil, portanto toda a área circundante deste terreno está a ser intervencionada, está a ser reabilitada, e portanto gostaríamos de saber o que é que mudou, porque tivemos declarações do Senhor Ministro a dizer, que aquela verba iria para outros fins não aqueles que estão no protocolo, embora essa matéria já extrapola aquilo que é a competência da Câmara Municipal, e da Assembleia. -----

----- A verdade é que o Senhor Ministro vem dizer que aqueles terrenos agora valem trinta milhões, e como é dito a especulação imobiliária faz-nos assim um bocado de espécie porque em 2003 valiam sessenta milhões, portanto gostaríamos de saber que informação tem a Câmara sobre este processo, para quando, uma vez que estamos à

espera desde 2005, sendo que a central de camionagem seja definitiva, quando é que ela passa a definitiva e deixa de ser temporária? Queremos saber se houve também alguma intervenção, algum contacto por parte do Ministério do Ambiente, e que tutela os transportes, saber se houve um contacto no sentido de alterar este protocolo, porque como sabemos o que estava previsto no protocolo era uma maximização e valorização daqueles ativos imobiliários, não os vinte mil da central de camionagem, mas os restantes cerca de quarenta e um mil, e portanto é preciso saber o que é que mudou durante este processo todo, durante estes quinze anos e se existe algum dado que esta Assembleia Municipal não tem conhecimento.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Penso que até agora das duas possibilidades Regimentais que existem, que é o Partido Social Democrata... não o CDS ficou com um segundo, Senhor Deputado Diogo Moura, é uma boa vontade mas ficou três décimos.-----

----- Quem pode ceder tempo Regimentalmente se não me está a escapar alguém é o PSD, o PPM, não o PPM também já cedeu, não? Foi o MPT? Então a Câmara pode ter tempo, se tal for cedido do PSD, do PPM e do Partido Comunista Português. -----

----- Alguma das forças políticas...portanto é um terço do tempo do PPM, e um terço do tempo do PSD, é pouco, mas é o que há, e com certeza o Senhor Vice-Presidente com a capacidade de síntese, conseguirá num minuto responder ao CDS, para encerrarmos os nossos trabalhos de hoje. -----

----- Senhor Vice-Presidente.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, não creio que consiga responder de forma satisfatória ao CDS, num minuto. E por isso, responderei por escrito ao CDS, acho que é a única possibilidade que nós temos efetiva de responder de forma séria às questões que foram colocadas.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Diogo Moura?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Mesa, eu tinha pedido a palavra exatamente para sugerir que as respostas viessem por escrito, mas já nos aconteceu numa outra Informação Escrita, e a verdade é que o Presidente da Câmara e nenhum dos Senhores Vereadores, nunca chegou a enviar nenhuma resposta às perguntas que foram aqui colocadas, nomeadamente na última Sessão de Informação Escrita que o Senhor Presidente ausentou-se, ou ficou sem tempo e quis ir embora, seja qual for a razão, e essas respostas nunca nos chegaram. -----

----- E portanto eu pedia, era à Câmara que estipulasse um prazo máximo, para nos enviar essas mesmas respostas e que eu calcularia digamos num tempo razoável, que é o tempo que está previsto na Lei para os requerimentos vias de Informação Escrita, que é o mínimo de trinta dias corridos.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “No que diz respeito às respostas que quero responder, responderei até ao final da semana.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente da Câmara. -----

----- Encerramos, assim, este ponto da Ordem de Trabalhos, damos por encerrada a nossa Sessão de hoje, a Ordem de Trabalhos continuará na próxima semana, e há também outras matérias pendentes.”-----

----- Muito obrigado” -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e trinta minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----

DRAFT